

FERNANDO SCHENA

**TURISMO, ESTADO, SOCIABILIDADES E MUDANÇA: UMA ETNOGRAFIA DA
VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL-PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva da Silveira

CURITIBA
2006

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

- | | |
|------|--|
| S324 | <p>Schena, Fernando</p> <p>Turismo, estado, sociabilidades e mudança: uma etnografia da vila de encantadas, Ilha do Mel / Fernando Schena. – Curitiba, 2006.</p> <p>107 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.</p> <p>1. Turismo – Paraná – 2004-2006. 2. Ilha do Mel(PR) – turismo – condições sociais. 3. Turismo – meio ambiente – Ilha do Mel(PR). I. Título.</p> <p>CDD 338.47098162
CDU 338.48(816.2)</p> |
|------|--|

Dedico este trabalho:

À memória de minhas queridas avós Margarida e Gabriela.
Aos meus pais, como símbolo de um humilde agradecimento perante todo o
esforço que realizaram para minha formação.
À minha querida e linda esposa Roxane.
Ao meu afilhado Flávio, pequeno atleticano que está vindo ao mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Marcos Silva da Silveira pela orientação competente nessa empreitada.

Aos demais professores e funcionários do Programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFPR que ajudaram a me tornar mais um antropólogo brasileiro.

Ao Gilberto Espinosa e sua família, pelo apoio em grande parte da pesquisa, cedendo gratuitamente pouso e alimentação digna na Ilha. Para quem quer saber um pouco mais sobre responsabilidade sócio-ambiental, fale com ele.

Aos funcionários da Pousada Estrela do Mar, com os quais compartilhei momentos importantes para compreender o ponto de vista nativo.

Ao Carlinhos e Dna. Silvia pelo tempo que dispensaram para me contar histórias sobre a Ilha e pelo atendimento cordial nas vezes que estive em sua pousada.

À Marcia Benato, Zenir, Eduardo Borges, Sr. João Crisanto e ao casal “fofo e fofa”, os quais me ajudaram a aprimorar minha inserção no universo da Ilha.

A todos os moradores da Ilha e demais pessoas que contribuíram com minha pesquisa.

Aos meus irmãos Renan e Denílson, irmãos de verdade.

À minha tia e madrinha Lile, mais do que uma madrinha.

Aos meus bons amigos.

Ao meu cachorro Bumer, camaradinha fundamental nas horas chatas do trabalho.

À Dna. Maria José Franco Ferreira da Costa que se foi durante esse mestrado, mas antes disso me depositou confiança eterna... existem coisas que o dinheiro não compra.

Às pessoas que inventaram e desenvolveram o computador, a impressora e a internet, isso ajuda muito um mestrando...

A Deus, por me proporcionar a vida em todos os seus matizes.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1. A ILHA DO MEL.....	6
1.1 Contexto Geográfico.....	6
1.2 Evolução do Turismo na Ilha do Mel.....	13
1.2.1 O esvaziamento da idéia de um “ecoturismo na Ilha do Mel”.....	16
2. LEIS, PESSOAS E ANDANÇAS.....	21
2.1 Evolução das Interferências do Estado.....	21
2.2 Caminhando por Encantadas.....	36
3. CATEGORIAS SOCIAIS.....	46
3.1 Moradores Nativos.....	47
3.1.1 Relatos históricos e memória.....	51
3.1.2 Os nativos e o turismo.....	57
3.1.3 O turismo e a sazonalidade.....	64
3.1.4 Os nativos, o Estado e a política interna.....	69
3.1.5 Lazer e sociabilidade.....	75
3.1.6 Religiosidade.....	80
3.2 Tornei-me um Nativo: Os Moradores “De Fora”.....	81
3.3 Turistas Mais Turistas do que os Outros: Os Frequentadores.....	85
3.4 Turistas (Visitantes Eventuais).....	90
4. O JOGO SOCIAL: IDENTIDADES EM MOVIMENTO.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERENCIAS.....	102
ANEXO.....	105
MEMORIAL FOTOGRÁFICO.....	106

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	LITORAL E PRIMEIRO PLANALTO PARANAENSE.....	7
FIGURA 2 -	MAPA DA ILHA DO MEL.....	8
FIGURA 3 -	FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	11
FIGURA 4 -	GRUTA DAS ENCANTADAS.....	12
FIGURA 5 -	FAROL DAS CONCHAS.....	12
FIGURA 6 -	MAPA DA VILA DE ENCANTADAS - ILHA DO MEL	38
FIGURA 7 -	MAPA MENTAL DE ENCANTADAS.....	39
FIGURA 8 -	VISTA DA VILA DE ENCANTADAS - ILHA DO MEL	40
FIGURA 9 -	PRAÇA DE ENCANTADAS.....	41
FIGURA 10 -	CAMINHO EM ENCANTADAS.....	42
FIGURA 11 -	CASA DE NATIVOS.....	43
FIGURA 12 -	PRAINHA.....	44
FIGURA 13 -	MAR DE FORA.....	44
FIGURA 14 -	CANOA CAIÇARA FEITA DE UM SÓ TRONCO.....	49
FIGURA 15 -	CABANAS DE PESCA.....	49
FIGURA 16 -	LANÇO DA TAINHA EM 1984.....	55
FIGURA 17 -	PLACA COM CAMPINGS DE ENCANTADAS.....	59
FIGURA 18 -	TRANSPORTE DE MERCADORIAS DE PARANAGUÁ.....	65
FIGURA 19 -	CORTANDO GRAMA DA TRILHA.....	68
FIGURA 20 -	MANUTENÇÃO DE QUINTAL.....	68
FIGURA 21 -	TRANSPORTE DE MERCADORIAS.....	69
FIGURA 22 -	PASSEIOS DE BARCO.....	69
FIGURA 23 -	MANUTENÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO.....	69
FIGURA 24 -	VOLTANDO DO BARCO RECÉM ATRACADO NA BAIA.....	69
FIGURA 25 -	OBTENÇÃO DE MADEIRA.....	71
FIGURA 26 -	REVISTA POLICIAL EM TURISTAS.....	72
FIGURA 27 -	FORRÓ NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO.....	77
FIGURA 28 -	FUTEBOL MASCULINO E FEMININO.....	77
FIGURA 29 -	INTERIOR DE UM ABRIGO DE PESCA.....	78
FIGURA 30 -	ABRIGO DE PESCA ADAPTADO PARA COMÉRCIO.....	79
FIGURA 31 -	POUSADA VAGA LUME.....	84
FIGURA 32 -	ASPECTO DE UM CAMPING.....	92
FIGURA 33 -	MOVIMENTO NO FINAL DO FERIADO.....	94
TABELA 1 -	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RESIDÊNCIAS NA ILHA DO MEL CONFORME ORIGEM DO PROPRIETÁRIO – 1980 / 1996.....	82

RESUMO

O presente trabalho trata das mudanças e permanências sociais, culturais, econômicas e ambientais desencadeadas na Ilha do Mel, município de Paranaguá-PR, devido ao desenvolvimento do turismo a partir da década de 1980. Os nativos da Ilha do Mel, anteriormente ligados às atividades econômicas tradicionais como a pesca e roça artesanal, passaram a se direcionar às atividades ligadas ao atendimento dos visitantes. Nesse contexto, o território da Ilha do Mel sofreu uma intensa especulação imobiliária por parte de agentes externos, fazendo com que o governo do Estado do Paraná passasse a regular este processo através de um plano de uso e ocupação do solo e de diversas leis e portarias. Esta atuação estatal fundamentada sob o discurso da preservação ambiental ocasionou tensões internas pois, indiretamente, proibiu várias práticas da cultura litorânea. Por outro lado, a vinda de novos moradores e visitantes criou diferentes sociabilidades no local e o turismo assumiu um significado interno bastante próprio. Nesse contexto etnográfico, a categoria genérica “turista” foi esmiuçada e surgiram novas categorias sociais, cada uma delas atuando de maneira diferente no espaço social local.

Palavras-Chave: Ilha do Mel; antropologia; sociabilidades; cultura; turismo; meio ambiente.

ABSTRACT

The present study is concerned with social, cultural, economical and environmental changes and permanencies that took place on Ilha do Mel, in the municipality of Paranaguá-PR, due to tourism development starting in the 80s. The Ilha do Mel natives, formerly tied to traditional economic activities such as fishing and rural craftsmanship passed on to conduct themselves to activities linked to giving assistance to visitors. In this context, Ilha do Mel's territory suffered intense real estate speculation on behalf of external agents, causing the Paraná State government to start regulating this process through a soil use and occupation plan and through several laws and decrees. This state action based on an environmental preservation speech caused internal tensions, whereas it, albeit indirectly, prohibit several practices of coastal region culture. On the other side, the coming of new inhabitants and visitors created different sociabilities at the region and tourism took on a very typically internal meaning. On this ethnographic context, the generic "tourist" category was scrutinized and new social categories appeared, each one of them acting in a different way on the local social area.

Keywords: Ilha do Mel; anthropology, sociabilities; culture; tourism; environmental.

INTRODUÇÃO: UM NOVO OLHAR SOBRE A ILHA

Em 1992 desembarcam na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, governantes e representantes de diversas instituições públicas e privadas e de organizações não-governamentais de todo mundo para o maior encontro já realizado até então sobre o meio ambiente e desenvolvimento global. Pela primeira vez um encontro de tal magnitude era realizado fora do “Primeiro Mundo”, possibilitando ao Brasil a primazia de organizar e sediar tal encontro. Pela primeira vez, a voz dos países pobres e em desenvolvimento teve maior amplitude, estimulando a estruturação de várias organizações não governamentais no Brasil e acordos internacionais de cooperação. Este evento, além de apontar os principais problemas sócio-ambientais do mundo, desencadeou um processo de estruturação destas discussões, ainda incipientes em nosso país. Curitiba foi uma cidade que se preparou para esse evento, desenvolvendo várias soluções na área de parques urbanos, transporte público e coleta seletiva de lixo apoiadas numa estratégia de marketing nacional e internacional bastante eficiente, que a denominou como “capital ecológica”.

Sem entrar no mérito da questão, o fato é que a Curitiba da década de 1990 influenciou toda uma geração de novos profissionais da área ambiental. Nesse contexto, cursei bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Paraná entre 1996 a 1999, curso este que possibilitou uma inserção interessante na análise ambiental, pois um dos seus objetos de estudo consiste justamente na análise da relação homem / natureza. Nessa porta de entrada acadêmica tive meu primeiro contato com a Ilha do Mel em uma aula de campo, com o objetivo de analisar as influências naturais e humanas, além da interação entre elas, no espaço da Ilha.

A presente dissertação foi fruto das pesquisas realizadas na Ilha do Mel – PR entre os anos de 2004 a 2006, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. O texto, empreendido no formato de uma etnografia, procura narrar e discutir as mudanças e as permanências sociais e culturais na Ilha do Mel, um cenário marcado pelo desenvolvimento do turismo e das ações do Governo do Estado do Paraná nas últimas décadas. Nesta conjuntura, ocorreu o aparecimento de atores sociais

exógenos e novas leis foram impostas aos moradores da Ilha como tentativa do Estado de controlar a expansão turística no local.

A primeira experiência do pesquisador em campo talvez seja a domesticação teórica do seu olhar. Este novo olhar sobre a Ilha do Mel veio acrescentar e contrapor outras impressões que tive sobre o local, quando o visitei pela primeira vez em 1996, durante a graduação em Geografia. O estranhamento ao chegar na Ilha é causado basicamente pelas condições de vida bastante diferenciadas das existentes ali próximo, no continente, devido à condição insular. Como representante de uma sociedade urbana, realizar um trabalho etnográfico na Ilha do Mel é penetrar em outra atmosfera social e cultural. O tempo cronológico, a relação com o meio natural, o deslocamento físico, o relacionamento com as pessoas e outras características são bastante contrastantes com o meio urbano de Curitiba, onde nasci e moro até hoje.

Iniciar um empreendimento etnográfico sempre constitui um momento de inúmeras definições. Mesmo de posse de um bom projeto de pesquisa, as primeiras incursões a campo são fundamentais para mostrar a viabilidade das idéias do pesquisador. Neste caso, essas primeiras impressões do campo afetaram estruturalmente uma primeira idéia construída, mas por outro lado revelaram todo um caminho promissor a ser percorrido. Inicialmente o projeto de pesquisa estava direcionado para a investigação do fenômeno ecoturístico enquanto uma prática ambientalista, tendo como locus de investigação a Ilha do Mel. A grande pergunta a ser respondida era se o fato do ecoturista, buscando inspiração para o seu lazer em cenários “naturais”, poderia significar a existência de uma sensibilidade ou predisposição ao compromisso ecológico.

Porém, logo este caminho foi tomado por uma série de questionamentos acerca da adoção de uma tipologia representando um grupo tão volátil e de difícil delimitação como o do ecoturista. Além disso, um discurso razoavelmente homogêneo sobre a história recente da Ilha do Mel adotado por muitos atores sociais ligados ao local chamou a atenção para outras questões que estavam se desenrolando, apontando para uma investigação tendo agora como centro de gravidade as mudanças culturais, sociais e econômicas internas na Ilha do Mel nas últimas três décadas. Assim, os visitantes (não mais ecoturistas) não foram

negligenciados na pesquisa, porém um novo olhar sobre sua inserção social na Ilha passou a ser observada.

Foram oito visitas a campo em diferentes períodos entre novembro de 2004 a março de 2006. As visitas mais significativas ocorreram no mês de Agosto quando ao passar dez dias em um período que o movimento do turismo é quase inexistente tornou possível uma observação mais sistemática da dinâmica social interna do local. Em Novembro de 2005, foi possível observar toda a preparação que a Ilha sofreu para o feriado de 15 de Novembro. As demais visitas realizadas em feriados e no Carnaval possibilitaram a realização de observações importantes sobre a forma de utilização da Ilha por parte dos turistas, assim como as interações temporárias que são estabelecidas entre eles e os moradores e a maneira como o Estado se posiciona nestes momentos de maior trânsito de pessoas. Por um grande período da pesquisa de campo fiquei hospedado na Pousada Estela do Mar, onde fazia duas refeições diárias. Durante o almoço e a janta permanecia junto com os mais de 15 funcionários nativos da Ilha e no café da manhã junto aos turistas que estavam hospedados na pousada. Isso tudo contribuiu para uma melhor delimitação das categorias sociais envolvidas na pesquisa e permitiu compreender melhor as diferentes maneiras de estar na Ilha do Mel.

Embora tratando da Ilha do Mel como um todo, percorrendo todas suas localidades, o local de maior concentração da pesquisa foi na Vila de Encantadas, escolhida seguindo alguns critérios tais como o maior número de moradores nativos, maior concentração espacial de pessoas e espaço geográfico mais reduzido, viabilizando a pesquisa dentro das condições de tempo previamente estabelecidas. Além disso, a delimitação geográfica marcante entre Encantadas e as outras vilas, tornam essas localidades socialmente singulares, e querer abarcar-las pelo simples fato de mostrar um retrato da Ilha do Mel como um todo não traria nenhum benefício metodológico para o trabalho etnográfico. Ao invés disso, priorizei um contato mais intenso com os moradores de Encantadas, a correr o risco de não conseguir me enquadrar socialmente de maneira satisfatória nas demais localidades no tempo que tinha disponível. Lembrando de um ditado muito popular que diz “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”, logo conclui que “mais vale uma boa observação participante numa localidade do que uma ação de “pesquisador turista” nas demais. Obviamente, esta observação está relacionada com o trabalho

etnográfico, o que não impede que certas conclusões sobre a relação entre nativos, turistas e o Estado possam servir como um referencial sobre a Ilha em sua totalidade.

Minha inserção no grupo social local foi facilitada pelos acasos que o campo muitas vezes proporciona. Numa das primeiras vezes que fui para a Ilha para realizar a pesquisa, eu e meu orientador estávamos conversando sobre o projeto na lanchonete em frente ao trapiche de Encantadas quando uma mulher pediu licença para participar da conversa e discordou sobre alguns pontos da discussão. Ela atua como agenciadora de turismo autônoma e costuma ficar sentada na lanchonete observando a chegada de turistas. Quando percebe que estão portando bagagens ela os aborda oferecendo oportunidades para estadia em algumas pousadas que ela mantém parceria. Antes de retornar à Ilha outras vezes, entrei em contato com ela, a qual procurou opções de estadia para mim. Seu contato foi interessante para a realização da pesquisa, pois ela é uma moradora “de fora”, trabalha diretamente com os turistas e possui boa inserção entre os nativos, condição essa que lhe fez adquirir grande conhecimento sobre o local.

Por meio dela também, conheci e fiquei hospedado em uma pousada cujo proprietário é nativo e bastante influente e respeitado em Encantadas. Ele acumula também o cargo de administrador da Ilha, posição indicada pelo prefeito de Paranaguá. Este contato facilitou sobremaneira a aproximação com outras pessoas da Ilha, como também contribuiu para que minha inserção fosse interpretada com maior confiança pelos moradores. Certo dia, o Carlinhos me convidou para a inauguração de uma creche comunitária, construída e mantida com recursos dos próprios moradores. Como não havia ninguém registrando com máquina fotográfica o evento me dispus a fazê-lo. Todos ficaram bastante agradecidos e a partir daí, construí um vínculo de amizade com várias pessoas presentes.

Um outro episódio similar acabou favorecendo minha inserção entre os homens da Ilha. Durante o ciclone extra-tropical, dois barcos de travessia foram levados pelos ventos e alguns pescadores e barqueiros estavam reunidos na lanchonete em frente ao trapiche tentando saber em quais condições eles se chocaram com as pedras, pois era muito difícil caminhar até lá com o mar agitado invadindo a orla da Prainha. Como eu estava de posse de uma câmera fotográfica dotada de lente especial, consegui uma foto que esclareceu a dúvida dos

pescadores. Aquele simples gesto de tirar uma foto e compartilhar com todos, ajudou a elevar meu status perante as pessoas. Com o passar do tempo, a hospitalidade já habitual dos moradores facilitou ainda mais minha inserção, embora a presença de um pesquisador em um ambiente repleto de tensões seja quase sempre interpretada com certa desconfiança por determinadas pessoas. Sendo Encantadas um lugar razoavelmente pequeno, praticamente todos se conhecem.

Se o lazer era a motivo que anteriormente me ligava à Ilha, a nova perspectiva científica passou a ser formulada com as visitas, constituindo num processo gradual de aquisição de novas observações sobre a sociedade local e sua relação com os turistas. Um passo a ser dado pelo pesquisador concerne na difícil tarefa de tornar o informante um “interlocutor”, o que cria uma nova modalidade de relacionamento mais interessante à pesquisa. Essa é uma tentativa importante porque, a rigor, dificilmente haverá uma total interação entre nativo e pesquisador.

A relação dialógica tende a superar os procedimentos normais de uma entrevista, pois torna possível uma aproximação dos horizontes semânticos em confronto – o do pesquisador e do nativo – proporcionando a criação de um outro, o que transforma o confronto em um “encontro etnográfico”, sob um ponto de vista hermenêutico. Este novo campo semântico possibilita o trânsito livre entre as idéias do pesquisador e do nativo em um mesmo plano, impedindo que um discurso seja “contaminado” pela outro, o que caracteriza um contato entre iguais. Essa interação compondo uma via de mão dupla envolve o que chamamos de “observação participante” (MALINOWSKI, 1998), o que significa que o pesquisador “assume um papel perfeitamente aceitável pela sociedade observada”.

Nesse sentido, se um íntimo contato prévio com um grupo social dificulta a capacidade de estranhamento, por outro lado possibilita que se “pule” esta fase de aproximação, a qual provavelmente é a mais difícil e fundamental para a pesquisa, pois se não ocorrer de uma forma “digerível” entre os membros deste grupo social, todo um planejamento de interação pode ser irremediavelmente prejudicado. Minha inserção entre os moradores da Ilha foi facilitada pela forma como eles próprios estabelecem relações sociais entre si e com as pessoas de fora. O isolamento relativo que a insularidade proporciona aliado ao número razoavelmente pequeno de moradores fixos, geralmente pertencentes a não mais do que cinco famílias principais, torna praticamente todos “parentes” ou conhecidos uns dos outros. Isso

faz com que “todo mundo saiba da vida de todo mundo” e nesse pequeno universo não é difícil obter informações importantes para a montagem do quebra-cabeça etnográfico.

Segundo Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA (1998, p. 18), o olhar, o ouvir e o escrever são ações fundamentais no projeto antropológico e podem ser questionadas em si mesmas e, dessa forma, é importante problematizar este tripé cognitivo em qualquer análise etnográfica, pois estes compõem as “faculdades” de que teremos acesso para compreender uma realidade. Entretanto, é necessário que o olhar e o ouvir estejam disciplinados de acordo com as premissas antropológicas adequadas ao objeto de investigação. Esses processos “olhar e ouvir” necessitam ser escritos e, para isso, a memória que temos das vivências em campo constitui o elemento mais rico na redação de um texto (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998, p.29).

O contexto desta pesquisa encaminha para uma outra forma de fazer etnografia, dada a condição cultural heterogênea que é evidenciada em campo. Os temas considerados primordiais como tradições, comunidades, sistemas de parentesco, rituais e estruturas serão registrados, porém, não podem servir em si e por si sós, como conceitos básicos que organizam a descrição e a explicação etnográfica (MARCUS, 1991, p. 200). As mudanças ocasionadas pelo avanço do turismo e pelas interferências do Estado requerem um cuidado analítico com relação à memória local. Assim, a memória coletiva tende a ser reproduzida de maneira eficiente através da memória individual. Portanto, através da produção de trechos de autobiografias em campo é possível avaliar melhor as experiências históricas trazidas nas memórias e que determinam os movimentos sociais de um presente etnográfico.

O papel do etnógrafo nessa empreitada é explorar as mudanças de identidade dentro de um contexto etnográfico específico e também deixar alterar os seus próprios conceitos enquanto pesquisador. Isso se dará por meio de uma atuação bifocal no projeto de pesquisa etnográfica. É preciso ter claro também que a identidade do antropólogo possa estar profundamente relacionada com o mundo específico em que está pesquisando, mesmo por uma rede de relações aparentemente difusa. O simples ato de escolher um local para a realização da pesquisa dá pistas sobre essa ligação existente entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa.

A preocupação acerca do desenvolvimento desenfreado do turismo em áreas de equilíbrio ecológico delicado ou, povoadas por grupos “tradicionais” ou indígenas, tem motivado vários ramos científicos a utilizar essas questões como objeto de investigação. As descobertas sobre este tema passaram então a fornecer subsídios para a formulação de novas leis e regimentos ambientais pelas esferas públicas.

Segundo Silvana ARAUJO¹ (2001, p. 50) por um longo período os antropólogos permaneceram alheios aos fenômenos atrelados ao turismo, enquanto atividade que motiva deslocamentos e contatos entre diferentes culturas. Talvez a mais célebre citação a esse respeito tenha sido a primeira frase do livro *Tristes trópicos* de Lévi-Strauss: “odeio as viagens e os exploradores e eis que me preparo para contar as minhas expedições.

Neste trabalho Lévi-Strauss elabora textualmente sua experiência de viagem em oposição ao hábito comum na época de “descrever a viagem acompanhada de slides”, ou seja um tipo de experiência considerada por esse autor como absolutamente superficial ou inautêntica. A primeira abordagem antropológica sobre o turismo ocorreu somente em 1963, com o estudo realizado por Theron NUÑEZ² sobre o turismo de fim de semana realizado em uma vila mexicana.

Esta situação de “descaso” para os fenômenos do turismo começou a mudar a partir dos anos de 1970, quando dois autores, Daniel Boorstin³ com o livro: *The image: A Guide to pseudo-events in América*, e Dean McCannell⁴ com o livro *The*

¹ Antropóloga e Socióloga.

² NUÑEZ, T. Touristic studies in anthropological perspective. In: SMITH, Valene L. **Hosts and Guets, the antropological of tourism**. 2ª ed. Filadélfia: University os Pennsylvania Press, 1995, p. 265-279

³ Para Boorstin, o turismo de massa surge como um fenômeno extremo no qual as pessoas no mundo moderno não experimentam a "realidade", mas vivem em "pseudo-eventos". O "turista" é tomado como a expressão paradigmática da inautenticidade da vida moderna. O principal argumento de Boorstin consiste na afirmação de que o "turista" moderno é um observador passivo que procura aproveitar a estranheza extravagante da segurança do que é familiar. (NERY, 1998, p. 195)

⁴ Ao contrário de Boorstin, MacCannell observa o "turista" de maneira positiva, na medida em que para ele o "turista" corporifica a busca pela autenticidade encenada, a qual representa a versão moderna da preocupação humana universal com o sagrado (...) MacCannell procura integrar uma análise das "atrações" turísticas, como signos, à abordagem estruturalista da cultura. Ele desnaturaliza a idéia de Boorstin, que toma por evidente o caráter inautêntico das "atrações" turísticas, mostrando que o "turista" busca a autenticidade em outro tempo/lugar na medida mesma em que é alienado em um mundo inautêntico, razão pela qual mostra fascinação pela "vida real" dos outros, um dos objetos de "atração" turística no mundo moderno. (NERY, 1998, p. 195)

tourist: a Ney theory of the leisuri class, passaram a analisar o tema de modo a considerar certos nuances da atividade negligenciados até então.

No Brasil estudos nesta área, começaram a ser realizados somente a partir da década de 1990⁵, englobando principalmente os efeitos sociais e culturais do turismo em pequenas comunidades, em especial as de pescadores litorâneos (BANDUCCI JUNIOR, 2001, p. 24, 30-43).

Segundo Margarita BARRETO⁶ (2003, p. 26) quando questões ligadas ao turismo são analisadas sob a égide antropológica, é necessário nos aprofundarmos no grande paradoxo que encerra na relação turistas / grupo receptor. Geralmente os habitantes de lugares turísticos se beneficiam economicamente com a presença dos turistas, mas não estão necessariamente interessados em conviver com eles, ou seja, o turista passa a ser um mal necessário: mal porque sua presença torna seu cotidiano menos reservado, necessário porque seu dinheiro faz falta. Os turistas, por sua vez, vêem no habitante local apenas um instrumento para seus fins. A grande contradição do turismo é que essa atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada.

Entretanto, essas questões apontadas por Margarita Barreto parecem não condizer com as práticas sociais observadas na Ilha do Mel, ou ao menos negligencia uma parte importante delas. Foi necessário construir uma abordagem que procure saber, de um lado, quem realmente são esses turistas, o que eles procuram na Ilha, como eles são aceitos (ou não) no lugar. De outro lado, como os próprios moradores locais procuraram se adequar às restrições das leis ambientais, ressignificando sua estrutura social e cultural no contexto das mudanças econômicas, da chegada de atores externos e da presença do Estado. Somente assim, conseguiremos nos aproximar da visão local sobre o turismo e não partirmos de conceitos generalizantes para caracterizar esse ou aquele grupo. Sem esta análise, acabamos nos afastando da maior contribuição da antropologia nestes

⁵ Trabalhos como o de Nascimento (1995) e de Moreira e Martins da Rocha (1995) sobre o grau de interferência dos empreendimentos ecoturísticos em comunidades pesqueiras da Amazônia. Martins (1995) sobre a relação turismo e comunidade caiçara. Lopes Junior (1997) sobre o turismo desenfreado da cidade de Natal (RN). Caroso e Rodrigues (1998) sobre as mudanças sócio-culturais provocadas pelo empreendimento turístico no litoral norte da Bahia, entre outros.

⁶ Bacharel em Turismo, doutora em Ciências Sociais.

estudos, que é a interlocução com o diálogo “nativo” e do Estado para compreender uma realidade tão singular.

Nesse momento da delineação do projeto de pesquisa, o turismo deixou de ser um problema em si e emergiu a questão relacionada à mobilidade das identidades, quando o contato entre turistas e residentes e seus respectivos padrões culturais desencadeia um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos, mas que, sincrônica ou diacronicamente pode provocar o fortalecimento da cultura receptora e também de alguns visitantes que, na alteridade, se redefinem. Assim, se por um lado o turismo pode ser compreendido enquanto um processo articulador de tradições inventadas e de uma nova cultura preservacionista, por outro, põe em evidência a viagem enquanto uma experiência significativa para a construção social da pessoa, de afirmação da individualidade e de socialização entre turistas e população local. (BANDUCCI JUNIOR, 2001, p.19).

Para tanto, os capítulos a seguir foram organizados de forma a facilitar o entendimento dos fatos da pesquisa, respeitando uma certa ordem cronológica dos acontecimentos históricos e disponibilizando os dados necessários ao entendimento do atual cenário.

O primeiro capítulo é iniciado com uma contextualização histórica e geográfica da Ilha do Mel, trazendo elementos bastante significativos para a interpretação da realidade local e sua evolução enquanto recanto de forte apelo turístico. Com isso, mostrarei como as observações colhidas no campo, no contato direto com os moradores, foram paulatinamente acrescentando novos fatos, os quais contribuíram para alterar o rumo do projeto.

No segundo capítulo serão abordadas as principais leis referentes ao plano de uso e ocupação do território da Ilha a partir da década de 1980, as quais serviram de substrato para uma complexa teia de redefinições e também será realizado um esforço etnográfico mais intenso na Vila de Encantadas, procurando compreender melhor a configuração social e geográfica do seu território. Dada a presença marcante do Estado na gestão da Ilha, suas políticas se tornaram um elemento desencadeador de tensões sócio-ambientais diversas, tornando fundamental uma análise sobre a percepção e as ações do Estado sobre a Ilha e as reações desenvolvidas pelos moradores.

No terceiro capítulo analisarei a forma como as atividades ligadas ao turismo estão se desenvolvendo entre os moradores locais e quais mudanças elas podem ter promovido nas relações sociais e econômicas, dado o número expressivo de pessoas que migraram para a Ilha nas últimas décadas. Assim, será necessário perceber como se reproduzem as redes sociais, a construção e a delimitação das identidades ou categorias sociais no interior de um cenário marcado pela transculturalidade⁷. Assim, a categoria genérica “turista” será relativizada, abrindo espaço para a visualização de outras variedades de visitantes.

No quarto capítulo será feito um registro das sociabilidades em movimento, ou seja, as relações vividas entre as diversas categorias sociais envolvidas a partir da análise da obra “O Processo Ritual” de Victor Turner, a qual contribuirá para a construção do argumento que a viagem para a Ilha do Mel assume um caráter de rito, porém não vinculado à questões sagradas, mas sim, seculares.

⁷ O conceito “transculturalidade” foi desenvolvido originalmente pelo etnomusicólogo cubano, Fernando Ortiz, para estudar os fenômenos culturais de seu país. Ampliando este conceito, Alex NOUSS revela a passagem de elementos de uma cultura para outra, podendo existir nas duas, configurando-se como um conceito que “supõe um espaço mediano, no qual se dissolvem as especificidades de cada lado com abandono de sua integridade”. O transcultural, fenômeno interpessoal, suscita e ajuda as operações de desterritorialização e de reterritorialização. Nouss propõe uma via alternativa ao estudo do encontro de culturas, em que se rejeitam as dicotomias entre “uniformização” e diferenciação radical”. **Nouss, Alex. “Transculturalização, mestiçagem, singularidade”. *Revista de Ciências Sociais*. v. 33, nº 2: 104-114.**

1. A ILHA DO MEL

1.1 Contexto Geográfico

A Ilha do Mel constitui um dos referenciais turísticos mais importantes do Estado do Paraná, assim como as Cataratas do Iguaçu na cidade de Foz do Iguaçu e Vila Velha, na cidade de Ponta Grossa⁸. Esta característica não é um fenômeno recente: a partir do início do séc XX, quando a Ilha ainda era o balneário com o acesso mais facilitado do litoral paranaense diversas famílias ricas de Curitiba construíram casas principalmente nas proximidades da Fortaleza, as quais eram utilizadas para o descanso e lazer geralmente durante os meses de inverno, quando não havia o perigo eminente das doenças tropicais como o tifo e a malária.

A valorização da Ilha do Mel enquanto paisagem composta de geologia, relevo, proximidade com o continente e regime climático característicos de um ecossistema diversificado e importante no contexto do Bioma da Mata Atlântica, contribuiu para a inclusão da Ilha, assim como do litoral Norte paranaense, dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica estabelecida pela Unesco⁹. Aliado aos atributos naturais, a Ilha do Mel foi palco de acontecimentos importantes da história regional culminados com a construção da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres no séc. XVIII e do Farol das Conchas no séc. XIX, fatores os quais levaram o governo do Estado considera-la como Patrimônio Histórico, Artístico Natural do Estado do Paraná, ainda na década de 1950.

Essas características da Ilha, associadas aos aspectos físicos do restante do litoral sul paranaense, desprovido de acidentes geográficos de apelo paisagístico e edificações de maior relevância histórica, lhe forneceram os ingredientes necessários para atrair um grande número de visitantes e novos moradores, alterando o modo de vida da população nativa em seus aspectos sociais, culturais e econômicos.

A Ilha do Mel está localizada na entrada da Baía de Paranaguá estando separada do continente por cerca de 2.800 metros. Sua porção oriental está

⁸ Várias agências de turismo disponibilizam em um único pacote turístico visitas nestes locais, como se assim pudessem garantir ao turista uma espécie de conhecimento total sobre o Estado.

⁹ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

direcionada para o Oceano Atlântico, onde se encontram as ilhas de Palmas e da Galheta. Ao norte encontram-se a Ilha das Peças e Superagui; a oeste é banhada pelas águas da Baía de Paranaguá (Mar de Dentro) tendo como vizinhas as ilhas das Cobras, da Cotinga e Rasa da Cotinga.

FIGURA 1 – LITORAL E PRIMEIRO PLANALTO PARANAENSE



FONTE: Google Earth, adaptado por Schena, 2006

Existem na Ilha quatro vilas: Nova Brasília, Farol, Fortaleza e Encantadas, sendo a última, a mais afastada das demais devido aos aspectos geográficos, como o morro do Miguel. A população da Ilha do Mel é estimada em cerca de 1.500 habitantes fixos, sendo Encantadas a localidade com o maior número de pessoas, com cerca de 800 moradores. Existem outros agrupamentos humanos no território da Ilha, mas que não chegam a compor uma vila.

FIGURA 2 – MAPA DA ILHA DO MEL



FONTE: Google Earth, adaptado por Schena, 2006

A Ilha possui um perímetro de 35 quilômetros e uma área total de 2.894 hectares. Grande parte do seu território possui um relevo plano a suavemente ondulado, com altitudes entre 1 a 4 metros do nível do mar, fisiografia essa quebrada por algumas elevações como o morro Bento Alves (também chamado do morro do Miguel ou Nhá Pina) com 148 m, o Morro do Meio (ou morro do Belo) com 101 m, morro da Fortaleza (ou Baleia) com 82 m, o Morro das Encantadas com 70 m, o Morro do Joaquim com 62 m e o Morro do Farol das Conchas com 50 metros. Alguns desses morros possuem trilhas que facilitam a subida, atraindo muitos visitantes. Existem muitas praias na Ilha: na porção Leste e Nordeste da Ilha se destacam, respectivamente, as praias das Conchas (ou do Farol) e da Fortaleza; a, a praia Grande e a praia do Miguel na porção Sudeste; e a praia de Fora na porção Sul. (MARQUES e BRITZ, 2005, p. 13).

O acesso à Ilha se dá por meio de embarcações que partem de Paranaguá e Pontal do Sul com dois destinos dentro da Ilha: as vilas de Encantadas e Nova

Brasília. O roteiro mais utilizado pelos turistas é via Pontal do Sul e o tempo de travessia para ambas localidades varia entre 25 a 30 minutos através do Canal da Galheta, que é a porta de entrada principal da Baía de Paranaguá por onde passa os navios com destino ao Porto desta cidade, um dos mais importantes portos brasileiros.

Este canal possui grande profundidade devido ao periódico trabalho de dragagem realizado para a passagem de navios, além de possuir fortes correntezas devido à atuação das marés e por constituir um local de encontro entre a água salgada do mar e a água doce dos rios que deságuam na baía. Essas características tornam problemática a travessia durante tempestades ou com ventos muito fortes, principalmente para as pequenas embarcações.

Na porção Norte, destacam-se as localidades denominadas Ponta do Bicho e a Ponta do Cassual. Na porção sudoeste da Ilha voltada para o continente é chamada de Saco do Limoeiro. Alguns desses morros, mesmo sendo transponíveis a pé, servem como barreiras fronteiriças entre diferentes localidades habitadas da Ilha, isolando relativamente os agrupamentos humanos de Nova Brasília e Encantadas. Com isso, quando é necessário se deslocar de um agrupamento a outro, os moradores utilizam o caminho marítimo através das embarcações ou precisam caminhar durante algumas horas pelos extensos cordões de areia das praias do Mar de Fora ou pela trilha do Belo¹⁰.

As trilhas no interior das vilas margeiam os terrenos, quase todos eles cercados com telas, muros ou cercas-vivas e raramente elas passam muito próximo das casas, principalmente das janelas. Muitas dessas trilhas são bastante antigas, do período em que somente os nativos habitavam a Ilha. Em Encantadas, algumas dessas trilhas podem ser consideradas principais, pois ligam as faces leste (Mar de Fora) a oeste (Prainha) da Ilha, levando também aos atrativos turísticos da Gruta e às praias. Durante a temporada de verão e véspera de feriados é comum a limpeza dessas trilhas por pessoas temporariamente contratadas pela prefeitura de Paranaguá ou pela associação dos moradores. As demais trilhas são mais utilizadas pelos próprios moradores no seu deslocamento cotidiano, havendo pouco fluxo de

¹⁰ É comum encontrarmos pessoas que fazem o transporte Encantadas/Brasília por meio de “voadeiras” e cobram uma taxa de 15 a 30 reais.

turistas. Em Nova Brasília a configuração espacial da vila assume características um pouco diferenciadas, pois existem muitas casas voltadas para o Mar de fora principalmente ao longo do trecho entre a região do trapiche até as proximidades do Forte.

O clima dessa porção da região litorânea paranaense é caracterizado pela forte influencia da corrente marítima quente do Brasil e pelos constantes avanços e recuos de massas polares e tropicais, resultando em severas e rápidas modificações do tempo climático em curtos espaços de tempo, fator esse que influencia diretamente nas atividades econômicas e sociais da Ilha, como a saída para a pesca e a chegada de turistas (MARQUES e BRITZ, 2005, p. 13).

Em agosto de 2005 presenciei a chegada de um ciclone extra-tropical na região, com ventos de até 110 Km/h que causaram inúmeros estragos, tais como destelhamento de casas, derrubada de árvores e incidentes com embarcações. Esse fenômeno, embora incomum, quando ocorre causa grande preocupação entre os moradores, pois as casas geralmente estão próximas das árvores e o risco de acidentes é grande.

A chuva tem uma característica peculiar na Ilha: devido à localização de seu território, as constantes brisas, ora continental, ora marítima, fazem com que a água “não venha só de cima”. Dessa forma, mesmo utilizando guarda-chuva é quase certo que o transeunte se molhará. Além disso, vários caminhos ficam com o acesso comprometido devido aos verdadeiros rios que se formam para escoar toda a água. Quando a chuva coincide com as marés cheias, caminhar pelas orlas fica difícil, a não ser que a pessoa esteja disposta a caminhar pela água. Nestes dias, os moradores costumam ficar recolhidos em suas casas e pouco movimento é presenciado nos espaços públicos. Dependendo da nebulosidade, é possível ficar dias na Ilha sem nenhum contato visual com o continente, aumentando a sensação de isolamento. Por outro lado, um dia ensolarado mesmo durante os meses mais frios, aliado à relativa proximidade com Curitiba faz com que a Ilha receba um bom número de visitantes.

Um forte processo de erosão marítima vem modificando a paisagem local, fenômeno que causa a divisão da Ilha em suas duas porções distintas durante a maré cheia quando as águas do “Mar de Dentro” se unem com as águas do “Mar de Fora”, criando uma nova entrada marítima para a Baía de Paranaguá. Neste trajeto

citado entre o trapiche de Nova Brasília até o Forte existe um verdadeiro “cemitério de árvores” ao longo da praia e várias casas precisaram ser re-locadas nos últimos anos.

A grande área ocupada pela Ilha faz com que dificilmente seja possível para o visitante conhecer os seus principais pontos turísticos em um só dia. Quando os turistas optam pela barca para Nova Brasília geralmente precisam escolher se visitarão o Forte Nossa Senhora dos Prazeres ou o Farol das Conchas, pois a distância a ser percorrida a pé é muito grande. Quando o destino é a vila de Encantadas, geralmente os turistas se dirigem até a Gruta e ao Mar de Fora para se banhar. Na própria Ilha costuma se falar que Brasília se destaca pelos atrativos histórico-culturais e Encantadas pelos atrativos naturais. Para os mais preparados fisicamente, é possível realizar um contorno completo ao redor da Ilha, desde que a maré esteja baixa, pois na porção norte existe uma área de mangue de transposição bastante difícil durante as marés cheias. Porém, a grande distância desse percurso obriga praticamente um dia inteiro de caminhada para sua conclusão¹¹.

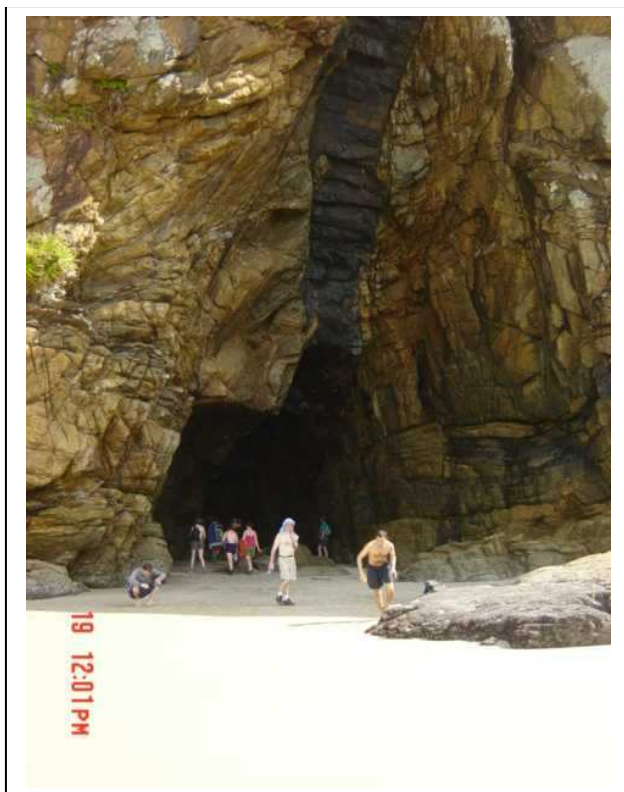
FIGURA 3 – FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES



FONTE: Schena, 2005

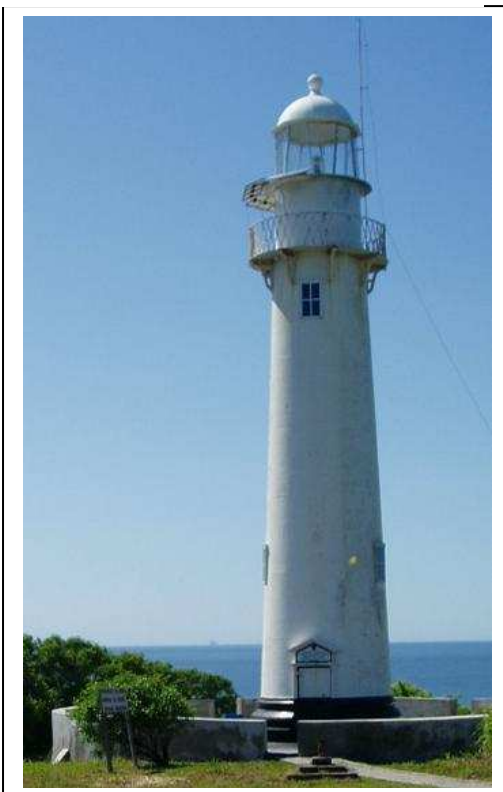
¹¹ Cabe ressaltar que esta caminhada é “proibida” pela Lei que transformou a porção Norte da Ilha em uma estação ecológica. Há uma placa logo após o Forte indicando que é proibida a entrada de pessoas.

FIGURA 4 – GRUTA DAS ENCANTADAS



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 5 – FAROL DAS CONCHAS



FONTE: Schena, 2005

No passado, existiram núcleos de povoamento de pescadores na porção norte da Ilha, porém a grande quantidade de insetos lá existente afastou a maioria dos moradores, que procuraram outras partes da Ilha ou do restante do litoral para se estabelecer. Na costa Oeste existe um pequeno grupo de pescadores, o qual praticamente não possui nenhuma ligação social com os moradores do restante da Ilha e a visita turística é praticamente inexistente.

Os pescadores da Ilha do Mel têm reclamado da quantidade de pesca disponível na Baía nos últimos anos. Se no passado a pesca era abundante, atualmente é necessária certa paciência para obter uma quantidade razoável de peixes. Segundo o depoimento de vários moradores, isso acontece devido a grande quantidade de pescadores na região, além da interferência de grandes barcos pesqueiros de Santa Catarina e da entrada dos navios cargueiros rumo ao porto de Paranaguá, os quais espantam os cardumes.

O cemitério local encontra-se na parte nordeste da Ilha, bastante distante das vilas de Nova Brasília e principalmente de Encantadas. Quando falece algum morador nativo em Encantadas, o corpo é levado de barco até o trapiche de Nova Brasília, onde é colocado em um carrinho e levado pelos moradores até o cemitério. Quando a maré está alta, é preciso passar pela praia e adentrar ao Forte pelas escadarias, tornando bastante difícil a execução do ritual. O IAP tem se oposto à utilização do cemitério local devido à erosão que também tem o assolado, o que acaba aflorando as ossadas. Com isso, os moradores da Ilha têm que procurar cemitérios de Pontal do Sul e Paranaguá para sepultar os seus entes.

1.2 Evolução do Turismo na Ilha do Mel

Na década de 1920, a Ilha do Mel já era considerada o primeiro recanto turístico do Estado do Paraná, contando com um hotel. A gruta de Encantadas costumava ser bastante visitada, mas como não havia casas de turistas nesta vila, eram realizadas excursões terrestres e marítimas até o local (FERNANDES, 1985, p. 141).

O turismo na Ilha do Mel começou a entrar em decadência com a construção da rodovia que liga Curitiba aos balneários continentais paranaenses em 1926, o que tornava o acesso mais rápido a estas praias (PARANÁ, 1996 a, p. 25). Pouco mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, a Ilha passou a representar um local estratégico de defesa do patrimônio nacional passando a ser considerada uma “Zona de Guerra”. Assim, muitas casas foram desapropriadas para abrigar os soldados que faziam plantão no local (PARANÁ, 1996b, v. 2, p. 62).

Depois da guerra o turismo praticamente desapareceu e a Ilha perdeu sua importância turística, tornando-se um lugar cada vez mais despovoado. Algumas famílias continuaram a freqüenta-la, porém o movimento nunca mais voltou a ser como o de antes da guerra (PARANÁ, 1996b, v. 2, p. 62).

O turismo na Ilha ressurgiu de maneira significativa na década de 1970, quando passou a ser apreciada por muitos jovens que a procuravam devido à beleza de suas paisagens e também por ser um lugar pouco habitado e sem policiamento. Pessoas que hoje estão estabelecidas na Ilha, a conheceram nessa época. Para Heloísa T. BRUHNS (2002, p. 8) esse fenômeno ganhou impulso com a discussão

sobre o ambientalismo que ganhou destaque como movimento de contestação na época, embora pautado em uma estratégia ingênua de “volta ao campo” a qual era de certa forma teatralizada com as viagens para locais naturais e isolados, tais como a Ilha do Mel.

Com o passar do tempo e das modificações no âmbito político, a rusticidade dos acessos, das embarcações e das instalações turísticas que caracterizavam a visitação local deu lugar a um turismo mais institucionalizado nos últimos anos. Inúmeros relatos de moradores e visitantes revelam que a partir da década de 1980, um número cada vez maior de turistas passou a freqüentar a Ilha. Se o visitante da década de 1970 apreciava acampar da maneira mais rústica e improvisada possível, na década de 1980 inicia-se um turismo mais dependente de certos confortos. Muitos visitantes passaram a entrar em contato mais direto com os nativos, lhes solicitando serviços como o uso de banheiros, hospedagem, transporte marítimo e alimentação.

Esse novo padrão turístico se intensificou principalmente depois de 1988, ano em que foi implantada a energia elétrica na Ilha, facilitando a construção de equipamentos urbanos e gerando mais conforto para moradores e visitantes. Atualmente, em Pontal do Sul há um terminal turístico construído pelo governo do Estado do Paraná em 2002, com lojas de *souvenirs* e artesanato, guichê de compra de passagens, trapiche, banheiros e atendimento ao turista realizado por funcionários nos idiomas francês, inglês e espanhol, além do português. Nas imediações deste terminal turístico existem vários estacionamentos particulares utilizados pelos turistas enquanto permanecem na Ilha. Os barcos de travessia possuem horários definidos de chegada e saída e oferecem toda a segurança necessária aos passageiros. Uma linha de ônibus interestadual liga Curitiba até o porto para a Ilha do Mel, em vários horários diários.

A Ilha do Mel possui vários camping, pousadas, restaurantes e lanchonetes para atender a grande quantidade de turistas, limitada a 5.000 visitantes simultâneos pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Esse grande contingente de pessoas acaba gerando vários problemas ambientais, devido à inexistência de coleta de esgoto e à superficialidade do lençol freático. Com isso, os efluentes geralmente são despejados nos córregos da Ilha e nas épocas de chuva essa água contaminada

acaba aflorando superficialmente, poluindo as praias¹² e colocando em risco a saúde das pessoas.

Este panorama da Ilha descrito até aqui se torna importante para contextualizar o leitor no âmago desse estudo. É bastante comum encontrarmos estas informações em artigos de revistas e jornais, folhetos turísticos e até mesmo em publicações científicas. Entretanto, é fácil notar desde o início uma descrição desprovida de gente, exaltando a Ilha do Mel como uma reserva natural idealizada de um reduto de paz e tranquilidade para os habitantes urbanos que para lá se dirigem.

Essa característica envolvendo a representação da Ilha do Mel como um lugar eminentemente “natural” impediu uma visão mais abrangente sobre sua estrutura cultural e social, nos dando a impressão de um lugar que nunca fora habitado por uma população nativa, culturalmente fluente. Embora o discurso do Estado em alguns prospectos seja o de afirmar que a Ilha não é um balneário (ver Anexo, p. 115), a prática social dos turistas parece se opor a esta afirmação. A Ilha possui diversas praias bastante apreciadas e movimentadas durante a temporada de verão. Muitas pessoas utilizam as águas da Prainha, em frente à Vila de Encantadas, como balneário, porém o IAP tem colocado avisos alertando a qualidade imprópria da água para o banho, pois praticamente todo o esgoto da Ilha é lançado *in natura* na Baía, além da existência de efluentes oriundos dos navios e demais embarcações.

¹² Na Ilha do Mel são monitoradas as praias do Farol, em Nova Brasília e Encantadas: três pontos no Mar de Dentro (trapiche) e um no Mar de Fora (praça de alimentação). Na praia de Encantadas / Mar de Fora, que fica no lado oposto do continente, o monitoramento é realizado em frente a Praça de Alimentação. Neste ponto as condições foram boas na maior parte do tempo. Na praia do Farol e no ponto “30 metros à Esquerda do Rio Pontinha” (final da praia de Encantadas), as condições de balneabilidade foram boas no início da temporada, mas pioraram muito com o passar do tempo, tornando-se impróprias desde a semana do ano novo até o final da temporada. Já nos trechos de praia próximos ao trapiche da Praia de Encantadas as condições de balneabilidade foram ruins durante toda a temporada. Isso se explica pela existência de riachos que trazem para a praia os esgotos domésticos de uma grande quantidade de residências, ocupada tanto por moradores da ilha como de visitantes. Desta forma, é recomendável que toda a Praia de Encantadas (Mar de Dentro) seja evitada para banho durante a temporada e, fora desta, desde o morro à esquerda do trapiche até aproximadamente 100 metros à direita do Rio Pontinha. PARANÁ. **Monitoramento da balneabilidade das águas do litoral do estado do Paraná período 1989/90 à 2004/05** – IAP, 2005, p. 14.

1.2.1 O esvaziamento da idéia de um “ecoturismo na Ilha do Mel”

Depois do contato com o arcabouço antropológico, certas pré-noções e impressões iniciais foram rapidamente diluídas. De posse de um novo esquema conceitual, foi possível perceber através da observação e por uma série de relatos um fato antropológico destacado, fator esse responsável por uma guinada na primeira idéia de projeto construída. Ao retornar à Ilha percebi que, na verdade, a figura do ecoturista acaba sendo idealizada pelo simples fato deste ator procurar um local com características naturais. Em outras palavras, não é porque o indivíduo procura uma Ilha, uma reserva ou estação ecológica que necessariamente ele é um “eco” turista; é possível buscar esses lugares sendo apenas um “turista”. Dessa forma, me deparei com algumas barreiras de difícil transposição: como definir a categoria ecoturista? Como conceituar o turismo praticado na Ilha do Mel? Em que esta prática social se distingue de outras?

Nesse momento é necessário esclarecer melhor o que se entende por *ecoturismo*. Este é um conceito ainda não padronizado para denominar esta atividade, gerando duas interpretações antagônicas. No primeiro caso, o prefixo “eco” pode dar a idéia de uma viagem para um lugar com forte apelo natural com praias e florestas; nesse caso, não é levado em consideração o fato que esta atividade poderia acarretar uma série de problemas ambientais se o número de visitantes e todo o impacto resultante disso não tivesse meios de ser mitigado, tornando o ecoturismo uma ação nada ecológica. No segundo caso, o prefixo “eco” poderia dar a entender uma viagem para esse mesmo local natural, porém com toda uma sistematização técnica e logística¹³, de modo a evitar impactos ambientais decorrentes da atividade turística; nesse caso, o ecoturista teria roteiros pré-estabelecidos, auxílio de guias, normas de convivência com a comunidade local, palestras científicas, instalações sanitárias, acomodações adequadas etc.

Com isso, a tentativa de definição da categoria “ecoturista” ficaria inviável, dado o caráter problemático inerente a qualquer tipologia. Ao invés de procurar outro

¹³ Uso sustentável dos recursos; redução do consumo supérfluo e do desperdício; manutenção da biodiversidade; introdução do turismo no planejamento; suporte às economias locais; envolvimento das comunidades locais; consulta ao público e às instituições públicas e não-governamentais; capacitação de mão-de-obra, marketing responsável e; estímulo e desenvolvimento da pesquisa relacionada aos problemas a ele vinculados. (MENDONÇA, 2003)

local para a viabilização da pesquisa, optei por continuar na Ilha do Mel, influenciado agora pelas potencialidades e questões que o próprio campo me colocava.

Já nas primeiras incursões a campo, foi possível observar que o significado do turismo na Ilha, apesar dos vários discursos valorizando a natureza, pouco tinha haver com o “eco”, tanto no seu sentido educativo ambientalista como na estrutura física adequada para a recepção dos turistas. A Ilha do Mel é bastante procurada durante o verão e nos feriados por pessoas que buscam lazer e tranquilidade. Nesse sentido, o contato próximo com a natureza, com os nativos, o padrão rústico, as atividades e a noção de tempo contrastante com o existente nos centros urbanos são os ingredientes bastante citados pelos freqüentadores da Ilha.

Obviamente, o padrão de conforto oferecido pelos estabelecimentos na Ilha foi bastante alterado nos últimos anos. Até o final de década de 1980 não havia energia elétrica, porto de embarque/desembarque, embarcações normatizadas e seguras para o transporte de passageiros e os restaurantes e pousadas possuíam estruturas bem mais precárias que atualmente. Esta situação, porém, não servia como empecilho para muitas pessoas que freqüentavam a Ilha, pelo contrário, constituía até mesmo um elemento motivador, o que tornava a experiência *sui generes* em relação a uma estadia nas praias do continente, como é possível identificar nos depoimentos a seguir colhidos em um fórum sobre a Ilha do Mel no site do Orkut¹⁴.

“Lembro da ilha quando a febre era o metal não o reggae, muita gente de preto, chuva de barracas, litros a tonel de 51 pelo chão, nas vendas só se vendia pão caseiro em algumas casas, a noite só tinha gente ouvindo radio se tinha lembrado de trazer pilhas, e nas lanchonetes só se tinha uns mistos e uns “x-qualquer” coisa... As pontes eram todas de pinguelas, nada de concreto, fazer as necessidades físicas era um tormento quando às vezes no meio do mato se encontrava um lagarto te observando (risos)... transitando entre as trilhas, uma festa de lanternas desfilando como em uma rave, as edificações eram todas modestas, não existia as mansões que hoje existem... Trapiche? Que nada naquela época era tudo na raça, água até a barriga quando não se encontrava um buraco fazendo você afundar com bagagem, e tudo... Era realmente uma aventura...ficou a saudade de um tempo em que a gente acampava mesmo, e não só brincava de acampar como hoje! Mesmo assim, a ilha é maravilhosa pra mim, eu amo ela e nada vai mudar isso!”

¹⁴ O Orkut é uma comunidade *on line* que conecta milhares de pessoas através de uma rede de amigos confiáveis. Cada integrante pode criar ou participar de uma comunidade sobre qualquer tema. No Orkut existem várias comunidades sobre a Ilha, sendo que em uma delas, estão cadastrados mais de vinte mil membros. www.orkut.com

Fui na Ilha há 20 anos atrás... uma loucura! Fui com amigas/os, com barraca e tudo. Pegamos carona de Curitiba até Paranaguá e depois até Pontal... "mó" doideira... (riso)... pegamos aquele barco "Bateau Mouche" da vida... que medo! Depois descer do barquinho com água nas canelas... hahaha... nunca me aventurei tanto na vida... acampamos e foi legal apesar de eu achar tudo muito rústico... banho na bica (e frio pra "kct")... sem luz... mas à noite era tudo, dava pra ver milhões de estrelas, que céu maravilhoso... q lugar lindo...

De certa forma, passado mais de vinte anos, o turismo atual possui muitas semelhanças com o praticado anteriormente, porém as noções de precariedade e rusticidade sofreram alterações. Em uma matéria do jornal Paraná On-line¹⁵ de 20 de novembro de 2005, chama atenção o depoimento de dois entrevistados, posto que a reportagem "A Ilha do Mel é um dos principais destinos do nosso litoral" procurava evidenciar a precariedade das condições turísticas da Ilha:

Questionada após desembarcar no terminal no fim do feriado, a turista curitibana Andréa Gonçalves disse que a ilha está maravilhosa. "Está pronta. Deus já a deixou pronta, não precisa de mais nada", revelou. "As atrações são as praias, a beleza natural. Não precisa de estrutura, pois esse é seu diferencial", completou o paulistano Ricardo Daguaní.

Se a tentativa da reportagem era denunciar a precariedade das instalações turísticas e legitimar tal informação com o ponto de vista dos visitantes, os depoimentos acabaram por revelar um movimento contrário. Para Heloísa T. BRUHNS (2001, p. 130), quando o artificial elimina os riscos, os perigos, as durezas, as emoções, os conflitos e as contradições, significa em parte a eliminação da aventura, dos acontecimentos inesperados e a atividade turística deixa de ter a significação pretendida.

Estes depoimentos revelam a satisfação que aquele tipo de visitante encontrava em vivenciar um modo de vida diferenciado na Ilha, caracterizado pela rusticidade, pelos acontecimentos inusitados e pelos sortilégios impostos pela condição natural do local. Podemos perceber que a precariedade das embarcações ou a ausência de trapiche gerava o risco do visitante afundar com sua bagagem, mas isso de maneira nenhuma adquiria uma conotação lamentável, pois constituía uma espécie de rito fundamental para uma típica permanência no local.

Porém, mesmo com a existência de pousadas e restaurantes melhor estruturados, ainda hoje é possível ter uma permanência mais rústica no local,

¹⁵ <http://www.parana-online.com.br/noticias/index.php?op=ver&id=174596&caderno=3>

quando o visitante opta por utilizar os camping, geralmente de propriedade dos nativos da Ilha. Certos detalhes intrínsecos à insularidade, como o relativo isolamento, a inexistência de veículos automotores, ruas e iluminação pública nas trilhas, tornam a experiência mais descolada dos padrões urbanos, atraindo muitos visitantes:

Fala sério, tem coisa melhor que embarcar na barca pra ilha, fazer a travessia, chegar no trapiche e dizer: "até que enfim cheguei, eu amo este lugar!!!" Tirar o tênis e colocar uma havaiana, ou andar descalço mesmo... Andar por aquelas trilhas (eu amo a Trilha do Belo), ver as pessoas despreocupadas, de bem com a vida e não querendo sair dali? Fala sério, existe sensação melhor?

Eu sou tão apaixonado pela ilha que vou fazer meu projeto de conclusão de curso baseado na ilha, só para poder ir inúmeras vezes pra lá! Cheguei hoje (03/04) de lá, tava irado o final de semana! E o que me faz amar a ilha?! O povo local de lá, é o povo mais simpático e acolhedor que conheço, você passa e cumprimenta todo mundo como se fosse conhecido a anos lá. O que é melhor que acordar e escutar os pássaros? Olhar pela janela e ver a mata nativa? Levantar, tomar um café ao som dos passarinhos, escutar e ver o pessoal passando a pé nas trilhas, sem se importar que carro a pessoa tem, aonde mora, sem se importar com classe social, e sem todos aqueles vícios horríveis que a vida na cidade nos trás. Sair para caminhar pela beira da praia e descobrir que parece que não acaba nunca, e quando estiver muito cansado e com a sola do pé doída, dar um mergulho revigorante no mar. Descobrir que o paraíso está mais perto que imaginamos, e que a paz está dentro de nós, porém precisamos pensar para alcança-la, e na cidade mal conseguimos pensar em meio a correria e a loucura urbana. Descobrir, que a felicidade não está nos bens materiais, e sim, na vida, na natureza, no mundo em que vivemos. Aprender a respeitar a natureza, pois lá descobrimos a importância dela em nossas vidas. E é por isso e mais outras coisas que eu falo que AMO A ILHA DO MEL!

Percebemos nesses depoimentos que o “estar na Ilha”, em contato direto com essa “natureza” desencadeia uma série de sentimentos e emoções nas pessoas que a procuram e uma conotação dada à natureza que não é necessariamente ambiental, mas sim um elemento importante de um cenário que representa uma espécie de válvula de escape ou antítese com a vida no meio urbano.

Por outro lado, essas representações formadas pelos turistas não são as mesmas evocadas pelos moradores, pois estes já vivem ali e a “natureza” é interpretada enquanto provedora de sua sobrevivência, fornecendo a pesca e a água e, sob um ponto de vista moderno, o cenário que atrai os turistas e também o seu dinheiro. Segundo CANCLINI (1982, p. 66), “a fascinação nostálgica pelo rústico é uma das motivações mais invocadas pelo turismo”. Para este autor, mesmo que o sistema capitalista proponha a homogeneidade urbana e o conforto tecnológico como modo de vida e que seu projeto básico seja apropriar-se da natureza e

subordinar todas as formas de produção à economia mercantil, a indústria do turismo necessita preservar as comunidades arcaicas como museus vivos.

Entretanto, é necessário ter em conta que essas comunidades não são recipientes passivos de influências externas e elas mesmas podem definir o padrão de vida que desejam ter. Além disso, o turismo existente na Ilha parece revelar nuances que teorias generalizantes sobre o tema são incapazes de explicar em sua totalidade. É inegável a existência de uma indústria do turismo na atualidade, mas considerar que o encontro entre visitantes e turistas sempre renderá prejuízos à comunidade receptora é imputar sua capacidade de reagir e modelar um fenômeno aos seus próprios interesses. Como veremos a seguir, os próprios moradores nativos foram desenvolvendo o turismo enquanto uma atividade econômica de acordo com seus próprios anseios, passando muitas vezes por cima das restrições impostas pelo Estado.

O que pretendemos fazer foi relativizar noções idealizadas de turismo de natureza na Ilha do Mel, partindo da observação em campo e do discurso dos próprios visitantes. Entretanto, para se obter um quadro geral sobre o que representa afinal a Ilha do Mel, é necessário evidenciar também o ponto de vista local. O ato de vivenciar o dia-a-dia do campo, conversar com os moradores, se embrenhar no mundo deles e perceber suas categorias sociais constituem as ações fundamentais para um diálogo sobre o presente etnográfico da Ilha.

2. LEIS, PESSOAS E ANDANÇAS

2.1 Evolução das Interferências do Estado

Qualquer estudo sobre a Ilha do Mel obrigatoriamente tem que incluir uma análise da ação do Estado do Paraná devido à forma e a dimensão como esta esfera governamental tem interferido no cotidiano da Ilha, dos visitantes e, principalmente, dos moradores. O Estado tem se colocado nas duas últimas décadas como um elemento central na mediação entre o turismo e o uso do território da Ilha, tornando problemática a maneira como diferentes setores interpretam a sua ação.

A primeira intervenção do Governo do Estado do Paraná sob o aspecto da legislação ocorreu em 1972, quando a lei nº 1.211 de 16/09/1953¹⁶, veio a enquadrar a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres¹⁷ como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná e, mais tarde, em 1975, a Ilha do Mel como um todo¹⁸.

No texto do processo 56/75 de tombamento da Ilha do Mel, no item “observações” é descrito:

“O tombamento tem a finalidade de proteger a flora, fauna e os sambaquis. E pela forma notável com que foi dotada pela natureza os seus pontos característicos, morros, enseadas e praias. Toda a nova construção de infra-estrutura turística só poderá ser construída depois de aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.”

Esta Lei nº 1.211 chama atenção pelo fato do Estado do Paraná demonstrar pela primeira vez uma preocupação que não havia tido até o momento, em reconhecer os atributos naturais da Ilha do Mel e controlar a instalação de infra-estrutura turística no local. Entretanto, juridicamente este documento possui valor contestável, pois a Ilha do Mel, assim como quase todas as ilhas em território

¹⁶ A Lei nº 1.211 de 16/09/1953 que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico e artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agencados pela indústria humana.

¹⁷ (processo nº 39/72).

¹⁸ (processo nº 56/75).

nacional são de propriedade da União, não cabendo nenhuma forma de atuação jurídica estadual.

Em 1977, a PARANATUR (autarquia responsável pelo desenvolvimento turístico do Estado) já havia consultado a COPEL (companhia energética do Estado) sobre a possibilidade de interligação ao sistema elétrico de Pontal do Sul através de transposição submarina dos cabos condutores de energia (p. 50), num claro interesse de desenvolvimento turístico no local. Porém, na época a iniciativa foi considerada financeiramente inviável e somente passou a ser efetivada após 1988.

A situação jurídica da Ilha irá mudar quando em 12 de junho de 1980, através do Ofício nº 851/80 do Estado do Paraná endereçado ao Serviço do Patrimônio da União, o Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, Sr. Fernando Fontana, formalizou, devidamente autorizado pelo então governador do Estado - Ney Braga - a “demonstração do interesse do Estado do Paraná em receber sob a forma jurídica mais adequada a Ilha do Mel, localizada na Baía de Paranaguá, e hoje pertencente ao Serviço do Patrimônio da União”.

Um fato que deve ser colocado em evidência neste ofício solicitando o aforamento da Ilha, consiste no setor do Estado responsável pelo pedido: a Secretaria da Indústria e Comércio. Isto é bastante revelador, pois nos mostra que a primeira intervenção direta do Estado do Paraná tinha como finalidade inicial algum tipo de interesse no plano econômico. Se o interesse fosse puramente ecológico ou patrimonial, a tendência era o ofício partir de alguma Secretaria responsável pelo meio ambiente, como o Instituto de Terras e Cartografia (ITC).

Em resposta a esse pedido, no dia 15 de abril de 1982, a portaria nº 160 do Ministério da Fazenda “autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos que menciona¹⁹, situados na Baía de Paranaguá, Estado do Paraná”. A seguir, apresentaremos os artigos dessa portaria, para que possamos entender melhor as atribuições do Estado do Paraná para com seu novo bem aforado:

Artigo 1º - O Serviço do Patrimônio da União fica autorizado a promover a sessão, sob o regime de aforamento, ao Estado do Paraná, dos terrenos de marinha e nacional que constituem a denominada Ilha do Mel, situada na Baía de Paranaguá, Município de

¹⁹ Terrenos de marinha e nacional que constituem a denominada Ilha do Mel... exceto os terrenos e as benfeitorias neles existentes que se acham sob a jurisdição de órgãos da administração federal.

Paranaguá, Estado do Paraná, exceto os terrenos e as benfeitorias neles existentes que se acham sob a jurisdição de órgãos da administração federal;

Artigo 2º - Os terrenos a que se refere o artigo anterior destinam-se à preservação do ambiente natural e o equilíbrio ecológico, proteção da flora e fauna e dos bens tombados; reflorestamento, bem assim, para execução de plano turístico e urbanização;

Artigo 3º - Obriga-se o cessionário a submeter à prévia aprovação do Serviço do Patrimônio da União, no prazo de até 12 (doze) meses, a partir da presente data, um Plano de Utilização da Ilha, onde deverão ser especificadas as condições de uso, os projetos a executar e os respectivos cronogramas.

Artigo 4º - Responderá o cessionário, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser invocadas por terceiro, objetivando os terrenos de que trata esta Portaria.

Artigo 5º - Ficará o cessionário isento de pagamento do preço correspondente ao valor do domínio útil dos terrenos e dos respectivos foros, enquanto lhe estiverem os mesmos aforados, bem como dos laudêmios, nas transferências que vier efetuar.

Artigo 6º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização inclusive por benfeitorias realizadas, se aos terrenos, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista nos artigos 2º e 3º desta Portaria ou se ocorrer inadimplemento da cláusula contratual;

Artigo 7º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Of. nº22/82) CARLOS VIA CAVA.

A partir das responsabilidades designadas por este documento, o Governador do Paraná Ney Braga cria o Decreto nº2.611 instituindo:

“a Comissão Especial destinada a estudar e sugerir providências a serem adotadas com vistas à valorização do patrimônio cultural e natural, à preservação do equilíbrio ecológico e a normatização do uso e ocupação do solo, de ilhas localizadas no litoral paranaense, especialmente as Ilhas do Mel e de Superagui”.

Esta comissão foi composta por um representante da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, responsável pela presidência da comissão, além de representantes da Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), da Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR), da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, da Secretaria de Estado do Interior, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), da Procuradoria Geral do Estado e da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná (ITC).

A análise do Relatório nº 1 da Comissão Especial para Estudos de Ilhas do Litoral Paranaense traz algumas informações importantes. Segundo este relatório, no ano de 1980 um grupo de empresários desenvolveu um plano de aproveitamento turístico e o apresentou à PARANATUR, a qual opinou favoravelmente à sua

execução²⁰. “Em seguida, os autores do mencionado projeto requereram o aforamento da Ilha”. Ora, esta citação põe em evidência que estes autores estavam coadunados à Secretaria da Indústria e Comércio, a qual assinou o requerimento. Porém, nem todos os setores da máquina administrativa do Estado concordaram com estes planos e se estabeleceu uma pressão interna de maneira a cessar as tentativas de desenvolvimento turístico “a qualquer preço” na Ilha. Além disso, uma grande pressão da opinião pública motivada por instituições de apoio à preservação do meio ambiente fez com que o Governador do Estado indeferisse estes planos.

“Instituições paranaenses voltadas à preservação ambiental, através dos veículos de comunicação, trouxeram ao conhecimento público o citado requerimento. O Governador Ney Braga, que sempre se preocupou com a problemática da Ilha, na defesa dos externados interesses populares, não só solicitou ao Governo da União que fosse indeferido o pedido do grupo de empresários, como pleiteou ao SPU (ofício SEIC-GS/851/80, de 12/06/1980) a cessão da Ilha do Mel, sob a forma jurídica mais apropriada.”

Na introdução desse relatório nº 1, são discutidas “hipóteses / alternativas para o uso adequado da Ilha”:

- A manutenção da Ilha do Mel como RESERVA NATURAL INTEGRAL, onde a natureza é abandonada a si mesma e colocada sob controle do poder público;
- Determinação de áreas para urbanização, como parcelamento e ocupação do solo por moradores em função de fatores limitantes tais como, água, luz, etc. Isto representa o extremo oposto com ocupação dentro da capacidade de absorção em padrões mínimos de conforto;
- Uso misto. O ambiente mais ou menos transformado e conservando uma parte de seu equilíbrio primitivo, objetivando turismo dirigido, em escala doméstica, opção esta que se configura ser a mais adequada, tendo em vista as condições atuais da Ilha.

A comissão após analisar estas possibilidades, chegou a conclusão que a Ilha deveria ter um plano baseado no uso misto. Para tanto, estabeleceram certas proposições de ação imediatas, antes mesmo da concretização do aforamento da União para o Estado tais como:

²⁰ Desde 1975, alguns planos de aproveitamento turístico para Ilha do Mel foram idealizados e apresentados ao governo do Estado do Paraná: O plano de Muller Procopiak Arquitetos (1970), os planos de Rubens Meister (1970, 1980), o plano de Jaime Lerner (1975) e o de Airon Cornelsen (1980). Apesar de certas especificidades, todos esses planos tinham em comum a idéia de desenvolver um grande centro de entretenimento para os turistas, incompatíveis com o discurso de preservação ambiental.

- a) colocação de placas em pontos estratégicos da Ilha alertando que a aquisição de posses e a construção de casas deveriam ser precedidas de consulta ao ITC.;
- b) implantação de núcleo de vigilância e fiscalização com o objetivo de impedir a ocupação desorganizada, a degradação ambiental e de proteger o patrimônio cultural, através de aplicação da legislação vigente²¹;
- c) levantamento e amarração topográfica das propriedades existentes para controlar as benfeitorias e evitar a requisição de eventuais futuros direitos;
- d) intensificação do policiamento nas temporadas de férias, para maior segurança dos veranistas e moradores;
- e) estabelecimento de áreas para instalação de barracas e trapiches;
- f) instalação de viveiro florestal para colaborar na manutenção e ampliação da cobertura vegetal;
- g) levantamento das edificações;
- h) atendimento médico em vista das precárias condições de vida da população.

Gostaria de chamar atenção a respeito dessas proposições de ações imediatas. Se o próprio Estado por um lado reconheceu a possibilidade de uso misto do território da Ilha devido ao turismo, por outro negligenciou os aspectos culturais locais. Um exemplo disso, é que somente no último item dessas ações é citada a importância da intensificação do atendimento médico à população.

Consta também nesse relatório a importância da elaboração de um Plano de Uso, levando em consideração os seguintes aspectos:

- preservação da fauna e flora e de bens culturais
- não desconfiguração da paisagem
- infra-estrutura restrita ao mínimo indispensável
- turismo em escala doméstica
- proibição da circulação de veículos automotores e de tração animal
- limitação física da ocupação humana
- assistência médico-sanitária permanente aos moradores
- medidas de promoção à melhoria da qualidade de vida dos moradores permanentes
- evitar a especulação imobiliária.

Cabe ressaltar aqui que muitos conceitos descritos nesses itens não são aprofundados no relatório, tornando-se potencialmente confusos e gerando várias interpretações, como por exemplo, os conceitos de: 1) *infra-estrutura mínima indispensável*, 2) *turismo em escala doméstica*, 3) *não desconfiguração da paisagem* e 4) *limitação física da ocupação humana*.

²¹ Lei 3.924/61 – Sítios Arqueológicos, Lei 4.771/65 – Código Florestal, Lei 5.197/67 – Código de Caça, Lei 24.643/34 – Código das Águas, Decreto-Lei 1.211/53 – Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, Lei Estadual 7.389/80 – Áreas de Interesse Espacial no Litoral Paranaense.

No item 1, não fica claro o que se entende por “mínimo indispensável”, conceito este bastante amplo e genérico, ainda mais se tratando de um local turístico. O que é mínimo indispensável para os moradores nativos pode significar algo bastante diferente para os turistas, por exemplo.

No item 2, a dúvida se encontra no significado de “escala doméstica” e como que esta graduação no número de visitantes deixaria de acarretar problemas para o meio ambiente local. Esta definição parece estar associada ao conceito de “capacidade de carga” que está relacionado à quantidade de visitantes que um local pode receber de maneira a não sofrer impactos ambientais significativos. Porém, este conceito possui alguns problemas epistemológicos, pois leva em conta somente a quantidade de pessoas e não a qualidade da visita.

No item 3, a “não desconfiguração da paisagem” soa como o que DIEGUES (1996) interpreta como o “mito moderno da natureza intocada”, ou seja, uma área onde a natureza impera sem qualquer tipo de ação humana. Este título está relacionado à adaptação de conceitos míticos como forma de situar toda a problemática ambiental. A mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável, a que Diegues chama de "neomito" ou "mito moderno", vai constituir o substrato para a construção da concepção preservacionista: criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas, de acordo com a idéia, de origem cristã, de paraíso perdido.

Esta visão parece distorcida, pois a Ilha do Mel, mesmo em suas florestas interiores, é um ambiente humanizado há muito tempo. Até mesmo sambaquis são encontrados em seu território, demonstrando que a ocupação na Ilha é bastante antiga e que já foi povoada por outros grupos sociais.

No item 4, esta limitação física da ocupação humana veio acarretar sérios problemas para os moradores nativos. Segundo o relato de vários moradores mais velhos, quando um filho crescia e casava, este procurava uma nova área, cortava o mato e construía uma casa, sem qualquer tipo de restrição legal. Com as leis contidas no Plano de Uso da Ilha e a grande especulação imobiliária que elevou sobremaneira o valor da terra, os jovens nativos não têm dinheiro o suficiente para adquirir um lote, restando a possibilidade de construir uma casa no lote dos pais ou morar na mesma casa que eles depois que casam.

Essa filosofia marcada por uma justificativa “científica” e “social” tem levado a um tipo de manejo de áreas “naturais” baseadas em dois axiomas do pensamento norte-americano sobre a natureza selvagem: a crença monumentalista de que o mundo selvagem tem que ser grande e contínuo e que toda a ação humana é prejudicial para a conservação da biodiversidade (GUHA, 2000, p. 95). De um dia para o outro, o Estado passou a interferir de maneira bastante diferenciada na Ilha, negligenciando grande parte do aspecto cultural e da vida social dos ilhéus. Segundo dezenas de moradores, várias atividades cotidianas que realizavam passaram a ser proibidas e recriminadas pelo Estado. No segundo relatório – Plano de Uso, da Comissão Especial para Estudos de Ilhas do Litoral Paranaense – foram lançadas as seguintes propostas para esta atividade:

- Delimitar duas áreas para acampamento, uma na Prainha e outra em Nova Brasília, com instalações sanitárias e churrasqueiras, com capacidade para 200 barracas cada;
- Permitir a construção de uma hospedaria para 50 pessoas na Prainha e outra em Nova Brasília;
- Instalar um sistema de informações e reservas, na parte continental;
- Realizar cursos de treinamento, especialmente os referentes ao artesanato, para os familiares dos pescadores.

Estas propostas merecem uma análise: primeiro, elas excluem a possibilidade dos nativos de terem seus próprios negócios ligados à hospedagem ao querer delimitar áreas exclusivas para camping e propor a construção somente de duas hospedarias, pois os nativos não tinham dinheiro para realizar um empreendimento desse porte; segundo, o Estado coloca de maneira muito clara no último item a sua percepção sobre os nativos, ou seja, de que eles teriam que trabalhar com a confecção de artesanato para garantir sua sobrevivência, reforçando seu caráter liminar de “bons selvagens”. Por meio de uma revisão histórica entre os nativos da Ilha, foi possível identificar que nas últimas décadas pouco artesanato era ali desenvolvido, sendo que apenas alguns tipos de cesto eram produzidos. Entretanto, para o Estado, o artesanato parece representar a única possibilidade de enquadramento das populações locais na indústria turística, mesmo que estas não tenham tradição na atividade. Dessa forma, o Estado nunca conseguiu aplicar a maior parte dessas propostas, em parte pela dificuldade em dialogar com a população local e outra pela própria resistência cultural dos moradores da Ilha.

Em setembro de 1982, já na Gestão do Governador José Hosken de Novaes, este cria o Decreto nº 5.397 delegando ao Instituto de Terras e Cartografia (ITC), “os poderes necessários à fiel execução das atribuições conferidas ao Estado do Paraná na Portaria de 15 de abril de 1982, da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda”. Também nesta data, o governador cria outro Decreto, o de nº 5.454 criando a *Estação Ecológica da Ilha do Mel*, com uma área de 2.240,69 ha, compreendida na zona de preservação dos terrenos da marinha e interiores com o objetivo de garantir a preservação da biota. Com as reorganizações administrativas do Estado, na década de 1990 o ITC foi extinto e foi criado o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão esse que ficou responsável pela administração da Ilha e se mantém até os dias atuais.

Somente em 1988 o governo do Estado do Paraná promoveu a instalação de energia elétrica na Ilha, por meio de dois geradores movidos a diesel, que forneciam energia entre as 6 até as 22 horas. Mais tarde o horário foi estendido até meia-noite e posteriormente às 2 horas. Quando o sistema elétrico foi interligado com o continente, a energia elétrica passou a ser disponibilizada 24 horas por dia, de maneira ininterrupta. Segundo diversos moradores, esse foi o principal fator para a atração de um maior número de turistas, facilitando também aos moradores nativos a disponibilização de serviços como hospedagem com mais conforto e alimentação: “quando não tinha energia era difícil, não dava para servir nada gelado, nem alimentos com carne”.

A portaria nº 020/98 do IAP organizou o *Conselho Gestor da Ilha do Mel* com a finalidade de “avaliar e pronunciar-se antecipadamente acerca das obras e atividades a serem desenvolvidas na Ilha”. Para isso constituiu dois membros da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), dois representantes do IAP (sendo que um atua como Presidente e o outro como Secretário Executivo do Conselho Gestor), dois representantes da Prefeitura Municipal de Paranaguá, dois representantes de entidades vinculadas à localidade Farol/Brasília/Fortaleza, dois representantes de entidades vinculadas à localidade Prainha/Encantadas e um representante da Associação dos Barqueiros da Ilha do Mel. Porém, os próprios nativos relatam que esse conselho gestor não defende os seus direitos, pois constitui apenas um órgão consultivo e não deliberativo: no final

das assembléias gerais, sempre o IAP toma a decisão final. Essa dinâmica, segundo os próprios moradores nativos, os afasta das discussões políticas.

Durante o trabalho de campo, conversei com duas pessoas que utilizavam os coletes do IAP e circulavam pelas diversas trilhas de Encantadas, portando pranchetas e máquina fotográfica. Fui convidado para ir até a casa onde estavam instalados no final da tarde daquele mesmo dia e, assim foi feito. Quando lá cheguei, eles revelaram que trabalhavam como fiscais do IAP, e eram lotados em Londrina (norte do Paraná), mas que já era o segundo ano consecutivo que eram designados para atuar na Ilha durante o verão. Achei estranho o fato do IAP não designar nenhum fiscal lotado em Paranaguá ou Curitiba, cidades mais próximas. Sobre isso, os fiscais revelaram que é uma questão estratégica do IAP, pois vindos de locais longínquos podem agir com mais imparcialidade e evitar retaliações por parte da população local, que pode se tornar agressiva diante de um auto de infração aplicado por eles.

Essa percepção do Estado sobre a “imparcialidade” na fiscalização não é um fenômeno recente. O relatório número 2 da *Comissão Especial para Estudos de Ilhas do Litoral Paranaense* de julho de 1981 cita “na área de segurança pública e fiscalização existem quatro policiais militares que são moradores da Ilha, perfeitamente integrados à comunidade, de tal forma que perderam a capacidade de atuação”. Nesse contexto não é de se estranhar a péssima impressão que os órgãos ligados ao meio ambiente passaram a ter entre os moradores da Ilha, principalmente os nativos. Essa questão foi admitida pelo próprio Estado em um diagnóstico realizado em 1989²², em que o ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - órgão então responsável pela administração e ordenamento do uso do solo na Ilha) “é mal visto e rejeitado pelos nativos dado o desempenho autoritário de seus técnicos em gestões anteriores”.

Como já havia colhido vários depoimentos de moradores sobre a percepção que tinham da atuação do Estado no local, direcionei a conversa aos temas que mais causavam agitação social. A respeito das construções, os fiscais comentaram que não é proibido construir na Ilha desde que seja apresentado um projeto coerente

²² Diagnóstico preliminar da situação atual da Ilha do Mel. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente / Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente. (p. 7)

com um responsável técnico, condição esta que, segundo eles, dificilmente é realizada pelos nativos. Entretanto, historicamente as casas da Ilha são edificadas através da dinâmica de autoconstrução e o Estado parece negligenciar esta dimensão cultural. Outro motivo bastante comum de autuações é o lançamento de esgoto doméstico nos córregos da Ilha, principalmente por parte dos proprietários de camping durante os períodos de maior movimento. Isso acontece quando as fossas não conseguem dar conta da carga de esgotos, principalmente nos períodos de chuva, quando o solo fica saturado de umidade. Outra vez, o Estado não leva em conta que não há um sistema de coleta de esgotos na Ilha e que os donos de camping (nativos em sua maioria) precisam obter renda extra para sobreviver nos períodos fracos em turismo, trabalhando com a lotação máxima em seus terrenos.

Essas questões aqui apontadas constituem os principais impasses que existem entre a população local e o Estado, tornando a interação entre essas duas esferas bastante tensa e conflituosa. Essa dinâmica ocorre devido à histórica falta de reconhecimento por parte do Estado sobre a população local da Ilha, o qual deveria representar politicamente, mas que, em nome de uma suposta “preservação ambiental” do local, acaba negligenciando o aspecto cultural nativo. No capítulo seguinte retomaremos esse assunto com a visão dos próprios nativos.

Estas posturas apresentadas por parte do Estado têm sido uma tônica em casos semelhantes ao da Ilha. A criação de reservas naturais protegidas em territórios ocupados por grupos tradicionais geralmente é vista pelos seus integrantes como uma usurpação dos direitos à terra onde viveram seus antepassados, espaço este de caráter coletivo no qual se realizava um modo de vida distinto do urbano-industrial. Para DIEGUES (1996, p. 67), essa usurpação torna-se mais grave quando a “operacionalização de um neomito” (áreas naturais protegidas sem população) se faz com a justificativa de criação de espaços públicos em benefício do país ou da humanidade, quando na verdade trazem benefícios somente às populações urbano-industriais, essas sim, as verdadeiras responsáveis pela crise ambiental planetária.

No caso da Ilha do Mel, a população local não foi “expulsa” por meios “legais” como foi feito em outras áreas. Entretanto, foi instalada uma visão conflitante entre o significado de espaço público e o espaço dos grupos tradicionais, segundo perspectivas distintas e até opostas: a do Estado, representando os interesses das

populações urbano-industriais e a dos nativos. Para DIEGUES (1996, p. 69) o que está implícito neste processo “é que as sociedades tradicionais devem ‘sacrificar-se’ para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e de ‘contato com a natureza selvagem’, ou de uso restrito para a proteção da biodiversidade”. O que foge a análise do Estado é que estas populações eram dotadas de mitos, valores, normas e interdições que regulavam o acesso aos recursos naturais, o que impedia sua degradação a níveis que ultrapassavam o limiar natural das áreas. Nesse processo, emerge o conflito entre dois saberes: o técnico-escolar massificado e das populações “tradicionais”.

2.2 Caminhando por Encantadas

Em *Ilhas e Mares — simbolismo e imaginário*, Diegues (1998) realizou uma pesquisa interdisciplinar, recorrendo à antropologia, psicologia, história, geografia, literatura, além das ciências sociais, afirmando que as ilhas estão presentes nos mitos fundadores de muitas sociedades e culturas, como a japonesa e a polinésia. "A ilha, com seus múltiplos significados, é, sem dúvida, uma dessas imagens primitivas universais que atravessaram os tempos, sendo recriadas nos vários momentos históricos por inúmeras sociedades". Para Diegues, o mito do paraíso perdido sobrevive nas imagens da ilha paradisíaca, território privilegiado onde as leis são abolidas e o tempo parece suceder mais lentamente. "A ilha deserta e maravilhosa, tão presente na publicidade das agências de turismo quando falam nas belezas do Caribe, é um signo banalizado do paraíso perdido, na qual o turista retomaria o contato com o primitivo paradisíaco".

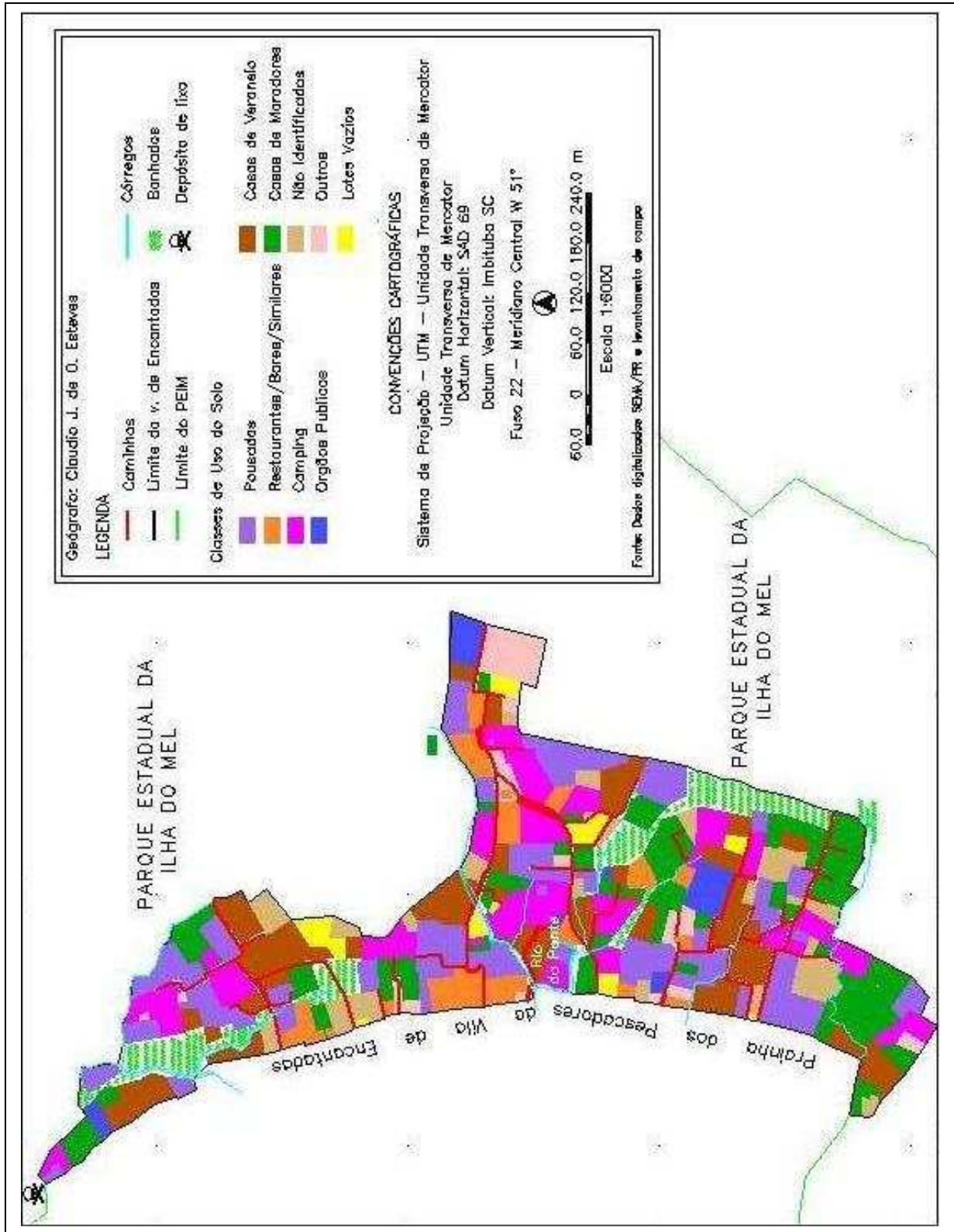
O mítico e o imaginário não deixam de envolver também ilhas brasileiras: se no passado, muitas ilhas estavam associadas à restrição da liberdade por terem sido usadas como prisão, na contemporaneidade adquiriram significados associados ao lazer, ao prazer e às culturas associadas ao mar. Estas representações sobre as ilhas são importantes para descrevermos uma etnografia de uma visita em Encantadas. Os sentimentos que encerram numa caminhada pelas trilhas da Ilha nos levam a uma postura mesmo de um “alienígena” estranhando o exótico. Por outro lado, o trabalho etnográfico propicia a incorporação da visão nativa e algumas inversões entre essa e a visão externa dos habitantes urbanos são produzidas.

A idéia aqui é descrever uma caminhada etnográfica por Encantadas, para revelar as percepções construídas no decorrer da pesquisa. Dessa forma é possível pensar de que forma uma representação anterior, permeada por essas concepções do imaginário coletivo, pode dialogar com a nova interpretação obtida através da pesquisa etnográfica, mostrando que a ilha assume diferentes significados aos olhos de diferentes observadores.

Quando o barco começa a se aproximar de Encantadas, torna-se possível visualizar a Prainha e rapidamente salta aos olhos as choupanas com telhados de palha e as centenas de mesas e cadeiras amarelas, azuis e brancas espalhadas pela orla, indicando a existência de restaurantes e lanchonetes. Esta imagem pode chocar aqueles que imaginam a Ilha como local onde vivem somente nativos e a praia é tomada por cabanas toscas de pesca. Na verdade só existem três cabanas ativas no local e poucas casas de nativos na orla, pois a valorização imobiliária desses terrenos a beira-mar fez com que esses espaços passassem a ser utilizados para a instalação de pousadas, restaurantes e similares.

As andanças pela vila possibilitaram descobrir onde moram e quem são os moradores de Encantadas, trabalho impossível sem penetrar pelas dezenas de trilhas paralelas. Para me situar melhor geograficamente e procurar compreender a lógica das ocupações, elaborei um mapa mental de Encantadas, o qual necessariamente acabou produzindo algumas informações diferentes do mapa técnico. Entretanto, o mapa mental reproduz melhor a minha experiência geográfica andando pelas trilhas sinuosas do local, confundindo muitas vezes a orientação.

FIGURA 6 – MAPA DA VILA DE ENCANTADAS



FONTE: Esteves (2002)

FIGURA 7 – MAPA MENTAL DE ENCANTADAS



Moradores consultados

Legenda: * moradores de fora

** moradores de fora casados com nativos

- 1- João Crisanto
- 2 - Norato Valentim
- 3 - Victor Valentim
- 4 - Benedito das Neves
- 5 - Humberto* (Lanchonete Sonho de Verão)
- 6 - Renato Adur (Pousada Ilha Verde)
- 7 - Humberto* (casa)
- 8 - Vitor* (argentino)
- 9 - Fernando* (Panificadora)
- 10 - Ângela Barros* (Pousada Lua Cheia)
- 11 - Joelson* (Pousada Bob Pai, Bob Filho)
- 12 - Carlinhos (Pousada Sonho de Verão)
- 13 - Ana Claudia Agostinho
- 14 - Maneco* (Pousada Fim da Trilha)
- 15 - camping
- 16 - Tânia (Camping do Clodo)
- 17 -
- 18 - Sartori*
- 19 - Nereu
- 20 - Neil Hamilton* (Presidente da AME)
- 21 - Eduardo Borges* (jornalista)
- 22 - Márcia Benato*
- 23 - Acacilda Irineu**
- 24 - Mario Silva
- 25 - Maria das Neves Agostinho
- 26 - Iolanda da Costa Neves
- 27 - Adenir (camping)
- 28 - Adenir Neves Pereira
- 29 - Biblioteca / Telecentro

- 30 - Orlando
- 31 - Helena Campos
- 32 - Silvia*
- 33 -
- 34 - Ligia Agostinho
- 35 - Zorro** (Restaurante)
- 36 - Vilmar* (Restaurante Ilha do Mel)
- 37 - Zé* (Mercado)
- 38 - Gilberto* (Pousada Estrela do Mar)
- 39 - Laurindo** (Pousada Chalés do Laurindo)
- 40 - Guimarães*
- 41 - Robson* (Pous/ rest Parada Alternativa)
- 42 - Márcia* (Pousada Éphira)
- 43 - Elenita (camping)
- 44 - Nelson Agostinho
- 45 - Elisângela*
- 46 - Helena Trevisan*
- 47 - Henrique* (barraca)
- 48 - Wilson* (Pousada Vaga Lume)
- 49 - Romão Miranda Veiga
- 50 - Antonia Neves Pereira
- 51 - Tássia** (Professora)
- 52 - Maria Valentim (Pousada Tia Maria)
- 53 - Sueli* (Pousada do Éde)
- 54 - Fabrício Valentim (camping)
- 55 - Terezinha* (Restaurante Toca da Ilha)
- 56 - Gerson* (Pousada Mar e Cia)
- 57 - Carlos* (Pousada Maré Alta)

FIGURA 8 – VISTA DA VILA DE ENCANTADAS



FONTE: Cartaz do Paraná Turismo

Em Encantadas são três trilhas que ligam a Prainha ao Mar de Fora. A trilha número 1 (em vermelho) começa em frente ao trapiche e se estende até a Gruta, principal ponto turístico do local. A trilha número 2 (em verde) tem o seu início à cerca de 20 metros à esquerda do trapiche e cruza diagonalmente a área central da vila, encontrando próximo ao campo de futebol, a trilha 3 (em amarelo), a qual começa entre o mercado e o restaurante do Zorro e cruza perpendicularmente a Ilha. Depois dessa junção entre as trilhas 2 e 3, o caminho se estende até o Mar de Fora e a Praça de Alimentação. Porém, além dessas trilhas, existem outras que funcionam como veias que interligam os caminhos principais e levam a locais mais afastados.

Ao sair do trapiche o visitante que não tem intenção de ao menos pernoitar na Ilha, geralmente atravessa a pracinha e prossegue pela trilha 1, onde acessa a Gruta e o Mar de Fora. Já os visitantes que permanecem por um período maior acabam tendo mais oportunidades para conhecer outras trilhas, principalmente quando se instalam nas pousadas e camping mais interiores. As trilhas 1, 2 e 3 costumam ser usadas para atravessar a vila no sentido Leste/Oeste (Prainha / Mar de Fora), pois quando se precisa se deslocar no sentido Norte/Sul os caminhos mais fáceis e utilizados são pelas orlas marítimas.

Em Encantadas existe uma espécie de centro da vila em frente ao trapiche, onde se encontra a associação de moradores, os correios, telefones públicos, a

igreja (católica), bancos de praça, painel com informações turísticas e uma lanchonete que funciona como ponto de encontro tanto de nativos quanto de turistas. A igreja costuma permanecer aberta até as 22 horas durante os períodos de maior movimento e muitos turistas participam das celebrações no domingo pela manhã.

Na Associação dos Moradores de Encantadas (AME) sempre tem uma pessoa responsável por atender aos turistas durante o horário comercial, fornecendo informações diversas sobre o local e opções de hospedagem como também prospectos sobre a Ilha.

FIGURA 9 – PRAÇA DE ENCANTADAS



FONTE: Schena, 2006

Ao contrário do panorama comum entre o meio urbano das cidades continentais, Encantadas não possui uma segregação territorial no sentido da formação de espaços com distinção entre classes sociais. De maneira geral, seu território mistura casas de nativos ao lado de restaurantes, pousadas, camping e casas de veraneio, conferindo às trilhas uma certa homogeneidade paisagística. No espaço de ocupação urbana de Encantadas quase sempre as trilhas passam entre propriedades delimitadas por cercas de arame ou cercas-vivas. Já no espaço do Parque Estadual da Ilha do Mel as trilhas não são delimitadas por cercas, pois as ocupações são proibidas. Não existe qualquer tipo de iluminação pública em Encantadas, exceto na pracinha. Nem toda trilha é claramente pública, algumas

passam adjacentes às casas, colocando o transeunte em dúvida se de fato ela levará a algum lugar ou se acaba ali mesmo. Nesses casos, geralmente as casas são de nativos mais velhos que não tem o costume de cercar suas propriedades. Em algumas trilhas existem pinguelas sobre os córregos do local para facilitar a passagem das pessoas.

FIGURA 10 – CAMINHO EM ENCANTADAS



FONTE: Schena, 2006

As habitações possuem estilos variados. Se há algumas décadas a paisagem cultural era marcada pelas casas típicas da população litorânea, construídas com madeira, bambu e sapé, atualmente existem muitas casas de alvenaria e algumas com dois pavimentos, características proibidas, ao menos em teoria, pelo IAP. A única possibilidade admitida por este órgão ambiental para a utilização de alvenaria é na construção dos banheiros e da cozinha. Entretanto, existem inúmeros imóveis de alvenaria, principalmente as pousadas, restaurantes e casas de veranistas. A maioria das casas de moradores nativos é construída em madeira, também devido à dificuldade e o alto custo para o transporte de tijolos, areia, brita e cimento.

FIGURA 11 – CASA DE NATIVOS



FONTE: Schena, 2006

A vila de Encantadas teve seu povoamento inicial ao longo da “Prainha”, na orla da baía de Paranaguá, pois todos os moradores viviam da pesca, facilitando a saída para o mar e o monitoramento da entrada de cardumes. Com o passar do tempo, o povoamento foi se estendendo para o interior da Ilha, devido à especulação imobiliária que se estabeleceu, valorizando sobremaneira os terrenos da orla da baía. Hoje a vila se estende até o limite imposto pelo *Plano de Uso da Ilha*, o qual criou uma grande faixa de terra adjacente ao Mar de Fora enquadrada como área de proteção permanente do Parque Estadual da Ilha do Mel. Somente uma casa e a praça de alimentação estão dentro dessa delimitação, porém esta última possui autorização de funcionamento do IAP, que se viu obrigada a construí-la para regularizar a situação das barracas de nativos que existiam na praia, as quais prejudicavam a condição de higiene e “poluíam” visualmente o ambiente.

Mesmo constituindo somente um único território, a maneira como os diferentes grupos sociais o vivenciam é diferenciada. O Mar de Fora é pouco visitado pelos moradores nativos. Quando um morador nativo se dirige até lá geralmente é para coletar mariscos, pegar água da fonte do Morro do Miguel ou ir para o forró que acontece na praça de alimentação nas noites de final de semana. Por outro lado, é na Prainha que ocorre a maior parte das sociabilidades: é o contato da Ilha com o continente, onde chegam as mercadorias, os turistas, as notícias; é onde se sai para a pesca segura; onde as pessoas se encontram para conversar, onde os homens e

mulheres jogam futebol no final a tarde, onde os homens jogam sinuca nos bares, onde as crianças e os cachorros se reúnem para brincar até o sol se por e marcar a passagem de mais um dia. No dia seguinte, tudo isso acontecerá novamente, se não chover, é claro. A Prainha é o local onde a reprodução de uma identidade local, nativa se faz de maneira mais proeminente aos olhos do pesquisador.

Paradoxalmente, o espaço do Mar de Fora é bastante utilizado pelos visitantes devido à existência da Gruta e dos balneários e também por constituir o acesso para caminhadas até o Farol, Nova Brasília e a Fortaleza. Mas essa característica não faz com que a orla da Prainha seja menos apreciada pelos visitantes, devido à existência de bares e restaurantes melhor equipados. Nos finais de semana quentes e ensolarados a orla da Prainha recebe grande movimento, se transformando num verdadeiro estacionamento de lanchas e *jet-skis* de visitantes urbanos que deixam suas embarcações nas marinas de Pontal do Sul. Estas pessoas geralmente vêm para Encantadas para almoçar ou se reunir com amigos no final da tarde para tomar cerveja e conversar tendo como pano de fundo a paisagem pitoresca que compõe a baía.

FIGURA 12 – PRAINHA



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 13 – MAR DE FORA



FONTE: Schena, 2005

A Prainha enquanto lugar da cultura por excelência tem sua face voltada em direção ao continente - lugar relacionado à edificação humana - já o Mar de Fora é o lugar da natureza, onde o visitante busca o sol, o mar, a brisa, a paisagem e os nativos buscam água e mariscos. O Mar de Fora está voltado para o oceano - expressão máxima da força da natureza. Esta dinâmica é reforçada pela legislação

ambiental do IAP que criou uma fronteira delimitável entre estas duas porções distintas da Ilha. Nesse sentido, a praça de alimentação²³ cravada na “área natural” é bastante criticada por muitos freqüentadores da Ilha, que a consideram como um elemento destoante do contexto local. Por outro lado, a praça de alimentação deixa de ter essa conotação negativa quando é relacionada ao forró no período noturno, pois torna este lazer associado aos anseios relacionados à viagem enquanto manifestação quase ritual rumo à liminaridade, como veremos posteriormente.

Com tudo isso, é possível inferir que a Prainha é um local compartilhado onde os visitantes praticam o lazer e os nativos demarcam sua identidade social. Ao contrário de outros locais litorâneos onde os nativos foram expulsos por “poluir” a paisagem da sofisticação, em Encantadas eles delimitam seu espaço através de uma aprovação quase generalizada da presença do turista, tornando essa atividade em nenhum momento prejudicial, segundo os próprios depoimentos. Assim, os nativos aprenderam nas últimas décadas que muitos visitantes vêm procurar a rusticidade, elemento este que se confunde com o modo de vida local e acabou virando um produto explorado pelos próprios nativos.

Porém, a dimensão social na Ilha é muito mais profunda e detalhada do que uma simples divisão “nativos/turistas” pode revelar em uma primeira análise. Grande parte da literatura sociológica que trabalha com fenômenos associados ao turismo considera os turistas como uma grande massa homogênea de pessoas que se desloca atrás de lazer e, os nativos, como um grupo passivo sendo ameaçado pelas influências externas. Porém, o universo de Encantadas revelou muito mais do que isso: nativos conscientes das atividades que desenvolvem e visitantes com propósitos e ações diferenciados, demarcando sociabilidades aparentemente invisíveis, somente reveladas num trabalho etnográfico que considera a realidade de dentro para fora.

²³ Segundo depoimento de Gilberto Espinosa, proprietário da Pousada Estrela do Mar, a praça de alimentação foi criada após a formalização de uma denúncia junto ao IAP a respeito das condições ambientais inadequadas de barracos de comércio de moradores que existiam na orla do Mar de Fora. Com isso, o governo do Estado demoliu os barracos e construiu a praça de alimentação mais recuada em relação ao mar e forneceu cada um dos quiosques internos aos moradores que haviam sido prejudicados com a demolição.

3. CATEGORIAS SOCIAIS

A Ilha do Mel representa um contexto caracterizado pela diversidade paradoxal que emerge do contato da população local com esta categoria extremamente genérica que é a do turista, composta por pessoas de várias partes do Brasil e do mundo que procuram a Ilha principalmente pelas referências que recebem de agências de turismo e de outras pessoas. Por isso, é bastante problemático conceituar um grupo formado por pessoas que procuram a Ilha com diferentes finalidades, algumas bastante pessoais, como praticar esporte, descansar, meditar, namorar, ou arrumar companhia. Portanto, este estudo não propõe a tentativa de delimitações culturais rígidas, até porque isso seria um empreendimento insolúvel. Ao invés disso, proponho uma focalização na maneira pelas quais as categorias sociais são formadas e transformadas e também como cada uma delas interage com a população nativa local.

Uma questão fundamental a ser levantada está relacionada à maneira como os próprios moradores nascidos na Ilha se identificam. Segundo DIEGUES (2004, p. 22/24), a homogeneidade de traços das populações litorâneas do sul e sudeste brasileiro corresponderia à cultura denominada “caiçara” que pode ser definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados que orientam os indivíduos na sua relação com a natureza e com os membros do grupo e que se expressam em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e nas expressões (como linguagem, música, dança, rituais religiosos). Porém, os nativos da Ilha do Mel não utilizam em nenhum momento a denominação “caiçara”, quando muito utilizam o termo “caboclo” para expressar a mistura de povos que marcam a sua descendência. Na verdade, a expressão usada por eles para se autodenominar é “nativo”, termo este utilizado para legitimar sua identidade e o direito consuetudinário do local.

Nessa perspectiva, romperíamos com a denominação de comunidade “caiçara” culturalmente homogênea nos aproximando da análise de Paul E. LITTLE (2004, p. 251-265) que contesta esta forma abrangente de denominar certos grupos sociais. Segundo Little, um grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado e denominado sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada uma das quais seguida por um dos adjetivos –

“tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” (nas áreas protegidas). Qualquer uma dessas combinações é problemática se levarmos em conta a abrangência, a diversidade e até mesmo a heterogeneidade existente entre esses grupos. Para abordar essa questão com mais profundidade, procurando desviar dos problemas oriundos dessas tipologias com fundamento discutível, Little prefere trabalhar com esse conjunto eclético de grupos humanos a partir de uma perspectiva fundiária através dos fundamentos antropológicos da territorialidade, procurando delimitar um campo de estudo antropológico centrado na questão do território, ao invés dos enfoques clássicos como campesinato, etnicidade e raça, Little atesta que dessa forma não procura diminuir a importância desses grupos nem amenizar as diferenças entre eles, mas sim, mostrar como esse novo olhar analítico pode detectar semelhanças ocultas importantes entre os grupos (quando se empregam outras categorias), contribuindo para vincular essas semelhanças às reivindicações e lutas fundiárias, procurando descobrir possíveis eixos de articulação social e política no contexto jurídico do Estado brasileiro.

Os territórios desses povos fundamentam-se em décadas de ocupação efetiva, o que lhes garante um peso histórico às suas reivindicações territoriais. Assim, a expressão dessa territorialidade não está centrada na existência de leis ou títulos, mas, se mantém viva no arcabouço da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua respectiva área, fornecendo consistência temporal ao território.

3.1 Moradores Nativos

É importante registramos a valiosa contribuição dada pelo Professor José Carlos de Figueiredo, o qual fez uma importante descrição da Ilha em seu trabalho “Contribuição à Geografia da Ilha do Mel²⁴”, em 1954. Outra grande contribuição ao estudo das populações litorâneas é a obra “A Ilha de Búzios – Uma Comunidade

²⁴ Tese apresentada ao Concurso da Cátedra de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná.

Caiçara no Sul do Brasil²⁵” do antropólogo americano Emilio Willens, publicada em 1952. A obra de Willens²⁶ possui algumas relações com esta pesquisa: primeiro, porque seu estudo foi realizado também em uma ilha, que assim como a Ilha do Mel possuía características culturais, sociais, econômicas e ecológicas muito semelhantes entre si, oriundas da cultura litorânea e particularizando-se ambas na condição de insularidade; segundo, porque a pesquisa foi realizada na década de 1950, sendo possível resgatar vários depoimentos na Ilha do Mel, fornecendo alguns parâmetros importantes para a comparação dos dois grupos e sobre essa possível identidade comum; terceiro, porque tanto a Ilha do Mel quanto Búzios apresentam hoje conjunturas bastante semelhantes com relação ao turismo. Já o trabalho de Figueiredo permite servir como um referencial para compreendermos o movimento das mudanças e das permanências culturais, sociais, econômicas e ecológicas.

Para WILLEMS (2003, p. 17), o Litoral Sul brasileiro pode ser considerado subdivisão de uma grande área que compreende as regiões contíguas do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso, onde se desenvolveu uma cultura portuguesa-índia-africana-crioula. Nestes estados a agricultura pode ser considerada a atividade de interesse geral, ao passo que as regiões de serra do sul, o Brasil central e o nordeste desenvolveram a criação de gado como atividade predominante.

Na área rural litorânea foi desenvolvida uma cultura mais homogênea em relação os planaltos do interior do país, tendo no cultivo da mandioca e na pesca, as atividades econômicas básicas que demarcavam essa homogeneidade. Além disso, outras características como as canoas feitas a partir de um só tronco, a construção

²⁵ Originalmente publicado pela Sociedade Etnológica Americana e Universidade de Washington em 1952, este trabalho recebeu tradução para o português somente em 2003. O texto foi traduzido por Ana Maria Lopes Correia Pontifex e apresentado por Antonio Carlos Diegues, dentro da série Ecologia e Cultura que o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Nupaub/USP – vem editando.

²⁶ Willems iniciou seu contato com as comunidades litorâneas brasileiras na década de 1930, quando realizou várias viagens às vilas pesqueiras do litoral catarinense. Em 1945, já realizava seu primeiro estudo entre os caiçaras de Parati, mesmo ano que iniciou uma parceria científica com Gioconda Mussolini. Entre 1946 e 1948, o autor realizou pesquisas sobre os caiçaras que habitavam todo o litoral paulista, paranaense e sul-fluminense. No caso específico do litoral paranaense, recebeu colaboração do Prof. Loureiro Fernandes da Universidade do Paraná, outro profundo conhecedor da cultura do litoral sul-brasileiro e da cultura caiçara.

de casas e dos abrigos para canoa, em todos esses lugares seguiam os mesmos padrões (WILLENS, 2003, p. 18).

FIGURA 14 – CANOA CAIÇARA FEITA DE UM SÓ TRONCO



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 15 – CABANAS DE PESCA



FONTE: Schena, 2005

O território desses grupos litorâneos também assume um sentido peculiar do ponto de vista da ocupação. Diferente do meio urbano brasileiro da época, nestas vastas extensões de terras litorâneas não se desenvolveram sociedades hierarquicamente organizadas, configurando, na verdade, um conjunto de territórios descontínuos, onde se desenvolveram pequenos núcleos de populações esparsas

apresentando modos de vida similares, com pequenas variações regionais no vocabulário e no grau de relação econômica e social com os núcleos urbanos que estavam subordinadas (DIEGUES, 2004, p. 24).

Para MUSSOLINI (1980, p. 220), os fatores geográficos contribuíram fortemente para criar uma variação nas densidades populacionais dos povos litorâneos, assim como as formas de ocupação do solo e utilização dos recursos naturais. “Há alguns lugares em que, embora fechados, a população se adensa em aglomerados compactos, enquanto outros, além do isolamento em relação aos demais núcleos, não apresentam nenhuma consistência interna, chegando a sua dispersão causar espanto”. Continuando sua análise, Mussolini acredita que seria um erro legar a uma questão eminentemente geográfica, esta forma de organização espacial. Obviamente, sempre existiram no litoral brasileiro regiões abastecidas com solos mais férteis e próximas aos centros exportadores, as quais atraía um maior número de pessoas. Porém, a autora acrescenta o fato da política colonial portuguesa ter sido caracterizada pelo estímulo à dispersão do povoamento, o que acarretou uma série de configurações espaciais distintas.

Esse isolamento geográfico e econômico foi uma das marcas dos povos do litoral paranaense, mas que não representou, como poderia se esperar, um isolamento cultural, devido a uma característica intrínseca a esses grupos: o deslocamento intralitorâneo. É sabido por meio de história oral, que a família mais numerosa de Encantadas, os “Agostinho”, vieram da vila de Cananéia em São Paulo por volta do início do séc. XIX. Para DIEGUES (2004, p. 29) no litoral paranaense as comunidades litorâneas desenvolveram um modo de vida muito semelhante aos encontrados no litoral paulista e sul-fluminense. Se o contato econômico não possui mais a intensidade que havia no passado, ainda existe um estreito contato cultural entre as populações da Ilha do Mel com e do litoral paulista, principalmente durante o deslocamento para a cidade de Iguape-SP²⁷, durante a festa do Bom Jesus, dinâmica observada até os dias atuais.

²⁷ Localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, Iguape foi fundada em 1582, sendo uma das mais antigas cidades do Brasil. Iguape se constituiu num tradicional centro de atração de romeiros, os quais visitam o local a mais de 360 anos, durante o período de 28 de julho a 6 de agosto, quando ocorre a Festa do Bom Jesus do Iguape reunindo milhares de romeiros, principalmente oriundos de outras áreas litorâneas do sul e sudeste brasileiros (ABUMANSSUR, 2005)

Atualmente a delimitação de uma cultura litorânea homogênea adquiriu uma conotação bastante relativa. Se considerarmos os relatos do passado cultural, nos deparamos com uma comunidade local com hábitos bastante diferenciados. Nas últimas décadas aumentou a presença de pessoas de fora, assim como o casamento entre estes e os nativos, criando uma geração que não se enquadra dentro de uma classificação estática. Além disso, as restrições ambientais impostas pela legislação nas últimas décadas criminalizou muitas práticas tradicionais como a roça e a caça de animais da floresta, incentivando novas formas de relacionamento com o ambiente. Por fim, o trabalho associado ao turismo deixou em um segundo plano a pesca, que era a principal atividade econômica e fonte de renda dos moradores. Todas estas mudanças afetaram a rede social da população da Ilha, baseada nas formas de parentesco e numa certa cooperação nas atividades como a pesca e a roça.

As mais numerosas famílias nativas são a Agostinho, das Neves, Valentim e Serafim, seguidas de famílias com sobrenomes menos comuns como Pereira, Veiga, Campos, Silva, Santos e Crisanto. Até a década de 1970, praticamente todos os casamentos ocorriam entre os membros dessas famílias, fazendo com que os próprios nativos relatem que “todos ali são parentes”. De fato, por meio de um levantamento realizado em campo é possível identificar uma rede abrangente de parentesco. O grande número de casamentos e separações torna a atividade de organização da rede de parentesco bem mais complexa, existindo casos em que a diferença de idade entre irmãos supera os 50 e os tios são mais novos do que os sobrinhos.

3.1.1 Relatos históricos e memória

Em um censo realizado na década de 1950 por autoridades policiais na Ilha do Mel, foi atestada a existência de 513 habitantes, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres. Não foram considerados os povoados do Farol das Conchas e da Fortaleza, pois eram os locais onde, já naquela época, habitavam os práticos e os visitantes que procuravam a Ilha nas épocas propícias para o banho. Havia nesses povoados 65 casas construídas por moradores de fora. Em Encantadas, já naquela

época denominada “Prainha” havia 119 moradores, sendo 45 homens, 42 mulheres e 32 crianças (FIGUEIREDO, 1954, p. 48).

As construções nativas ainda não eram influenciadas pelas técnicas do continente, sendo feitas com pés direitos fincados no chão, paredes de taboas falquejadas (desbastadas a machado ou enxó) com armação de árvores encontradas na região amarradas com embirras ou pregadas. A cobertura das casas era feita com folhagens de palmáceas (Guamiola, Guaricanga ou Sapê) e possuíam geralmente dois ou três compartimentos com a cobertura geralmente muito baixa, dificultando que as pessoas ficassem em pé dentro delas. Tinham pouquíssimas mobílias, geralmente uma mesa e alguns banquinhos individuais. Não havia chaminés, fazendo com que a fumaça dos preparos culinários contribuísse na impermeabilização das moradias. Nessa época, a fiscalização das construções estava atrelada à autoridade militar da fortaleza (FIGUEIREDO, 1954, p. 49).

A alimentação era baseada na pesca acrescentada da mandioca, com a qual se fabricava a farinha, na própria ilha. O peixe costumava ser limpo, salgado e cortado de forma a ficar preso em um simples cordel enquanto secava ao Sol. Depois disso eram postos em cima dos fogões para que a fumaça o defumasse, o que proporcionava conservá-lo por cerca de um mês sem estragar (FIGUEIREDO, 1954, p. 48).

O feijão e o arroz eram trazidos de Paranaguá, por meio de barcos a remo pela Baía. A carne seca do peixe era utilizada para a fabricação da paçoca, alimento o qual levava mais de um mês para se deteriorar. As frutas consumidas eram apenas as cultivadas na Ilha: o bacuri, o mamão, a laranja e a banana; era consumida também a cana-de-açúcar, bem como o mel silvestre. A agricultura era realizada principalmente nas encostas dos morros, onde o solo é mais fértil e menos arenoso. O sistema de preparação da terra era realizado por meio de “coivara” ou “queimada”, métodos condenados pelos poderes públicos já naquela época. Também eram criados animais como gado bovino, caprino, suíno e galináceo, o qual era mais disseminado na Ilha (FIGUEIREDO, 1954, p. 48).

Através da produção de autobiografias e relatos em campo é possível avaliar melhor as experiências históricas trazidas nas memórias e que determinam os movimentos sociais de um presente etnográfico. Nesse sentido, CONNERTON (1989, p. 25-26) afirma que as imagens do passado e o conhecimento dele recolhido

são transmitidos e conservados através de performances e que a produção de histórias narrativas mais ou menos informalmente revela-se como um traço comum a toda memória comunal. Chama atenção nas idéias desse autor a observação de um tipo de memória que consiste na nossa capacidade de reproduzir uma determinada ação - *memória hábito* -, a qual pode explicar certas permanências que não necessariamente são relatadas nos discursos, observação essa que deve ser realizada com cuidado e persistência, a fim de colocar em evidência os fatos que escapam à memória falada, mas que ainda fazem parte do cotidiano, mesmo que de maneira re-significada. Essas formas de historicidade podem conduzir o pesquisador a uma concatenação melhor das observações etnográficas.

A profissão mais comum era a de pescador porque a riqueza da fauna marinha fornecia grande quantidade de alimentos, embora muitas pessoas fossem bastante ligadas à roça, à caça e à coleta dos produtos da floresta. No depoimento do Sr. Orlando Agostinho (Perninha), pescador de 72 anos nativo da Ilha, comentou que ele e seu pai tinham roça lá no morro e que a pescaria era somente realizada durante a noite. Eles saíam pescar por volta das oito ou nove horas da noite e retornavam entre uma a duas horas da manhã para dormir. A roça era a principal atividade de subsistência para essa família que costumava plantar mandioca, batata, banana, alface. Eles tentaram plantar feijão, mas como o solo não era propício eles precisavam comprá-lo em Paranaguá de vez em quando.

Entretanto, a priorização da roça diante da pesca não era uma regra, como foi possível perceber no depoimento do Sr. Benedito (82 anos) irmão por parte de pai do Sr. Orlando. Para Benedito, a pesca era mais importante e continua sendo até hoje para ele, que mesmo com as dificuldades inerentes à sua condição física, sempre que o tempo está favorável pega sua canoa a remo e vai buscar o alimento para os próximos dias.

Segundo Luiz Geraldo SILVA (2004, p. 50) em geral, os povos do litoral paulista tinham uma relação apenas secundária com o mar, pois não se constituía um referencial cultural central do seu modo de vida, sendo que suas festas, rituais, as noções de tempo e espaço estavam assentadas, sobretudo, na relação que tinham com a terra e com o ritmo da produção agrícola. Na Ilha de Superagui no litoral norte paranaense, relatos históricos dão conta que a pesca era no mínimo incidental, sendo que a agricultura e a produção de madeira e produtos beneficiados

como a farinha de mandioca eram muito mais importantes do ponto de vista econômico, identitário e da própria organização social da comunidade (SCHIOCCHET, 2005, p. 50).

Assim sendo, depoimentos como o do Sr. Benedito indicam uma certa peculiaridade da população litorânea da Ilha do Mel em relação aos demais grupos do litoral sudeste brasileiro e até mesmo de outros grupos da própria Baía de Paranaguá. Talvez essa seja uma marca característica dessas populações litorâneas: ao mesmo em tempo que existe um laço cultural comum que os une, a cultura local se transforma rapidamente de acordo com as condições ecológicas e econômicas onde estes grupos estão inseridos.

Até a década de 1970, a posse da terra era reconhecida pelas pessoas como um direito individual. Os nativos costumavam distinguir a terra que usavam para plantar da terra usada para morar. Mesmo não havendo nenhuma delimitação como cercas ou muros entre as posses, essa demarcação era bastante respeitada e geralmente está relacionada há algum elemento rochoso ou arbóreo entre os lotes, quase sempre dispostos de modo que as casas conservem uma certa distância umas das outras. A terra usada para a roça não tinha um único dono, mas enquanto determinada família nela estava cultivando, membros de outra família não podiam requerê-la, exceto quando eram realizados mutirões para plantio e colheita, numa espécie de unificação dos lotes e da produção que poderia unir entre 2 a 3 famílias geralmente. Isso acontecia porque o homem que derrubava a mata para iniciar o roçado adquiria o direito de uso daquela terra, de acordo com o costume nativo na Ilha.

Segundo o Sr. Orlando, o problema da criação de gado na Ilha era que os pescadores esticavam as redes na Prainha e muitas vezes os bois que pastavam livremente acabavam se enroscado nelas, puxando e enrolando as redes. Alguns pescadores se demonstravam insatisfeitos quando isso acontecia e para não haver nenhum conflito os proprietários desses animais acabaram desistindo dessa atividade com o passar do tempo.

Nos meses de Maio a Junho ocorria (e ocorre até hoje) a pesca da tainha constituindo um momento de diversão para os pescadores, devido à perseguição aos cardumes que adentravam a Baía. A venda era realizada em um sistema de cooperação ao pescador que ia com sua canoa a remo até Paranaguá, o grande

centro comprador. As técnicas de pesca mais difundidas eram da rede, espicheis, tarrafas e espinhéis (FIGUEIREDO, 1954, p. 50).

FIGURA 16 – LANÇO DA TAINHA EM 1984



FONTE – Acervo Biblioteca “Vô Lavínio”

Em todos os relatos dos nativos, é unânime a importância da pesca na maneira com que a população da Ilha produzia a sua subsistência até a década de 1980. Com raras exceções, todos os homens eram pescadores e conheciam as técnicas necessárias para se “matar o peixe”. Mesmo os que não possuíam canoas, emprestavam de alguém em troca de uma fração da produção como forma de pagamento. Até nessa época, os irmãos Valentin costumavam ficar com toda a produção dos pescadores de Encantadas e como foram os primeiros dali a possuir barco a motor, levavam a produção até Paranaguá onde comercializavam e posteriormente faziam o acerto com os pescadores. Como os irmãos Valentin possuíam também a única mercearia de Encantadas, dotada de refrigerador e máquina de gelo (movidas por gerador a querosene) muitas vezes os pescadores recebiam o seu pagamento equivalente em mercadorias como arroz, feijão, café, açúcar etc.

O peixe e o marisco até hoje constituem a base da alimentação dos nativos, porém bastante mesclada com produtos industrializados. Nos períodos de chuva, entretanto, dificilmente saíam para o mar, o que reduzia significativamente a quantidade de alimento disponível. Além do mais, nem sempre os produtos da roça

que complementavam a base nutricional estavam acessíveis. Nesses casos, os nativos costumavam tomar café amargo com banana verde para matar a fome.

Durante os períodos secos a vida se tornava mais fácil, pois era possível ir com frequência para o mar, assim como manipular a roça e obter alimentos da floresta através da caça de animais como tatus, lagartos e tartarugas (algumas marinhas). Esta forma de economia caracterizada pela subsistência estava intimamente relacionada aos ciclos delimitados pela natureza e não raro suportavam dias de inanição ou pouquíssimo alimento.

Até hoje é possível encontrar pessoas que vivem de maneira semelhante a estas descrições, principalmente aquelas que não se inseriram nas atividades turísticas. Este é o caso do pescador Zenir Ramos, o qual consegue uma pequena renda cortando grama e limpando algum terreno de vez em quando. Mesmo sendo pescador, Zenir não possui canoa, fazendo com que necessite emprestar uma “ou pegar uma carona” quando algum amigo vai para o mar. A maior parte do dinheiro que ele consegue é destinada para pagar a conta de energia elétrica e pouco sobra para atender outras necessidades. Com isso, a economia de subsistência continua presente em sua vida, fazendo com que ele e sua companheira se alimentem basicamente de peixes e mariscos.

Esta situação de falta de renda dificilmente é vivida pelos pescadores idosos, pois todos possuíam a carteira de pescador profissional e, por isso, se aposentaram, recebendo mensalmente um salário mínimo, dinheiro esse que lhes possibilita não ficar a mercê das sazonalidades das atividades econômicas. Entretanto, poucos desses idosos possuem a habilidade ou a condição física necessária para se deslocar até Paranaguá ou Pontal do Sul para sacar o dinheiro do banco, tarefa essa quase sempre designada para um filho ou um neto, os quais costumam pagar as contas, comprar os medicamentos e alimentos necessários e devolver o dinheiro que sobrou, quando possível.

Os nativos mais jovens, em geral, perderam o interesse pela pesca, se direcionando para outras atividades informais. Assim, diferente dos nativos idosos que possuem os benefícios da Previdência Social, existe um grande contingente de jovens sem nenhum registro profissional, o que poderá acarretar num futuro uma condição extrema de pobreza no local, quando não possuírem mais a energia para realizar os trabalhos de subsistência.

As chuvas não interferem somente na questão da alimentação. Nos períodos perenes de chuva as pessoas dificilmente saem de dentro de suas casas, exceto quando existe algum tipo de obrigação, como no caso dos estudantes, comerciantes e barqueiros. A maior parte do comércio somente permanece ativa durante a temporada de verão e feriados e os que ficam abertos durante todo o ano, muitas vezes fecham também nos períodos de chuva.

3.1.2 Os nativos e o turismo

Como vimos, inúmeros relatos de moradores nativos revelam que a partir da década de 1980, um número cada vez maior de turistas passou a freqüentar a Ilha. Se o turista da década de 1970 apreciava acampar da maneira mais rústica possível, a partir do início da década de 1980, paulatinamente inicia-se um turismo mais dependente de certos confortos e paralelamente as instalações turísticas começam a se adaptar a estas necessidades. Muitos turistas passaram a entrar em contato mais direto com os nativos, lhes solicitando certos serviços como o uso de transporte marítimo e alimentação. Esse contato se intensificou principalmente depois de 1988, ano em que foi implantada a energia elétrica na Ilha, propiciando aos moradores locais construir barracas para a venda de bebidas e lanches.

Para atender esse contingente crescente de turistas, praticamente todas as atividades econômicas realizadas na Ilha passaram a ser direcionadas ao ramo gastronômico, de camping e de hospedagem. Até mesmo o pescador que vendia sua produção no mercado de Paranaguá, passou a comercializá-la ali mesmo, para os restaurantes e lanchonetes da Ilha. Os que deixaram a pesca, passaram a trabalhar no transporte de bagagens dos turistas, cobrando algo em torno de R\$ 7,00 a R\$10,00 por família, ou até mais no caso de um número maior de turistas e bagagens.

Devido à sazonalidade do turismo existe também uma sazonalidade da necessidade de mão de obra nos postos de trabalho. Assim, poucas são as pousadas, lanchonetes e restaurantes que realizam o registro profissional dos funcionários. Um deputado estadual teve a iniciativa de criar um projeto para facilitar a retirada de documentos essenciais como carteira de identidade, título de eleitor, certidões, cadastro de pessoa física e carteira de trabalho, levando escritórios

móveis às ilhas de Paranaguá. No início de 2006, esse projeto estava sendo executado em Encantadas e, segundo os funcionários que atendiam o público, pouquíssimas pessoas se interessavam em requerer a carteira de trabalho, pois segundo os próprios nativos, este documento não é necessário na Ilha. Assim sendo, é bastante comum uma alta rotatividade de trabalhadores, como garçons, cozinheiras e zeladores entre os estabelecimentos comerciais e de serviços.

Obtive um importante depoimento de Norato Valentim, filho mais velho de Armando e Maria da Luz Valentim. Segundo ele, sua família está estabelecida na Ilha há várias gerações, pois a sua bisavó era neta de escravos negros que ali viviam. Norato foi um dos fundadores da Associação dos Barqueiros do Litoral Sul da Baía de Paranaguá (ABALINE), atualmente sendo proprietário de quatro embarcações. Até por volta de 1980, Norato, assim como outros moradores, tinham apenas pequenos barcos de pesca que também utilizavam para eventualmente transportar turistas quando esses solicitavam. O movimento turístico começou a crescer e muitos pescadores passaram a se dedicar neste trabalho, aumentando a quantidade de barcos para essa finalidade. Com isso, foi criada uma espécie de linha de transporte entre Pontal do Sul e a Ilha, mas sem horários fixos porque os barcos geralmente desatracavam quando um número mínimo de pessoas tornava a viagem economicamente viável ao pescador.

Antes de Norato se dedicar ao transporte de passageiros ele trabalhava na pesca e ajudava no armazém de secos e molhados da sua família, o qual seu avô foi o fundador. Na verdade, seu avô também era pescador, mas na época, o comandante do local selecionou alguns moradores para trabalhar como policial militar na área do Farol das Conchas.

Quando perceberam o aumento do fluxo de turistas, seus pais resolveram mudar de atividade econômica e foram os primeiros a construir uma pousada em Encantadas por volta de 1978 – Pousada Tia Maria - beneficiados pelo fato de possuírem o único gerador de energia elétrica de Encantadas, visto que ainda não havia rede pública no local. Construíram também banheiros e cobravam uma taxa de utilização: “precisa ver o tamanho das filas que fazia lá no final da tarde de gente querendo tomar banho”.

Várias famílias nativas começaram então a improvisar camping e quiosques de alimentos e bebidas ao redor de suas casas e estabelecer uma relação comercial

com os turistas. Poucos conseguiram construir suas próprias pousadas, pois o dinheiro que obtinham com a pesca ficava muito aquém do necessário para edificar uma, restando a possibilidade dos camping, que necessitava apenas a construção de banheiros.

FIGURA 17 – PLACA COM CAMPINGS DE ENCANTADAS



FONTE: Schena, 2006

Antes de 1982, sempre que um nativo sentia a necessidade de se mudar ou iniciar uma roça, ele simplesmente tomava posse da terra escolhida. Nesta época, também foi iniciada uma grande procura por terrenos para a construção de casas de veraneio, pousadas e restaurantes. Muitos nativos parcelaram ou se desfizeram de seus lotes de terra por valores monetários irrisórios, ou até mesmo em troca de aparelhos de rádio e televisores. Na verdade, os nativos costumam relatar que a terra não era um bem que possuía valor monetário relevante e, dessa forma, não se sentem trapaceados ou menosprezados. Porém, o contato estabelecido entre alguns nativos e pessoas de fora interessadas em terrenos na Ilha nem sempre foi amistoso. No caso do Sr. Benedito, nitidamente a pessoa de fora se utilizou de má fé para conseguir o terreno e toda a ajuda para transportar os materiais de construção em sua canoa e o Sr. Benedito não recebeu nada em troca disso, mas somente

depois de um tempo percebeu que foi “trapaceado”. Obviamente a intermediação entre moradores de fora e nativos nem sempre se deu dessa forma drástica, mas essa aparente “ingenuidade” do Sr. Benedito foi a principal marca que caracterizou o avanço da especulação imobiliária no local. Nos últimos anos, a grande repressão do IAP em face à comercialização de terrenos fez com que os moradores nativos adquirissem total ciência sobre o valor monetário da terra e alguns que estão com terrenos a venda pedem valores superiores a R\$ 40.000,00.

Em janeiro de 2005, fiquei hospedado em uma casa de alvenaria bastante ampla, com dois pavimentos, pertencente ao casal Luciane e Victor Valentin. Embora inacabada devido a problemas de legalização junto ao IAP, esta casa possui um padrão bastante diferenciado em relação às demais casas de moradores nativos. Mesmo não sendo uma pousada, o casal costuma alugar três quartos, sendo dois deles no pavimento inferior e outro no pavimento superior, sendo este último o quarto da filha do casal, mas que é desocupado durante a temporada de verão e feriados. Fui autorizado a utilizar toda a instalação existente na cozinha para preparar os alimentos, sem nenhum tipo de restrição e fiquei instalado no quarto usado pela filha. Até mesmo outros cômodos da casa foram oferecidos, como a mesa da sala de jantar. A casa costuma ficar com a porta principal aberta a todo o momento e, segundo Luciane, não há perigo nenhum de furto, pois os moradores da Ilha “cuidam das casas uns dos outros”, o que mostra que os moradores convivem sem maiores problemas com os turistas, pois não há uma modificação visível no modo de vida privado nos períodos de maior ou menor fluxo turístico.

Luciane é filha do Carlinhos, morador nativo dono da Pousada “Sonho de Verão” e Administrador da Ilha. Durante esses períodos de incremento turístico ela costuma ajudar nos afazeres da pousada do pai e seu marido Vitor administra o negócio dos seus dois barcos de travessia. Antes de seus pais construírem a pousada, eram proprietários de um restaurante em frente ao trapiche, mas o acabaram vendendo para um empreendedor de Curitiba. Com o dinheiro obtido, conseguiram construir a pousada. Podemos perceber que esta família está completamente ligada às atividades turísticas, direta ou indiretamente.

Durante o período que estive nesse local, conheci um casal de moradores nativos que vivia em uma casa praticamente ao lado de onde eu estava hospedado. Seu nome é João Crisanto, casado com Dna. Maria Valentim (tios de Vitor Valentim).

Nas conversas com o Sr. João, ele contou muitas histórias sobre o passado da Ilha, das agruras no trajeto para levar a pesca até Paranaguá, do trabalho nas roças, das festas locais na gruta das Encantadas e do processo de funcionamento do engenho de farinha de mandioca, do qual costumava operar ajudando seus pais e seus tios. Depois de já ter criado uma certa empatia com eles, comentei da minha pretensão de acampar numa próxima visita à Ilha, o que aconteceria dali há alguns meses. Então, perguntei ao Sr. João sobre a possibilidade de montar acampamento no seu quintal e ele contou que muita gente já havia acampado ali, mas que ultimamente só autorizava pessoas conhecidas. Como ele sabia dos meus propósitos de pesquisa, me autorizou a montar acampamento no seu quintal desde que eu não me incomodasse para a simplicidade, me cobrando uma taxa diária de R\$ 5,00.

Quando retornei à Ilha no carnaval me dirigi até a sua casa e ele indicou o melhor local para acampar. Montada a barraca, ele me entregou a chave de um cadeado e mostrou onde ficava o banheiro. Na verdade, o banheiro era composto de uma pequena construção rústica de madeira dividida em três compartimentos, cada um contendo um vaso sanitário e pia. Assim, falou que eu poderia usar o banheiro interno de sua casa para tomar banho, já que ali não havia chuveiro. Havia na casa um freezer que o Sr. João me autorizou a utilizar, assim como o fogão quando precisava aquecer algum alimento. Estar acampado nesse quintal me trazia grande tranquilidade com relação aos meus pertences, pois durante o dia todo eu percebia que o casal sempre estava alerta quando algum desconhecido se aproximava da barraca. Durante o período de incremento turístico, o furto nas barracas costuma ocorrer com frequência, dada a facilidade de invasão.

Após analisar a construção rústica com os banheiros, percebi que o Sr. João não o teria construído se não tivesse uma finalidade. Ele confirmou que há alguns anos atrás mantinha um camping em seu quintal, mas que não estava mais em uso, pois não queria mais se incomodar. Na verdade, o Sr. João é um policial aposentado e não depende da renda obtida com o camping para sobreviver. Além disso, ele obtém uma renda extra, alugando uma casa para um morador de fora que trabalha como garçom no Restaurante do Zorro. Em março de 2006 esta casa já estava desocupada, pois o garçom havia se mudado. Porém, durante o carnaval ele alugou esta casa para um casal de professores de Maringá-PR.

O que quero chamar atenção nesse caso é que mesmo alguns moradores nativos que possuem outras profissões e não possuem pousadas ou camping institucionalizados acabam se envolvendo com a atividade turística, mesmo de maneira paralela às suas atividades principais. Para isso, eles compartilham seus próprios espaços privados para, temporariamente, obter algum dinheiro extra com os hóspedes. Mas, quando o Sr. João comentou que só estava abrindo o espaço para camping e para a locação de suas casas para pessoas “conhecidas”, ficou claro que a questão principal em jogo não era o dinheiro obtido, até porque uma diária de R\$ 5,00 (no meu caso) não representa um valor muito significativo. Além disso, eu não era “conhecido” até então, mas por algum motivo dialogávamos como nos conhecêssemos de longa data.

O que parece valer nesse caso é a afinidade entre certos tipos de pessoas que visitam a Ilha com os moradores nativos, pois existem aqueles interessados somente nas belezas naturais do local e aqueles que procuram mais do que isso, ou seja, conhecer o local, mas também os habitantes e seus costumes. Este tipo de visitante adquire rapidamente um status diferenciado e passa a ser reconhecido a cada oportunidade de retorno à Ilha. O Sr. João contou que existem “doutores” que moram em Curitiba e Paranaguá que lhe procuram para leva-los para fazer pescaria nas imediações da Ilha. Na última vez que ele fez isso, alertou ao grupo que o mar estava com muitas marolas e alguém poderia passar mal. Porém, o grupo decidiu que iria assim mesmo, e um dos participantes da pescaria não se sentiu bem e foi necessário retornar, disse o Sr. João em um tom meio jocoso, parecendo gozar da situação.

Nessa pequena história existem alguns elementos interessantes a serem discutidos. Primeiro, podemos perceber que esse tipo de relação entre nativos e os “de fora” gera uma empatia mútua devido ao diálogo mais horizontal que é estabelecido entre eles. Segundo, os nativos se sentem valorizados ao saber que “doutores” que vem fazer pescaria, ou professores que se hospedam em sua casa reconhecem e valorizam o conhecimento que eles têm sobre a Ilha e sobre o mar. O visitante agindo dessa forma faz com que o morador nativo perceba que não só a beleza natural da Ilha tem o seu valor, mas o seu próprio legado pode ter importância. Esse diálogo é interpretado como um sentimento de respeito desses

turistas perante os moradores, diferente do que ocorre com turistas que consideram os nativos apenas como mão-de-obra para o atendimento turístico.

Na Antropologia, a maior parte dos trabalhos relacionados ao turismo e à relação com a comunidade receptora está relacionada ao que Jafar JAFARI²⁸ (1990) identificou como “plataforma de advertência”, definida por uma postura bastante crítica aos efeitos sócio-culturais entre nativos. Porém, em alguns trabalhos mais recentes há uma certa relativização dessa postura, procurando evidenciar que não só o turismo, mas outros fenômenos do mundo globalizado como a urbanização, a mídia e a modernização, entre outros fatores, tem contribuído para a mudança de costumes considerados tradicionais.

Esta nova forma de interpretação deu origem ao que Jafari denominou de “plataforma de adaptação”, a qual procura enxergar no turismo, alternativas para desenvolver países e regiões economicamente estagnadas. Por fim, Jafari denomina uma “plataforma de conhecimento” que procura desenvolver uma visão mais ampla sobre o turismo, na tentativa de revelar sua natureza e seu significado não só na ótica das sociedades urbanas como também das comunidades receptoras. De certa maneira, quando é estabelecido um diálogo como esse com o Sr. João, podemos perceber novos elementos que se coadunam com esta última plataforma, acrescentado uma forma de se enxergar outras situações de sociabilidade que não aparecem em uma análise de fora para dentro. Em outras palavras, nem sempre está em jogo somente o dinheiro obtido com o turista, mas antes de tudo, a construção de um elo afetivo que permita hospedar uma pessoa no seu próprio espaço privado ou sair para um passeio de barco com ela.

Muitos filhos e netos de nativos que vivem em outros centros urbanos como Paranaguá e Curitiba, costumam permanecer na Ilha durante todo o verão para cuidar de bares e sorveterias que funcionam somente nesta época do ano, obtendo uma renda extra bastante significativa. Dependendo do feriado, geralmente os que são prolongados, também favorecem a vinda dessas pessoas. Este é o caso de dois netos de Dna. Maria Valentin, os quais possuem um quiosque de sorvetes em frente à pousada “Tia Maria”. Esses períodos servem para se tirar bons lucros e também

²⁸ Antropólogo norte-americano.

acabam favorecendo um estreitamento dos laços familiares dificultado pela distância que separa os membros da família que vivem em outras cidades.

Atualmente, a maioria dos nativos trabalha como empregados de pessoas de fora proprietárias de pousadas e restaurantes. Poucos nativos são proprietários de pousadas, porque o capital envolvido numa construção desse porte quase sempre está fora da realidade deles, lhes restando a possibilidade de serem proprietários de seus próprios camping, improvisados em seus quintais. Salvo algumas exceções, estes camping possuem infra-estruturas precárias, tornando o lucro obtido com este negócio muito menor do que o gerado por uma pousada.

Por outro lado, podemos analisar essa questão dos camping como uma construção simbólica própria sobre o turismo por parte dos nativos. Vale lembrar a rapidez com que estes grupos litorâneos aderem às novas atividades econômicas e, se é oferecido um serviço nestas condições, é porque perceberam que certos tipos de turistas procuravam mesmo a rusticidade.

Nessa mesma esteira, vários relatos indicam que os nativos que não se adaptaram nessas condições saíram da Ilha do Mel para morar em centros urbanos como Paranaguá e Curitiba. Por outro lado, mesmo com toda as influências externas trazidas pelos turistas e pelo “progresso”, a maioria dos nativos permanece vivendo ali, numa prova inconteste que a cultura local “não está morta” como muitos pensam, mas re-significada por eles mesmos.

3.1.3 O turismo e a sazonalidade

Numa das estadas em campo, tive uma experiência pessoal que me fez refletir sobre a questão da sazonalidade inerente à atividade turística, o que pode fornecer algumas pistas importantes sobre a facilidade e rapidez com que os moradores nativos deixaram a atividade da pesca artesanal para se enquadrar nas atividades relacionadas ao turismo. Era véspera do feriado de 15 de Novembro, quando o dono da pousada onde eu estava instalado havia solicitado previamente a um de seus funcionários que trabalha como barqueiro para ir até Paranaguá pegar as mercadorias que seriam compradas naquele dia. Perguntei ao barqueiro se poderia acompanhá-lo e ele concordou, até porque poderia ajudá-lo a carregar as

mercadorias. O trajeto de ida e volta até Paranaguá utilizando embarcação motorizada leva em média três horas.

Este trabalho costuma ser iniciado quando o proprietário da pousada e mais um funcionário saem pela manhã para fazer as compras necessárias, pegando um barco de travessia até Pontal do Sul e de lá seguindo de automóvel até Paranaguá. O automóvel é fundamental nesse caso por causa do deslocamento a ser realizado nos mercados de Paranaguá, o que seria limitado se fosse usada embarcação para ir até lá. De tarde, no horário combinado, o barqueiro toma uma canoa a remo para se deslocar até o barco da pousada que está ancorado na baía e segue até Paranaguá, onde as mercadorias já estarão em espera. Assim que é realizado o carregamento, o barco retorna pela Baía até chegar em Pontal do Sul, para pegar o dono da pousada e o funcionário. De lá, o barco segue novamente para a Ilha e chegando no trapiche, todas as mercadorias são descarregadas do barco, colocadas em carrinhos e transportadas até a pousada. Nesse dia, pelo menos oito pessoas foram envolvidas nesse trabalho, o qual prossegue num ritmo alucinante durante toda a temporada de verão, quando chega a ser realizado duas ou três vezes por semana.

FIGURA 18 – TRANSPORTE DE MERCADORIAS DE PARANAGUÁ



FONTE: Schena, 2005

Enquanto transcorria a viagem, fiquei imaginando a dificuldade que era remar até Paranaguá em uma canoa geralmente carregada de peixes na ida e de mercadorias na volta. Em vários depoimentos de pescadores mais velhos foi

relatado que às vezes era necessário deslocar-se até a cidade de Antonina, no extremo-oeste da Baía de Paranaguá, onde o preço pago pela pesca costumava ser maior, o que sem dúvida, aumentava a dificuldade da jornada. Para quem não conhece esse lado do modo de vida litorâneo, torna-se simples criticar os nativos pela maneira facilitada que “foram seduzidos pelo trabalho no turismo e deixaram de fazer as atividades tradicionais”.

Mesmo hoje, apesar da disseminação dos barcos a motor, é difícil afirmar que a quantidade de trabalho diminuiu, pois algumas atividades geram grande demanda de mão-de-obra. Com cerca de cinco mil pessoas nos maiores picos turísticos, a quantidade de materiais de consumo e alimentos que entra diariamente na Ilha é muito grande e tudo isso chega pelos barcos e necessitam ser descarregados e transportados até os estabelecimentos. A quantidade de mercadorias que foi adquirida para atender um único restaurante e pousada era imensa, derivando um dia inteiro entre deslocamentos e serviços braçais.

Com toda essa demanda, um número grande de nativos passou a trabalhar com carrinhos de transporte de bagagens e mercadorias, atividade essa otimizada principalmente durante o verão e feriados. Esses carrinheiros cobram valores entre R\$ 5,00 a R\$ 30,00 por deslocamento, dependendo da quantidade de bagagens e mercadorias a serem transportadas. Em alguns casos o carrinho fica tão pesado que é necessário pedir ajuda de outra pessoa para empurrar. Além disso, somam-se as dificuldades da maré alta, das trilhas compostas de areia fofa e as grandes distâncias que precisam ser percorridas com o carrinho - a Praça de Alimentação, por exemplo, está a cerca de 1,2 Km do trapiche. Cabe ressaltar que muitos desses carrinheiros não deixaram de ser pescadores, porém só retomam a atividade no mar ao término dos períodos de maior movimento turístico.

Os barcos de travessia e de passeio ao redor da Ilha também geram grande demanda de mão de obra, pois dificilmente um proprietário é visto conduzindo sua própria embarcação. Durante a temporada, o funcionamento do serviço de travessia é iniciado às 6:00 e se estende até as 19:00, com barcos saindo e chegando de Encantadas e Brasília a cada trinta minutos. Fora da temporada, o serviço é realizado durante esse mesmo período, porém com barcos disponíveis a cada uma hora. Na véspera e no final dos feriados, o serviço costuma se estender até meia-noite, para transportar o maior número possível de turistas. Nesses casos,

dependendo da quantidade de pessoas, os barcos desatracam assim que se encontram em sua capacidade máxima, sem obedecer aos horários previamente estabelecidos pela Abaline. Cada barco conta geralmente com dois funcionários, um barqueiro que dirige a embarcação e um marujo que ajuda no estacionamento e recolhe os comprovantes de pagamento de passagem dos usuários. Nem todos estes funcionários vivem na Ilha, mas mesmo assim, os barcos empregam dezenas de pessoas no local. Porém, devido à sazonalidade desse serviço, muitos só trabalham durante a temporada e dificilmente possuem carteira de trabalho registrada.

Nos dias que antecedem os feriados é possível observar muitos nativos preparando-se para receber os turistas ao realizarem trabalhos esporádicos como cortar grama, aparar folhagens, carregar mantimentos, realizar pequenos reparos em pousadas, restaurantes e camping etc. Muitos nativos são contratados informalmente por freqüentadores para realizar manutenção e limpeza de casas, serviço que geralmente realizam na véspera dos feriados. Outros nativos procuram intensificar a pesca e a coleta de mariscos para vender aos restaurantes e pousadas. Entretanto, segundo os próprios nativos, a cada ano que passa a pesca no local tem sido cada vez mais difícil e minguada. Além disso, os restaurantes não costumam comprar peixes que contenham muitos espinhos, diminuindo ainda mais a chance de um bom lucro por parte dos pescadores.

As alterações na vida da população nativa da Ilha modificaram o tempo cronológico, anteriormente relacionado aos referenciais naturais do seu universo. Nesse sentido, o caráter sazonal do turismo, parece ter substituído a sazonalidade imposta pelas condições da pesca e da roça, numa espécie de substituição da sazonalidade da natureza por outra da cultura. De qualquer forma, ambas estas sazonalidades são marcadas por uma periodicidade acíclica, pois se no passado quando chovia não era possível pescar ou ir para a roça, analogamente, alguns feriados não caem nos dias da semana mais favoráveis para o turismo. Assim, a estrutura dessa sazonalidade nas atividades da Ilha parece não ter sido muito alterada nas últimas décadas. Esta sazonalidade econômica é acompanhada por uma outra, a sazonalidade das sociabilidades. Durante o verão, aumenta a quantidade de trabalho e as sociabilidades com certos visitantes, enquanto a vida social interna sofre um decréscimo. Já, durante os meses de menor índice turístico,

há uma retomada de certas práticas, tais como o futebol masculino e as reuniões para conversa.

Marcel MAUSS (1974, p. 321) ofereceu grande contribuição ao entendimento do fenômeno da sazonalidade no seu “Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimós”. Para Mauss, na própria sociedade ocidental as mesmas oscilações podem ser observadas entre os períodos que demarcam o verão/férias e inverno/trabalho. Com estas observações, Mauss acredita que estamos diante de uma lei que provavelmente possui grande generalidade. A vida social não se mantém sempre no mesmo ritmo nos diferentes momentos do ano, e sim, passa por fases sucessivas e regulares de intensidade crescente e decrescente, de pausa e de atividade, de gasto e de reposição. Nesse sentido, a vida social leva os organismos e as consciências a uma espécie de “violência” que apenas é suportável durante certo tempo, chegando um momento que se obriga uma atenuação e subtração parcial do contato entre as pessoas. Por isso, são observados os ritmos de dispersão e de concentração da vida individual e coletiva em diferentes sociedades.

FIGURA 19 – CORTANDO GRAMA DA TRILHA



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 20 – MANUTENÇÃO DE QUINTAL



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 21 – TRANSPORTE DE MERCADORIAS



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 22 – PASSEIOS DE BARCO



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 23 – MANUTENÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 24 – VOLTANDO DO BARCO RECÉM ATRACADO NA BAIA



FONTE: Schena, 2005

3.1.4 Os nativos, o Estado e a política interna

Os nativos que habitavam a Ilha formavam um grupo social que, embora dotado de relativo isolamento geográfico, sempre tivera uma ligação econômica intensa com Paranaguá, cidade que também representava o *lócus* do Estado, ou seja, onde se recorria aos serviços oferecidos pelo governo. Muitos produtos de que precisavam para viver eram manufaturados e obtidos por meio de relações comerciais. Paranaguá era o centro que comprava a produção de pesca e onde

havia também os estabelecimentos que comercializavam os produtos de que necessitavam.

Os nativos também costumavam ir até Paranaguá para solicitar documentos visando algum benefício social ou, quando algum membro do grupo se encontrava mais gravemente enfermo, nos casos em que a medicina local não surtia efeito. Assim, os nativos viviam uma condição de isolamento relativamente intensa o que gerou um modo de vida peculiar em relação aos grupos de pescadores continentais. Em vários relatos também é possível perceber uma relação com a capital paranaense, Curitiba, em casos de internamentos em hospitais e crianças que foram morar com parentes para estudar.

Mesmo constituindo território da União, o Estado só se fazia presente por meio do destacamento do Exército que lá se encontrava, mas que pouco interferia no cotidiano da localidade de Encantadas.

Como vimos no capítulo anterior, até o final da década de 1980, a economia da Ilha era praticamente voltada para a subsistência por meio de várias atividades tradicionais da cultura ancestral, como a criação de animais, o cultivo de roças e a extração de produtos da floresta. As leis ambientais extinguiram essas práticas entre os nativos, através de intensa repressão do IAP, o qual aplica multas onerosas nos casos de “infração”²⁹. Devido ao crescimento das oportunidades geradas pelo turismo e das interdições impostas pelo Estado, muitos nativos abandonaram suas antigas atividades. Entretanto, alguns nativos mais velhos permanecem realizando parte das atividades tradicionais, porém tendo que encontrar alternativas que viabilizem essas práticas sem correr o risco de serem penalizados pela lei. Esse é o caso do Sr. Benedito Agostinho: ele permanece utilizando um fogão a lenha no assoalho de sua casa, necessitando de madeira para queima, que anteriormente era cortada na mata. Atualmente ele coleta os restos vegetais já caídos no chão e recebe doações de moradores que fazem demolições para viabilizar esse costume.

²⁹ A palavra *infração* está entre aspas, pois apesar de juridicamente certas ações dos nativos constituírem transgressões à lei, culturalmente são práticas tradicionais centenárias de sobrevivência.

FIGURA 25 – OBTENÇÃO DE MADEIRA



FONTE: Schena, 2005

Muitos moradores culpam o Estado pelos conflitos existentes na Ilha e pela redução da quantidade de turistas principalmente nos últimos dois anos, devido à limitação da quantidade de visitantes³⁰, falta de investimentos na infra-estrutura e implantação definitiva de um plano de uso e ocupação do solo que considere os anseios da população local.

Na temporada de verão 2005 foi montada uma operação especial anti-drogas com cerca de trinta investigadores da polícia civil, contando com reforço de policiais da Divisão de Narcóticos (Dinarc), cães do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) e helicóptero. Os policiais selecionavam turistas para realizar vistoria utilizando somente o critério da aparência pessoal. Na temporada de verão de 2004, os policiais já haviam realizado uma varredura em busca de drogas em praticamente todos os camping. Levando em consideração que a quase totalidade dos camping são de propriedades de nativos, estes se sentiram bastante prejudicados, pois a partir disso, o movimento de campistas diminui drasticamente.

Na temporada de verão 2006, este trabalho policial voltou a ser realizado, sendo cumpridos dezesseis mandados de busca e apreensão referentes ao tráfico de drogas e treze pessoas foram detidas como usuárias. Segundo o Delegado Douglas Possebom “a Ilha do Mel tem um estigma de que as pessoas vão para lá para consumir drogas e nós queremos modificar esse pensamento, mostrando que o

³⁰ A capacidade de suporte ambiental de acordo com o IAP é de 5.000 pessoas em toda a Ilha do Mel.

local é agradável e um ponto belíssimo do litoral paranaense”. Para o outro delegado Amarildo Aquino, que coordenou a operação em Encantadas, “o trabalho da polícia no combate o tráfico de drogas ajuda na segurança dos turistas que buscam descanso na Ilha do Mel”.

Na verdade, a própria Associação de Moradores de Encantadas solicitou o policiamento, pois durante a temporada de verão ocorre a instalação de um fórum cível na Ilha para a execução de pequenas causas. Quando um usuário de drogas é pego em flagrante, este deve pagar uma multa de cerca de um a dois salários mínimos ou prestar um período de serviços comunitários. Como estes usuários estão de passagem, acabam forçados a pagar a multa que é toda revertida para esta Associação. O problema é que, segundo a maioria dos nativos, esse dinheiro arrecadado não é transformado em benefícios para os moradores.

FIGURA 26 – REVISTA POLICIAL EM TURISTAS



FONTE: Schena, 2005

A portaria nº 212/99 do IAP também é bastante polêmica entre os moradores da Ilha. Ela estabelece a cobrança de uma contribuição ingresso/visitação “levando em consideração as ações de conservação que estão sendo desenvolvidas, bem como os serviços de infra-estrutura colocados à disposição e usuários do imóvel”. O problema é que o Estado não cumpre uma prestação de contas dessa arrecadação, tornando inacessível à população a ciência do destino desse dinheiro. Dessa forma,

muitos moradores insistem em dizer que esse dinheiro não é aplicado na Ilha, dadas as condições precárias de atendimento aos turistas e aos próprios moradores.

Um fato interessante nos discursos de muitos moradores nativos concerne à inexistência de qualquer lamentação pela mudança no modo de vida que estas leis causaram na Ilha, exceto à que diz respeito ao uso do solo para construção de casas e as que limitam o tempo de duração do forró. A roça, por exemplo, era uma prática já em desuso pela maioria dos nativos, pois com o dinheiro que obtinham atendendo aos turistas já os permitia comprar os produtos que necessitavam em Paranaguá. Em outras palavras, não foi somente a restrição imposta pela lei, mas sim um próprio movimento cultural interno de adequação e redirecionamento à atividade turística que motivou os moradores nativos a deixar a prática da roça.

No *Plano de Uso para a Ilha do Mel* aprovado em 1982 pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU) estão contidas as normas para a realização de edificações, a qual proíbe construções de alvenaria na Ilha (com exceção do banheiro e da cozinha), casas com mais de um pavimento e piscinas. Os nativos reclamam da burocracia e da demora para se obter a autorização do IAP para construir e reformar. Esta é a questão que mais causa revolta e tensões entre os nativos, dada a grande quantidade de edificações de pessoas “de fora” que não se enquadram nos padrões estabelecidos pelo documento. O casal de nativos Zeco e Cristy levou cerca de 6 meses para conseguir autorização do IAP para construir uma habitação. Às vezes esta autorização demora mais de um ano para ser concedida. Um morador de fora que se estabeleceu na Ilha definitivamente a sete anos, se utilizou de uma lacuna na legislação e construiu sua casa inteira de alvenaria. Como não colocou paredes divisórias internas e na legislação não existe nenhum item informando o tamanho máximo das peças, ele alega ter construído uma “grande cozinha”. Existem vários exemplos de moradores que construíram suas casas e pousadas procurando “brechas” na fiscalização, ou lacunas na legislação. Mesmo assim, existem vários casos pendentes na justiça referente às ordens de demolição de imóveis na Ilha.

Nem mesmo um dos principais lazeres da Ilha, que é o forró, escapa das restrições: a portaria nº 185/99 determina que o som mecânico pode funcionar somente até 01:00 de domingo à quinta-feira e até as 02:00 nas sextas, sábados e feriados. Nas festas locais, o som mecânico pode se estender até as 04:00 e o som

ao vivo até as 02:00. No caso de Encantadas, essa portaria valia para o “Forró do Jaíco” que era localizado adjacente à pracinha da Vila, o que realmente poderia prejudicar os moradores locais e os turistas instalados nos camping e pousadas com relação aos ruídos excessivos. Entretanto, há mais de cinco anos, o forró deixou de ocorrer nesse local e foi transferido para a praça de alimentação existente no Mar de Fora, bastante distante de qualquer residência ou pousada. Mesmo assim, a interdição continua sendo seguida pelo IAP, principalmente durante os feriados e na temporada de verão quando a fiscalização é fortalecida. Entrevistando um nativo e proprietário de lanchonete da praça de alimentação, o Clôdo, este não consegue compreender porque é necessário cumprir essa portaria “se o som não atrapalha ninguém”. Segundo ele, até hoje está *sub judice* um multa de mais de R\$ 10.000,00 imposta pelo IAP aos proprietários de lanchonete da praça de alimentação por não respeitarem a legislação e estenderem o forró após o horário estabelecido. Porém, quando os moradores estão certificados que não há um fiscal na Ilha, é comum o forró se estender até o amanhecer. A falta de diálogo do Estado para com a população local ocasiona esse tipo de situação.

A pequena participação dos nativos nas entidades que discutem a negociação dos interesses locais, tais como associação de moradores, é um tema que, aos olhos externos, pode gerar uma interpretação de que eles nada ou pouco se interessam sobre a política local. Somente nos últimos anos a Prefeitura de Paranaguá escolheu um nativo para o cargo de Administrador da Ilha do Mel e em Encantadas existe uma associação de moradores que há muitos anos não é presidida por um nativo³¹. Em muitos relatos, os nativos comentam que não freqüentam a Associação devido à sua ineficiência em obter benefícios para os moradores junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP): “a gente ia lá participar da Associação, mas não adianta nada, eles ficam só fazendo reunião e não resolvem nada” (Zenir Ramos). Além da Associação de Moradores existem outras organizações, tais como a Associação dos Barqueiros, dos Comerciantes, de mulheres etc. Todas, porém não são presididas por nativos e sim por moradores vindos de fora, mas que já vivem a algum tempo na Ilha.

³¹ Associação dos Moradores de Encantadas.

WILLEMS (2003) descreveu característica similar entre os nativos de Búzios, alegando que a falta de interesse e organização política era responsável pela inexistência de diferenciação social significativa entre os nativos e pelo individualismo exacerbado da sociedade local. Porém, parece ser difícil realizar tal afirmação no caso da Ilha do Mel. O ato de participar do jogo político local pode gerar certos comprometimentos com esse ou aquele setor, criando rivalidades e inimizades que poderiam comprometer as sociabilidades nas relações de parentesco, amizade e reciprocidade. É possível perceber na Ilha um movimento no sentido de proteger ao máximo as amizades, pois em um lugar tão pequeno e com poucos locais de encontros, estar envolvido em uma crise com alguém significa colocar em risco sua aceitação pública. Nesse sentido, se situar politicamente ocorre no risco de se criar inimizades.

Em agosto de 2006, quando a Ilha foi atingida pelo ciclone extra-tropical, ocorreu um incidente com um dos barcos de travessia de um morador, o qual foi levado pelos ventos, do trapiche onde estava ancorado, até se chocar com as rochas, na extremidade Norte de Encantadas. Passados alguns dias, houve uma mobilização de muitos homens para ajudar a retirar o barco das pedras. Se o dono desse barco não estivesse integrado à comunidade local, provavelmente teria problemas para conseguir ajuda solidária para resolver seu problema.

3.1.5 Lazer e sociabilidade

O perímetro de cerca de 35 quilômetros da Ilha do Mel, abrigava vários núcleos de pescadores. Como havia muitas relações de parentesco entre os membros desses núcleos, havia também um intenso deslocamento de pessoas pela Ilha. Além disso, as festas regadas a fandango³², os torneios de futebol e as festas de São Pedro, São João, Bom Jesus e Nossa Senhora de Fátima eram ocasiões que favoreciam este maior trânsito de pessoas. Nos últimos anos, esse deslocamento característico diminuiu consideravelmente segundo os próprios nativos.

Tomemos o importante depoimento do Sr. Orlando sobre as festas realizadas em Encantadas e a importância social que elas exerciam:

³² Dança típica do folclore do litoral paranaense.

“Quando não tinha igreja em Encantadas, as festa das padroeiras eram feitas lá na gruta, pois o mar não chegava até lá. Eles faziam uma carreira de bambu, bambu pra por bandeirinha. Essa carreira era bem grande e ia até a boca da gruta. Vinha pessoal de Pontal do Sul, da Ponta Oeste, vinha muita gente. Eles faziam leilão de coisas que doavam e depois tinha forró com gaita e tamborim. O baile começava de noite e ia até de manhã, não tinha essa folia de acabar 3 horas, o forró ia até o pessoal agüentar. Antigamente era bailão, não é essa porcaria aí. Era no forró que se arrumava casamento. A gente ia para os mato e muitas vezes o pai da menina nem percebia porque já tinham tomado uns goró. Mas não era fácil pra namora, porque de dia as menina ficava muito agarrada com as mãe que não deixava elas sair longe. Hoje em dia a menina nova sai por aí beijando a boca do homem e a mãe não fala nada”.

Nos vários depoimentos colhidos, não houve uma explicação esclarecedora acerca da extinção do fandango na Ilha. Em geral, somente as pessoas acima de 60 anos de idade chegaram a dançar Fandango; os relatos de pessoas entre 60 a 40 anos revelam recordações de seus parentes mais velhos dançando, mas que a geração mais nova da época não mais se interessava por aquilo; já as pessoas com menos de 40 anos perderam totalmente o contato com essa expressão cultural. Com isso, é possível concluir que a extinção do Fandango tenha sido um processo puramente endógeno, pois ocorreu em um período em que o turismo praticamente não tinha importância na vida dos moradores, o que mostra que nem sempre a cultura é alterada devido às influências de sociedades externas ou economicamente mais fortes.

Os antigos bailes atualmente foram genericamente denominados de “forró”, embora as músicas executadas não sejam exclusivamente neste estilo, havendo espaço para as músicas gaúchas, os ritmos nordestinos e o funk carioca. O forró se tornou um ícone associado ao turismo da Ilha do Mel. Entretanto, antes do forró servir com um produto de entretenimento meramente comercial para os turistas, ele é a manifestação cultural mais importante para os moradores. Durante o verão, com a maior presença de turistas, o forró acontece todos os dias e durante o restante do ano ocorre às sextas-feiras e sábados e é freqüentado basicamente pelos moradores, os quais aguardam com ansiedade por toda a semana o evento.

FIGURA 27 – FORRÓ NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO



FONTE: Schena, 2005

Há muito tempo o futebol também constitui um dos lazeres mais importantes na Ilha. Segundo Dirceu Agostinho, 45 anos, existiam grandes torneios de futebol envolvendo times de todas as localidades da Ilha, fazendo com que houvesse um grande número de deslocamentos de pessoas entre as vilas. Porém, esses torneios nunca mais foram realizados.

FIGURA 28 – FUTEBOL MASCULINO E FEMININO



FONTE: Schena, 2005

Na atualidade é muito comum nos finais de tarde dos dias secos os homens e as mulheres mais jovens jogarem futebol na orla da Prainha. Existe um campo para

cada gênero e este é demarcado por duas pequenas traves, num jogo em que não existem goleiros. Segundo alguns depoimentos, existem mulheres que jogam muito bem futebol ali na Ilha. Existe um campo de futebol de grandes dimensões no caminho para o Mar de Fora, mas que em todos os dias que realizei trabalho de campo, não observei nenhum jogo lá. Segundo Zeco, este campo geralmente é utilizado durante o inverno, quando os homens têm mais tempo para jogar futebol.

O dia-a-dia do homem nativo era marcado pelas saídas diárias para a pesca, salvo quando o tempo climático não colaborava. A pesca era artesanal e referenciada em muitos relatos como uma forma de lazer e não como um trabalho. Até hoje a pesca é realizada, principalmente na baía, mas em alguns casos também no mar de fora, principalmente na época da tainha entre maio e julho. Porém, a baía sempre representou um local que os deixava seguros contra fenômenos climáticos como tempestades.

Assim, no caso de Encantadas, as casas se concentravam próximas às margens da baía, característica marcante até os dias atuais e, sedimentada pelas leis ambientais que tornaram a parte Leste de Encantadas em área de proteção permanente. Praticamente todas as famílias possuíam entre a casa e o mar, um abrigo de característica tosca no qual guardavam as redes, anzóis, remos, cordas, iscas e roupas. Alguns pescadores que ainda possuem terrenos adjacentes à Prainha ainda utilizam esses abrigos para guardar os apetrechos de pesca. Em outros casos esses casebres foram reutilizados como lanchonetes e outros se encontram em ruínas.

FIGURA 29 – INTERIOR DE UM ABRIGO DE PESCA



FONTE: Schena, 2005

FIGURA 30 – ABRIGO DE PESCA ADAPTADO PARA COMÉRCIO



FONTE: Schena, 2005

As atividades de lazer costumam ser separadas por gênero. Geralmente os homens se reúnem em grupos maiores para conversar no trapiche ou jogar baralho e sinuca em alguns bares da Ilha. São basicamente três bares que são freqüentados por nativos: a Lanchonete Sonho de Verão, em frente ao trapiche, (que na verdade funciona como uma espécie de “hidroviária” pois é onde as pessoas costumam permanecer para esperar o barco) onde existem duas mesas de sinuca que são compartilhadas ora entre moradores ora entre turistas; o Mercado do Zé, existente na orla da Prainha, que também possui uma mesa de sinuca e funciona como local de reunião de moradores fixos e temporários (artesãos e músicos); e o Bar do Luiz no interior da vila, freqüentado exclusivamente por nativos e por moradores de fora que se adaptaram ao estilo de vida local. Este bar funciona em um barracão rústico de madeira, não possui nenhuma indicação comercial e geralmente só funciona no período noturno, quando a partir das 18:30 os homens de Encantadas para lá se dirigem para jogar baralho (geralmente valendo dinheiro), jogar sinuca, beber e conversar sobre os mais variados assuntos.

Os outros bares da Ilha dificilmente são freqüentados pelos moradores locais adultos, sendo mais direcionados ao atendimento dos turistas. Somente no verão os moradores mais jovens costumam freqüentar os locais mais badalados como os restaurantes Ilha do Mel e Zorro e o Bar Jabotigão (que funciona somente em janeiro e fevereiro).

Já o lazer das mulheres casadas possui uma característica mais velada. Geralmente uma mulher visita outra em sua casa ou se reúnem em grupos pequenos para conversar próximo ao trapiche. Dificilmente alguma mulher é avistada em bares durante o período noturno, pois geralmente estão em casa com os filhos ou assistindo novelas na televisão. Entre os casais mais velhos existe uma predominância da vontade masculina, mas que não significa uma submissão total das mulheres, as quais cada vez mais contribuem para a economia do lar, seja trabalhando em pousadas, restaurantes, lojas de roupas ou coletando mariscos. Na verdade, os casais mais jovens são caracterizados por uma relação mais igualitária entre homens e mulheres, sendo que em alguns casos se revezam para ir ao forró: numa semana, a mulher fica com as crianças e o marido vai para o forró; na outra semana ocorre o inverso.

3.1.6 Religiosidade

Outros relatos importantes estão relacionados à religiosidade na Ilha. Embora a população nativa constitua maioria católica, pouco reproduzem das tradições comuns pregadas pela Igreja. Segundo o pároco local, Pe. Miguel, o qual já atua na Ilha por cerca de uma década, a população não possui o hábito de freqüentar a missa e realizar os rituais católicos. Praticamente só o batismo costuma ser realizado. A primeira cerimônia religiosa de casamento em Encantadas ocorreu em 2004, tratando-se de um casamento comunitário, no qual doze casais se inscreveram, sete realizaram o curso de noivos e somente três efetivaram o enlace matrimonial. O evento reuniu praticamente toda a população em frente à igreja, pois constituiu um fato inusitado.

Segundo o Pe. Miguel, a prática das procissões marítimas, comum entre populações litorâneas católicas, também não era realizada. Somente com a intervenção do padre e inspirados em procissões da Bahia vistas pela televisão, a população começou a realizar procissões para venerar a santa padroeira de Paranaguá, Nossa Senhora do Rocio e outros santos. Nos últimos anos, porém, vem ocorrendo uma inserção de religiões evangélicas na Ilha, o que acaba interferindo na participação popular nas festas das Padroeiras.

A maior parte dos católicos praticantes é formada por moradores não-nativos. Durante os períodos de pico no número de visitantes, pouquíssimos moradores freqüentam as celebrações, pois costumam estar bastante atarefados. Nos demais períodos, a participação de moradores nativos aumenta, mas não significativamente. Esse desinteresse pode estar associado às regras impostas pelo catolicismo que proíbe certas práticas que são bastante corriqueiras na Ilha, como sexo antes do casamento, uniões por concubinato, separações etc.

Embora não praticantes, os nativos costumam relatar que são católicos. Todo ano, cerca de cinco embarcações partem da Ilha do Mel levando várias famílias para participar da Festa do Bom Jesus na cidade de Iguape-SP. Ao entrevistar um dos nativos que havia estado em Iguape, a impressão que o mais importante nesta viagem não está relacionado diretamente à fé, mas às sociabilidades que são fixadas durante o percurso: “As pessoas vão cantando e fazendo festa no barco... às vezes o barco para e a gente faz churrasco, dança... é uma festa”. Quando estava realizando o trabalho de campo no mês de agosto, presenciei a chegada dos barcos de Iguape. Foi um momento de grande euforia, muitas pessoas soltavam fogos de artifício. Além disso, a viagem à Iguape é realizada também por muitas famílias de moradores “de fora”, contribuindo para uma espécie de autenticação da identidade litorânea. A Dna. Helena Trevisan e sua família vieram do interior do estado do Paraná há cerca de 12 anos e há dois anos seguidos ela vem participando dessa procissão. Continuaremos falando sobre Dna. Helena a seguir.

3.2 Tornei-me um Nativo: Os Moradores “De Fora”

No caso específico de Encantadas, se até o início da década de 1980 ela constituía uma vila de pescadores com 204 habitantes (PARANÁ, 1996a, p. 19), na atualidade é a área de maior ocupação da Ilha. O desenvolvimento do turismo teve grande influência nesse fenômeno, tornando intenso o partilhamento do solo e intensificando um ritmo acelerado de novas construções de veraneio de pessoas vindas de fora. Na tabela a seguir, podemos perceber esse crescimento no contexto geral da Ilha:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RESIDÊNCIAS NA ILHA DO MEL CONFORME ORIGEM DO PROPRIETÁRIO – 1980 / 1996		
Residências	1980	1996
Residências / permanentes	126	173
Residências / veranistas	169	358
Total	295	531

Fonte: PARANÁ (1996 a, p. 20 e 47)

Essa tabela revela uma tendência bastante importante: tanto as residências permanentes como a de veranistas sofreram um aumento de quantidade entre os anos de 1980 e 1996. O número de casas de veranistas praticamente duplicou nesse período, mas pelo número de casas permanentes é possível inferirmos uma tendência de pessoas de fora passando a se estabelecer na Ilha, pelos mais variados motivos. Ou seja, se alguns visitantes buscavam constituir a posse de terrenos na Ilha para poder edificar a sua casa de veraneio, outros descobriram ali a oportunidade para viver e trabalhar. Neste último caso, são dezenas de exemplos de pessoas que se estabeleceram ou casaram com nativos e a maioria delas desenvolve alguma atividade direta relacionada ao turismo.

Dna. Helena é casada com Benedito Trevisan e tem três filhos, sendo que o mais novo nasceu na Ilha. Há cerca de 13 anos, ela trabalhava como empregada doméstica na casa de uma família em Curitiba e seu patrão estava começando a construir uma pousada na Ilha. Então, esse patrão fez uma proposta para ela e seu marido, que trabalhava como pedreiro, para se mudarem para a Ilha e ajudar a construir e cuidar da pousada. Aceita a proposta, adaptação na Ilha foi bem difícil no começo, mas logo se habituaram ao cotidiano local. Passados alguns anos, seu patrão faleceu num acidente na estrada para Curitiba e a pousada foi vendida, acontecimento este que os deixou temporariamente desempregados. Porém, rapidamente ela conseguiu trabalho como diarista em várias pousadas e casas de turistas e seu marido se fixou como pescador e barqueiro contratado para o trabalho nas barcas de travessia. Ele também realiza passeios com turistas no entorno da Ilha com seu pequeno barco a motor. Segundo Dna Helena, sua agilidade e profissionalismo garantiram ótimas oportunidades de trabalho e renda, o que nunca havia acontecido no meio urbano, fazendo com que se estabelecessem definitivamente na Ilha, embora até hoje vivam em uma casa alugada. Dos três filhos do casal, dois já são casados e têm filhos, vivendo em Paranaguá e Curitiba.

Outro exemplo interessante é o de Acacilda Irineu, uma moradora da Ilha que vivia e trabalhava em Londrina (norte do Paraná) quando passou a frequentar a Ilha com uma turma de amigos. Segundo ela, o que chamava atenção deles era o fato da Ilha ter fama de lugar “agreste”. Certa feita, numa de suas vindas a passeio, acabou ficando por três meses. Ao retornar à Londrina, sentiu falta do modo de vida simples e retornou para se estabelecer definitivamente na Ilha, no final da década de 1970. Ela já havia feito várias amizades ali e passou a viver na casa de uma família nativa. Logo depois se casou com um nativo, com o qual teve dois filhos. Para conseguir dinheiro, passou a fazer pastéis, sanduíches, pães caseiros e refeições para vender aos turistas. Sua casa está localizada no fim de uma trilha, em um lugar mais retirado de Encantadas.

Outro exemplo revelador é a do proprietário da Pousada "Vaga Lume". Ele trabalhava como estilista de moda em Curitiba no início da década de 1980 e já havia conseguido certa notoriedade e dinheiro, desenhando roupas para famílias influentes de Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Mesmo assim, ele não conseguia encontrar satisfação e felicidade naquele estilo de vida que levava e com as pessoas que se relacionava. Ao visitar a Ilha pela primeira vez, decidiu voltar a Curitiba somente para se desfazer de todos os seus bens e se estabelecer definitivamente em Encantadas. No início comprou um terreno de um pescador (Pedro Pescador) e passou a viver em uma casa feita de sapé. Necessitando de uma fonte de renda para viver, resolveu construir uma pousada, a qual tem apenas quatro quartos. O que mais chama atenção é o seu estilo de vida bastante simples. Ele vive em um quarto muito pequeno com o mínimo de conforto. As roupas e outros acessórios ficam pendurados na parede, assim como em uma casa caiçara tradicional. Sua pousada também é o reflexo disso: diferente de outras pousadas confortáveis que oferecem ar-condicionado, TV e frigo-bar, ele disponibiliza somente um ventilador portátil.

Ele comentou que gostaria de não mais precisar da pousada para viver, pois já está farto com os 20 anos de trabalho. De uns tempos para cá ele tem tomando uma atitude quase impensável para qualquer empresário: selecionar os clientes, mesmo que isso signifique diminuição no lucro. Ele não tem aceitado mais grupos de jovens de excursão, por exemplo, pois segundo ele estes grupos não respeitam sua tranquilidade e desrespeitam a Ilha. Ao invés disso, prioriza clientes mais velhos e

professores. Nos últimos meses, ele tem se dedicado ao artesanato com materiais recicláveis, atividade que está ensinando aos jovens da Ilha duas vezes por semana na sede da Associação de Moradores de Encantadas, graças a uma espécie de bolsa que está recebendo de uma instituição sem fins lucrativos ligado ao governo do Estado.

FIGURA 31 – POUSADA VAGA LUME



FONTE: Schena, 2005

Existem outros casos semelhantes a estes descritos, como o de Ernani, curitibano que cansou da vida urbana e se estabeleceu definitivamente na Ilha, constituiu família e hoje vive da comercialização do artesanato que aprendeu a fazer com os artesãos errantes que costumam freqüentar a Ilha. Com exceção de Dna. Helena, todos esses casos descritos têm o fato em comum desses “novos nativos” terem sido freqüentadores da Ilha e não simplesmente turistas que visitaram a Ilha uma única vez. Dessa forma, mesmo antes de se estabelecerem definitivamente, estas pessoas já haviam montado uma rede social no local, o que lhes propiciou uma aceitação facilitada por parte dos moradores nativos. Porém, todo morador de fora não deixa de ser reconhecido pela sua externalidade, por melhor interação que ele tenha com os nativos. Mas, isso não impede que esses moradores de fora participem ativamente do cotidiano comum aos nativos, como por exemplo, no caso do Bar do Luiz, o qual é freqüentado somente por moradores nativos e aqueles de fora que possuem uma perfeita integração com os costumes locais.

3.3 Turistas Mais Turistas do que os Outros: Os Frequentadores

Generalizar o turismo na Ilha do Mel como um fenômeno homogêneo seria uma incoerência, mas perfeitamente compreensível se esta não fosse uma pesquisa antropológica. Nesse sentido, o trabalho de campo foi fundamental para mostrar que um fenômeno social qualquer necessita um cuidado analítico a fim de resgatar o que há em sua essência e não somente na aparência. Essa observação mais sistemática possibilitou perceber que existem “turistas que são mais turistas do que os outros”, devido à identidade que certas pessoas de fora possuem com o local e com os nativos. Para facilitar a denominação desta categoria e na falta de um termo que a identifique pelos seus próprios membros, vamos adotar o termo “frequentadores”.

Em geral, esses frequentadores conhecem a Ilha a mais de dez anos e perceberam o processo de mudança de maneira diferente dos moradores, quase sempre sob um ponto de vista bastante crítico. Podemos fazer uma relação tomando, por exemplo, uma criança que possui seus respectivos pais que a criam e seus padrinhos que a vêem somente no aniversário, na Páscoa e Natal para lhe entregar presentes: seus pais, convivendo diariamente, não percebem o crescimento da criança, enquanto seus padrinhos a cada vez que retornam ficam admirados com os centímetros e os quilos a mais dela.

Nesse sentido, essa categoria é caracterizada por uma dimensão histórica de vivências, observações e diálogos com os nativos que culminaram com a construção de uma identidade com o local, lhes permitindo falar como se fossem verdadeiros nativos ou “antropólogos amadores”: Marcos LANNA (1999) ao discutir a questão do diálogo entre diferentes padrões culturais (neste caso, entre frequentadores e nativos) afirma:

Ora, o diálogo não exclui, mas, pressupõe a diferença. Ele implica reciprocidade, mas esta relação, por sua vez, não pode ser associada à simples simetria: implica, necessariamente, também assimetria (Lanna, 1996). A relação entre hóspede e anfitrião é um exemplo de reciprocidade assimétrica ou hierárquica. O hóspede não pode, por definição, sentir-se em casa, seja qual for o discurso do anfitrião, independente do fato desse discurso apelar à simetria ou, ao contrário, assumir relações de controle. Se diálogo e reciprocidade não excluem assimetria e diferença, a superação da diferença só pode ser alcançada pela ausência de diálogo.

Esta citação revela que existe um longo caminho para um turista se tornar um freqüentador, o que basicamente está relacionado à aceitação e reciprocidade perante os nativos. Porém, esta reciprocidade não significa necessariamente uma afinação de discurso entre nativos e freqüentadores, o que explica em parte as diferenças de pontos de vista entre esses grupos quando o assunto é as mudanças desencadeadas pelo turismo. Quando Lanna afirma que “a superação da diferença só pode ser alcançada pela ausência de diálogo”, creio que esta ausência de diálogo signifique na verdade uma “diferença de discurso”, afinal, o diálogo existe, as opiniões que diferem. Como veremos no próximo capítulo, a superação dessa diferença ocorre em um outro nível, que pode ser melhor explicado pela teoria do ritual a partir da obra de Victor Turner.

O termo “turista” usado para denominar os freqüentadores não é bem aceito entre eles, dado seu caráter pejorativo de pessoas que vão para a Ilha para “mal trata-la”, ou seja, praticar situações interpretadas como danosas tanto para a natureza quanto para os nativos.

Com certeza a ilha não é a mesma Sabem por quê? Porque ela sobrevive do turismo e não turistas que vem de Curitiba com uma prancha, uma barraca, uma mochila cheia de miojos e um fogareiro para passar no máximo 3 dias lá (como eu)!! Os responsáveis por essa "evolução" na ilha estão interessados sim em turistas que realmente gastem na ilha, turistas q levam em sua bagagem apenas camisas Lacoste e um cartão de crédito. Esses acham importante ter uma praça de alimentação e um big de um restaurante para descansar o traseiro gordo e queimado de um dia de sol. (Guilherme Veiga, 08/04/2005)

O que os freqüentadores querem dizer, em outras palavras, que enquanto eles conheciam e “desbravavam” a Ilha no passado, compartilhando toda a rusticidade e a simplicidade da população nativa, acabavam vivendo como ela; já os turistas trouxeram necessidades externas alinhadas às noções urbanas de conforto e comodidade, desencadeando um processo de “perda” de identidade dos nativos diante das necessidades impostas pelo turismo. Na visão dos freqüentadores, “os nativos deixaram de ser nativos” e a identidade que construíram lhes permitem discursar como verdadeiros ilhéus, porém, conscientes sobre as mudanças.

Entre os freqüentadores, existem os que possuem casa de veraneio e outras que não possuem nenhuma propriedade, mas já conseguem esquemas facilitados para alimentação e hospedagem durante o período que permanecem na Ilha. Este é o caso do artesão Ricardo, curitibano que costuma ir com freqüência a Ilha. O dia

em que o conheci, ele estava chegando de bicicleta ao porto de embarque, em Pontal do Sul. Ele comentou que consegue um preço especial em um camping de um amigo nativo, Fabrício Valentim, e que geralmente ele vem com amigos e seus irmãos, mas dessa vez veio sozinho. Ele estava trazendo pulseiras, brincos, correntes e demais adereços artesanais para comercializar na Ilha. O tempo de permanência pode variar entre um feriado até alguns meses, dependendo da quantidade de dinheiro disponível para se manter. Todas as vezes que fui a campo, percebi que nunca eram os mesmos artesãos que se encontravam em Encantadas. Existe um fluxo muito grande e eles costumam permanecer alguns meses e depois migram para outros locais, mas muitos retornam depois de um tempo. É muito comum encontrarmos artesãos oriundos da Argentina e Uruguai, além de outros locais do Brasil.

É possível identificar nos depoimentos dos freqüentadores um forte apelo emotivo com relação ao lugar e um constante saudosismo do período anterior à solidificação do turismo, atividade essa que desencadeou a transformação do modo de vida local, frustrando os primeiros visitantes que privilegiavam a rusticidade e o sossego. Nesse sentido, alguns depoimentos são mais contundentes:

O equilíbrio está longe: Entre o caminho rústico existente anteriormente e o caminho comercial atual, a ilha e seus moradores têm que buscar um meio termo. Porque se hoje existe gente indo passar seu tempo de lazer lá, não é pela infraestrutura fantástica, porque poderiam encontrar isso mais facilmente em outros lugares. É porque querem encontrar uma ilha mais próxima do que era. Minha primeira visita a ilha foi em 94, e sinceramente não tenho voltado mais desde 2002, porque não me dá mais aquilo que dava. O contato com a natureza, a sensação de comunhão com o mar, a vida DIFERENTE do que temos na cidade. A continuar assim, a ilha ficará cada vez mais descaracterizada e aí vem a pergunta: quem quer ir passar seu tempo de lazer em um lugar comum e sem atrativos? (Adriano Thomaz, 11/04/2005)

tristeza e decepção: Conheci a Ilha do Mel em 1976, vivi os melhores momentos da minha vida lá, tanto que abandonei tudo e fui morar lá como ilhéu! Vivia no mato dormindo nas cabanas de pesca que existiam em algumas praias. Não tinha nada, nada! A única venda que tinha era na Brasília, a venda do seu Brasílio e só! Era tudo selvagem, tudo, literalmente tudo! Tinha o perigoso no Farol com seu boteco caindo aos pedaços, pessoa fascinante! O vô Lavinio, a vó Maria, nossa tem tanta história que fico emocionado de lembrar! Quando vejo essa molecada falando em conforto, em café da manhã, que tal pousada tem ventilador, ar condicionado, há, há, há, há! Sei que todos têm o direito de ver e falar como melhor lhe cabe e que a juventude que existe hoje é triste e padronizada. Mas falar daquele SANTUÁRIO como se fosse mais um dos lixos que freqüentam, é lamentável! Hoje tenho total certeza que nunca mais colocarei os pés na Ilha do Mel. Guardarei minhas recordações para contar aos meus filhos que um dia eu morei num paraíso chamado ILHA DO MEL e que foi dizimado pela maior virtude que o ser humano tem: SUA ESTUPIDEZ, DE DESTRUIR TUDO POR SIMPLES PRAZER! (Ney Santos, 28/02/2005)

Encarada como um recanto de natureza intocável, muitos desses freqüentadores têm dificuldade em perceber que, assim como em qualquer outro local, a Ilha não está desconectada do restante do mundo, estando passível a todas as mudanças promovidas pelos avanços técnico-científicos legitimados pela cultura. Dessa forma, numa visão romântica de uma “volta à natureza”, muitos freqüentadores acabam idealizando a Ilha como uma imagem estática de um passado e todos os elementos posteriores que não fazem parte desse cenário original costumam ser rechaçados e interpretados como inautênticos. Nesse sentido, o nativo é visto como um elemento inerente a esta paisagem natural e, sua cultura é passível de perda de identidade assim como uma árvore é tombada para a construção de uma pousada. Mas, não é difícil entender porque os freqüentadores têm essa opinião, pois quando estes experienciavam a Ilha nas décadas passadas, simbolicamente atrelavam a figura do nativo à própria natureza, numa visão romântica do “bom selvagem”. Se o nativo vivia em seu casebre rústico numa posição liminar entre a natureza e a cultura, este era um valor extremamente apreciado pelo visitante, ou seja, ter o nativo em seu estado “natural” significava poder compartilhar esse estado durante a permanência na Ilha.

Porém, alguns freqüentadores discordam dessa opinião:

sempre a mesa ladainha! A ilha continua sendo maravilhosa, porém estamos no século 21, fechar os olhos pra evolução é ser tacanha, ser bronco... Cada coisa a seu tempo, a ilha era maravilhosa naquela época, mas continua hoje de outra forma, as pessoas gostam de criticar a evolução das coisas, mas costumam sair pra trabalhar com seus carros, costumam frequentar shoppings e ver televisão diariamente, tomam banho com água quente e só abastecem e aumentam a mesma evolução que criticam... mas criticar é fácil, entender esse processo capitalista não... Quem faz o lugar ser maravilhoso somos nós mesmos, aprendendo a mudar com as situações correspondentes nas épocas diferentes... "é impossível haver progresso sem mudança, e quem não muda a si mesmo, não muda coisa alguma..." (GEORGE BERNARD SHAW) Eu vou pra ilha a exatos 21 anos e uma parte da minha família mora lá... Então, seria muito fácil só concordar com o tópico (A Ilha não é mais a mesma)... Mas não é por aí! (Lincoln Giuliano Domingues, 01/03/2005)

O depoimento acima, porém, revela um freqüentador com uma característica peculiar: ele possui parentes que vivem na Ilha do Mel, o que revela uma tendência em defender o ponto de vista dos próprios moradores.

Segundo LUCHIARI (2000, p. 116), o olhar de um visitante que valoriza a “beleza natural intocada” aproxima-se de um olhar “romântico”. Esses visitantes, muitas vezes estão à procura de paisagens novas e desconhecidas, que não

pertençam ao circuito comercial do turismo de massa. Porém, este mesmo olhar romântico acaba por difundi-las, valorizando-as e colocando-as no mercado. Para KRIPPENDORF (1989, p. 85) estes freqüentadores que se aventuram em uma “natureza selvagem”, que procuram ser amistosos com os nativos e buscam um conhecimento distinto da região, “os turistas são os outros”, ou seja, aqueles que segundo a análise de TURNER e ASH (1991), são comparados às hordas selvagens.

Ainda segundo LUCHIARI (2000, p. 117) os lugares atrativos geralmente são descobertos pelos aventureiros, incorporados pelas elites e pelo mercado, saturados pelo turismo de massa e substituídos por novos lugares. Nesse sentido, os modelos de evolução dos lugares turísticos desencadeados na década de 1980, reproduzem a lógica de descoberta / exploração / destruição, conferindo aos aventureiros e as elites o primeiro passo e ao turismo de massa os dois subseqüentes. Para explicar melhor este fenômeno, podemos utilizar os termos *descoberta* e *invenção*, bastante utilizados nas análises turísticas. Estes dois termos não possuem o mesmo significado, mas convergem na emergência dos lugares turísticos: na *descoberta*, o visitante é o primeiro a revelar a existência de um lugar; na *invenção*, o visitante (já freqüentador) é o criador das representações valorativas de certas paisagens. Estes dois processos articulados são os responsáveis por conferir visibilidade às paisagens (DEPREST, 1997, p. 101)

Toda esta conjectura aqui apresentada pode explicar a constituição da identidade dos freqüentadores da Ilha, alicerçada no sentimento de que eles descobriram o local e agora sofrem ao ver sua “relíquia sendo saqueada por salteadores”, ou seja, a Ilha perdendo o sentido que eles mesmos haviam criado no passado. Isso tudo pode explicar também um recente e crescente interesse turístico por outros lugares do litoral paranaense como Guaraqueçaba, o qual, analogamente, possui o significado que a Ilha do Mel tinha há vinte anos.

3.4 Turistas (Visitantes Eventuais)

O objetivo da visita a campo durante o feriado de 7 de Setembro de 2005 foi realizar uma observação sistemática das ações dos turistas desde o momento de sua chegada até a saída de Encantadas. Essa observação sistemática fez aflorar uma percepção de que o ato de estar na Ilha possui um caráter estruturalmente semelhante entre os visitantes. A insularidade e todas as consequências sociais e psicológicas que dela fazem parte funciona como uma espécie de teatro onde os turistas encenam várias ações de “apologia” à liberdade, à natureza e à rusticidade em um movimento com características eminentemente rituais.

Para TAMBIAH (1985), os eventos que os antropólogos definem como rituais partilham alguns traços: uma ordenação que os estrutura, um sentido de realização coletiva com o propósito definido e também uma percepção de que eles são diferentes dos fatos do cotidiano. A partir destas considerações, PEIRANO (2002, p. 8) considera os rituais como tipos especiais de eventos, com características mais formais e estereotipadas, tornando viáveis as análises sociais porque já estão recortadas nos próprios termos “nativos”. Esta característica possibilita uma ampliação e focalização das práticas que são usuais no grupo estudado. De posse desses conhecimentos, a ação dos turistas na Ilha claramente passou a ser percebida como um processo dotado dessa ordenação citada por Tambiah, característica essa que contribui para o entendimento desta atividade não somente enquanto um fenômeno econômico ou sociologicamente estático, mas sim enquanto uma condição que coloca lado a lado visitantes e nativos e que engendra uma série de dinâmicas que explicam o movimento e a formação de identidades no universo da Ilha.

O ritual de visita à Ilha do Mel se inicia quando as pessoas chegam até o trapiche em Pontal do Sul, pois, se para chegar até ali utilizaram automóveis, motos ou ônibus (veículos comuns do cotidiano urbano), dali para frente irão utilizar uma embarcação. A travessia tem duração de cerca de 25 minutos e, a maioria dos barcos possui uma disposição de assentos que permite as pessoas sentarem de frente umas para as outras. Entre as embarcações de travessia não existe nenhum tipo de divisão entre classes.

Ao chegar na Ilha, as mochilas e barracas são retiradas dos barcos e as pessoas se dirigem para os camping e pousadas ou até os pontos turísticos, quando o objetivo é apenas passar um dia na Ilha e não pernoitar no local. O público que frequenta a Ilha é extremamente variado, sendo composto por jovens, adultos e idosos de várias partes do Brasil e do mundo. Entretanto, principalmente no carnaval e durante os feriados os grupos de adolescentes são bastante comuns no local e não raro desembarcam com violões e instrumentos de percussão. As vestimentas utilizadas também são muito semelhantes: nos homens camiseta, bermuda e chinelo de dedo; nas mulheres camisetas ou “topes”, saias, tamancos ou chinelos, além das roupas de banho. Os adereços como brincos, pulseiras e correntes feitas de modo artesanal também são utilizados largamente. Muito comum é a utilização de roupas ou acessórios nas cores vermelho, preto e amarelo, simbolizando a bandeira da Jamaica e a figura de Bob Marley³³ e, até mesmo no comércio local encontramos camisetas com estampas da Ilha do Mel com estas cores.

O consumo de álcool e maconha na Ilha é bastante comum principalmente entre os jovens. Entretanto, nos últimos anos a repressão policial tem se intensificado, o que obriga as pessoas a procurarem locais retirados para realizar o consumo, pois dentro da vila facilmente seriam detectados pelos policiais. Caso alguma pessoa seja flagrada consumindo narcóticos, mesmo que tenha sido enquadrada apenas como usuário, esta deverá pagar uma multa ou prestar serviços comunitários na localidade. Durante todo o verão até o final do carnaval, é instalado um fórum judicial para julgar com rapidez esses casos.

No interior dos camping, é possível presenciarmos as rodas de violão, jogos de baralho, conversas, contatos entre diferentes grupos e paqueras. O dia para os campistas começa geralmente depois das 10:00, quando começam a acordar, geralmente com uma certa ressaca da noite anterior, pois a noite da Ilha é bastante agitada nestes períodos. Depois, muitos vão para o Mar de Fora relaxar, brincar, praticar algum esporte, caminhar ou simplesmente tentar conhecer pessoas.

Por volta do meio dia até as 15 horas, os turistas almoçam nos restaurantes locais e outros preparam o próprio almoço improvisado nos camping, que geralmente colocam a disposição dos usuários uma cozinha. A questão da

³³ Cantor e compositor jamaicano, considerado o pai / criador do estilo musical Reggae.

alimentação marca a identidade desses campistas, pois geralmente passam dias comendo macarrão instantâneo, o famoso “miojão”. Nos dias ensolarados e quentes, durante todo o período da tarde, os diversos bares e restaurantes da orla da Prainha permanecem bastante movimentados. Muitos visitantes chegam até a Ilha em suas próprias lanchas, iates e *jet-skis*, e a orla se transforma numa espécie de estacionamento.

FIGURA 32 – ASPECTO DE UM CAMPING



FONTE: Schena, 2005

Durante todo o dia é grande o trânsito de pessoas caminhando por toda a Ilha. Mesmo com a grande distância entre um ponto e outro, como, por exemplo, Encantadas e Brasília, muitos visitantes preferem fazer esse caminho a pé a usar os barcos disponíveis para tal itinerário. Muitas pessoas também escalam os vários morros existentes, os quais oferecem belas visões panorâmicas.

Ao entardecer, geralmente é formada uma grande fila para a utilização dos banheiros nos camping, fazendo com que a espera seja um momento para a realização de outras atividades, tais como cantar e tocar violão, jogar baralho, conversar, cochilar etc. Durante o horário de verão, entre as 20:00 até por volta das 22:00 as pessoas se preparam para curtir a noite da Ilha, colocando roupas melhores, perfumes e acessórios.

Atualmente o forró é a grande expressão cultural da Ilha, mobilizando grande parte da população local e os turistas, tornando-se uma espécie de marca registrada local e lazer quase obrigatório. A principal característica dessa manifestação é a

convergência entre moradores nativos, moradores “de fora”, frequentadores e turistas em um mesmo espaço, pois somente duas casas em Encantadas oferecem esta opção de lazer e, ainda sim, não funcionam simultaneamente. Uma das casas de forró (Parada Alternativa) localizada na extremidade norte da orla da Prainha possui autorização de funcionamento até às 00:00 devido uma norma ambiental imposta pelo IAP. Depois desse horário, a única opção de diversão se encontra na Praça de Alimentação localizada no Mar de Fora, local que é transformado em um grande salão de dança. Quando o forró termina meia-noite na “Parada Alternativa”, um verdadeiro êxodo em direção ao Mar de Fora pode ser observado nas trilhas escuras.

Quando há fiscal do IAP de plantão e chega 2:00, o forró da Praça de Alimentação termina e os turistas, frustrados, continuam fazendo algazarra pelas trilhas, fato esse que faz com que os moradores critiquem mais uma vez o IAP, pois acaba o barulho apenas em um lugar e continua de maneira difusa em várias outras partes da Ilha, pois nessa hora as pessoas ainda estão com grande nível de energia para continuar a diversão. Porém, quando os nativos estão certificados que não há nenhum fiscal, o evento costuma ser estendido até o amanhecer.

O consumo de bebida alcoólica é praticamente generalizado durante a noite. Muitos jovens costumam misturar vários tipos de bebidas alcoólicas em garrafas PET, o chamado “tubão”. O uso da maconha, bastante reprimido pela polícia na Ilha, encontra no Mar de Fora uma espécie de “zona livre” e é largamente utilizada. No forró do Mar de Fora, as paqueras são constantes e o trânsito de pessoas andando pela praia é muito grande. Algumas pessoas realizam caminhadas noturnas entre diferentes pontos da Ilha, o que é considerada uma aventura bastante radical para quem se habilita na escuridão que compõem a paisagem noturna da Ilha.

Essas características do forró, assim como a própria viagem para a Ilha pode ser melhor compreendida por meio da obra de Victor Turner “*O processo ritual*” (1969), na qual é possível inferir que o forró corresponderia a uma espécie de rito de passagem. Dessa forma, o visitante deixaria temporariamente uma “estrutura” pré-estabelecida em seu meio urbano, marcada pela diferenciação e hierarquia, para entrar em uma “communitas”, numa condição pela qual as pessoas compartilham de um convívio sem diferenciações sociais. (CABRAL, 1996, p. 33)

FIGURA 33 – MOVIMENTO NO FINAL DO FERIADO



FONTE: Schena, 2005

Na véspera do término do feriado, começa um verdadeiro êxodo de pessoas. Pela manhã, centenas de pessoas começam a se dirigir ao trapiche para pegar a embarcação para Pontal. Esse movimento se estende até a última barca do dia, às 19 horas. Em poucas horas, o cenário da Ilha muda completamente, completando mais um ciclo sazonal do turismo.

4. O JOGO SOCIAL: IDENTIDADES EM MOVIMENTO

A relação entre estas diferentes categorias sociais – *nativos, moradores “de fora”, freqüentadores* e turistas – deve ser analisada de maneira delicada, a fim de possibilitar o entendimento das redes sociais que se evidenciam no cotidiano da Ilha. Como foi dito, existe uma relação muito grande, quase hierárquica, entre essas categorias e os nativos parecem servir como uma espécie de parâmetro para a medição destas relações. Para tanto, é necessário compreendermos os processos que envolvem o deslocamento desses indivíduos externos à Ilha, assim como o processo de inserção social com os nativos.

Segundo NERY (1998, p. 196), embora sem contribuição direta ao estudo do turismo, a abordagem "processual" de TURNER (1974), suas idéias sobre "liminaridade", "anti-estrutura" e "inversão de mundo" forneceram um importante parâmetro para a compreensão do fenômeno dos deslocamentos turísticos. A idéia central dessa abordagem consiste em afirmar que a vida cotidiana é marcada pela vivência das pessoas em estruturas econômicas, sociais e políticas definidas. Em um contraponto dessa perspectiva, nos rituais e particularmente nos ritos-de-passagem, o indivíduo é retirado desse contexto estrutural ao atravessar três estágios de tempo denominados *separação, transição e incorporação*.

Essa idéia foi proposta originalmente por Arnold Van Gennep em seu livro *Rites de Passage*, publicado em 1919 e, a partir dos anos de 1960, esse trabalho foi recorrentemente interpretado por vários autores. O mais importante deles no contexto dessa pesquisa é Victor Turner, ao tomar o simbolismo dos ritos de passagem enquanto uma dramatização de valores, conflitos e contradições sociais. Para TURNER (1974), os ritos são dramas sociais fixos e rotinizados aptos para uma análise microssociológica refinada. Dessa forma, as *viagens* podem ser tomadas como um *locus* privilegiado para se observar condições a partir das quais o sistema de representação composto pelos atributos da *pessoa* e pelo *valor* que a fundamenta se explicitam.

A proposta de Turner pode fornecer elementos fundamentais para explicar como se dá o processo de construção social das categorias “*turista / freqüentador / morador de fora*”, a partir de um novo ponto de vista, salientando a liminaridade não enquanto um estágio pecaminoso, patológico ou criminoso, mas como uma condição

inerente à condição humana, enquanto elemento fundamental para a própria construção das sociabilidades. Essa nova visão colocou em crise a maneira tradicional de se discutir a marginalidade, abrindo a possibilidade para interpreta-la como uma “licença ritual” enquanto momento especial oposto às prescrições político-legais (DAMATTA, 2000, p. 12).

O primeiro estágio denominado *separação* abrange o comportamento simbólico do afastamento do indivíduo de um ponto fixo de uma certa estrutura social ou de um conjunto de condições culturais. De acordo com esta definição, podemos relacionar a figura do *turista* enquanto indivíduo percorrendo este estágio, entendendo que sua jornada é marcada por uma separação programada, ou seja, ele possui hora para chegar à Ilha, experimentar sua condição de rusticidade e apelo ao “natural” e depois retornar à sua zona de conforto dentro do meio urbano.

O segundo estágio da *margem* (ou transição) constitui uma espécie de fronteira ou limbo, proporcionando ao sujeito ritual características ambíguas dos estágios anterior e posterior. Nesse sentido, a figura do *frequêntador* da Ilha representa uma categoria temporária em que ao mesmo tempo é dotada de características de um *turista*, como a de um “morador de fora”, numa espécie de estágio “bilíngüe”. Tanto o primeiro estágio (separação) quanto o segundo (margem) são caracterizados por uma volta segura às origens, conferindo um *status liminóide* à experiência da viagem, ou o mesmo que uma espécie de simulação.

No terceiro estágio da *agregação* (ou incorporação) consuma-se a passagem propriamente dita, tornando novamente o comportamento do indivíduo mais estável, agora de acordo com as normas costumeiras e padrões éticos locais. Esta passagem explica como se dá o processo de inserção social de um *frequêntador* entre os nativos, através da estabilização da categoria “*morador de fora*”. Esse estágio também marca a passagem do *status liminóide* para o *liminar*, ou seja, o indivíduo rompeu a barreira social definitiva com seu grupo anterior, passando a ficar apto a uma re-socialização “sem recaídas”.

Obviamente, estes três estágios nem sempre possuem uma delimitação rígida, pois não existe uma regra de tempo de vivência no local para caracterizar esta ou aquela categoria. Em outras palavras, existem pessoas que ciclicamente vivem alguns anos na Ilha, vão embora e retornam depois de um longo período, o que dificulta apontá-los como *frequêntadores* ou *moradores de fora*. Por outro lado,

existem pessoas que visitam a Ilha várias vezes ao ano, mas não criam uma identidade com os habitantes locais, fundindo a periodicidade de um *frequêntador* com as atitudes comuns de um *turista*. Assim, embora possamos detectar certos elementos que demarcam as fronteiras entre cada um desses estágios, *turistas*, *frequêntadores* e *moradores de fora* não necessariamente estão engessados nesses estágios, podendo os mesmos estar num processo transitório entre eles.

TURNER (1974, p. 117) explicita essa idéia ao afirmar que, “os atributos de *liminaridade* são necessariamente ambíguos, uma vez que essas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que geralmente determinam a localização dos estados e posições em um espaço cultural”. Nesse sentido, as entidades liminares “não se encontram nem aqui, nem lá”, elas se posicionam no meio entre as posições atribuídas e ordenadas pelas leis, costumes e cerimônias. Em uma análise anterior, TURNER (1974, p. 152) dedica uma atenção especial a fenômenos aparentemente diversos nos quais estariam inseridos sujeitos em fase liminar, tais como certos turistas e frequêntadores, afirmando que esse contexto pode ser definido como uma “*communitas*”, ou seja, um fenômeno social característico de pessoas que se situam nos interstícios da estrutura social. Nesse sentido, nos *rites de passage* os homens são libertados da estrutura e entram na *communitas* apenas para retornar a estrutura, revitalizados por essa experiência. Além disso, a *communitas* é marcada por uma forte e singular coletivização denominada de “nós essencial”³⁴, que seria uma das dimensões mais importantes da constituição de um estado antiestrutural, destituído de individualidade.

Entretanto, DAMATTA (2000, p. 15) acrescenta uma crítica importante sobre as idéias de Turner, afirmando que este não percebeu que o processo da liminaridade pode variar de sistema para sistema, adquirindo contornos próprios e, até mesmo, sentidos diferentes. Para testar essa hipótese, DaMatta analisou o período do Carnaval, afirmando que numa sociedade que confere tanta importância aos níveis hierárquicos no cotidiano, como a brasileira, a liminaridade carnavalesca acaba produzindo um contexto fértil para experimentar a *individualização*³⁵ por meio

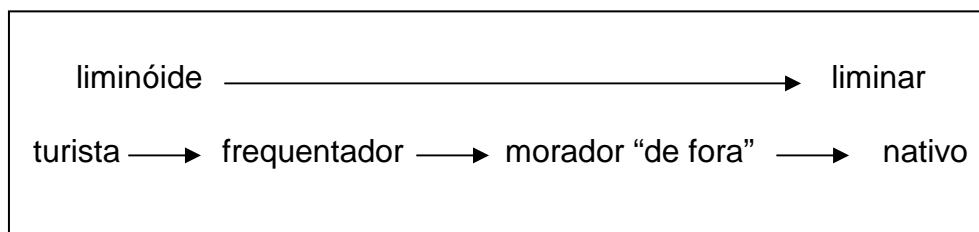
³⁴ Expressão que Turner emprestou de Martin Buber.

³⁵ Noção central da tradição clássica dos estudos sócio-históricos das grandes civilizações e também uma categoria crucial do nosso universo cívico e político. (DaMatta, 2000, p. 8)

de um conjunto de escolhas pessoais. Assim, a liminaridade carnavalesca brasileira promoveria uma experiência do “eu essencial” e não do “nós essencial”.

De certa forma, creio que essa observação de Roberto DaMatta é fundamental para tornar a questão da liminaridade mais adequada aos fins propostos neste compartimento, que é fazer uma relação entre as peregrinações religiosas e as viagens, enquanto rituais seculares. Assim, podemos pensar que os *turistas*, os *frequêntadores* e até mesmo os *moradores de fora* da Ilha do Mel podem encontrar diferentes sentidos individuais na execução dos estágios descritos. Se parássemos a análise em Turner, os sentidos seriam coletivos e claramente isso não ocorre, pois dentro desses próprios grupos não há uma homogeneidade de ação prática e de discurso.

Assim, é possível através do quadro a seguir, compreendermos como ocorre uma passagem entre o *liminóide* e o *liminar*, através de uma hierarquização entre *turistas*, *frequêntadores* e *moradores de fora*. O sentido dessa hierarquia está no reconhecimento que os estágios podem ser passageiros, ou seja, que estes sujeitos rituais podem estar em trânsito ou estáticos nestas categorias, de acordo com o seu sentido individual, como afirmou DaMatta.



TURNER (1974) considerou que os símbolos culturais e rituais instigam à ação social, definindo então que os símbolos unem os diversos campos da experiência humana de maneira multivocal, polarizando fenômenos fisiológicos e normativos à medida que se desenvolve o drama, realizando nas mentes dos participantes a simbiótica interpenetração indivíduo-sociedade. Mas isto assim acontece se além de diferenças e oposições no grupo é reconhecido um laço genérico básico, uma *communitas* básica. Para TURNER (1986, p. 92) a ação ritual se assemelha a um processo de sublimação muito mais que a uma simples manifestação de paradigmas cognitivos, diferenciando modelos estáticos de

pensamento e ação, da experiência devida que é dinâmica e com contatos diretos com a prática social, com “a fábrica social”.

É nesse sentido que as viagens turísticas aparecem como "peregrinações" seculares nas quais as pessoas se lançam para fora de seus mundos habituais, qual seja, o da vida cotidiana, para uma experiência de liminaridade na qual as convenções e códigos da experiência social normal são alterados, invertidos ou neutralizados. A Ilha do Mel é um local onde estas características podem ser visualizadas de maneira ampliada, por ela mesma representar uma figura de liminaridade devido à sua condição de limite físico entre a terra e a água (CORBIN, 1989). Segundo NERY (1998, p. 150):

“sua natureza intermediária lhe confere um estatuto de desterritorialização - a ilha fornece o fundamento para sua representação como posição exterior ao mundo da produção racional: um espaço socialmente marginal. É assim que o espaço de liminaridade atribuído à ilha se reveste de um encantamento produzido pela passagem que o passeio assegura entre o mundo da rotina cotidiana e o "outro mundo", construído em oposição simbólica àquele primeiro”.

O deslocamento realizado a partir do passeio à Ilha engendra as condições para se pensar este local como centro de prazer, uma espécie de lugar sagrado, ainda que secularizado. Assim, a ilha se constitui num *locus* onde as atividades são rotinizadas também, mas sob a ótica de um código diferente de interação social. A experiência da liminaridade é conjuntiva no sentido de que propicia e encoraja uma ênfase na percepção dos encontros não-mediados com os outros, quando suas posições sociais ficam relativamente em suspenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que este trabalho será acompanhado por certa polêmica, principalmente pelos olhos exteriores à Antropologia. Afinal, são tantas as referências que consideram a atividade turística prejudicial aos nativos, que procurar enxergar esta atividade sob o ponto de vista interno pode gerar uma interpretação que o próprio antropólogo acabou perdendo sua visão crítica dos processos de mudanças sociais, culturais e econômicas dos últimos anos na Ilha. O fazer antropológico nos obriga a deixar nossas concepções em casa antes de ir ao campo, embora isso nunca seja possível em sua totalidade.

Através da etnografia, fui levado a compreender como é reproduzida de maneira vivaz a cultura e a identidade da população litorânea da Ilha do Mel, alicerçada sob uma forte influência da territorialidade. Afinal, se realmente eles não tivessem uma identidade, provavelmente não viveriam mais na Ilha, com tantas facilidades e “maravilhas” do mundo urbano ali tão perto, no continente. Ao invés disso, foi possível perceber as permanências e as re-significações culturais, dentro do elemento estruturante da sazonalidade, que no passado era relacionada ao cenário ecológico local e hoje foi adaptada no contexto do turismo. Apesar dos tipos de ocupação que desenvolvem soarem como uma subordinação às pessoas de fora, é praticamente unânime entre eles que a vida hoje é mais fácil em relação ao tempo em que era necessário remar até Paranaguá para vender peixe.

A atuação do Estado nas últimas três décadas desenvolveu várias tensões sociais entre os moradores. A posição central do Estado na mediação da proteção do meio ambiente de um lado, e do controle das atividades turísticas de outro, gera várias interpretações até mesmo sob a ótica do pesquisador. Ao mesmo tempo em que o Estado protege a Ilha da expansão urbana, o que impediu a utilização do seu território por grandes grupos financeiros e a “expulsão econômica” dos nativos, também acabou colocando esse mesmo nativo e várias de suas práticas tradicionais na ilegalidade; ao mesmo tempo em que limita a quantidade de turistas na Ilha, realiza uma intensa divulgação do local através de folder e cartazes; ao mesmo tempo em que limita o tempo para o forró devido à poluição sonora, não toma providências técnicas para a coleta e tratamento do esgoto, que causa intensa poluição hídrica, gerando riscos à saúde humana. Como é possível perceber, a

atuação do Estado é marcada por certa ambigüidade, demonstrando uma dificuldade em conciliar o tripé comunidade local – meio ambiente – turismo. Ao analisarmos o plano de ocupação da Ilha e as várias leis e portarias criadas, rapidamente percebemos grande preocupação no reconhecimento da natureza do local e dos conflitos gerados pelo turismo e pela especulação imobiliária, mas quase nada a respeito da cultura da sociedade local.

Por outro lado, é perfeitamente compreensível a visão nativa positiva sobre o turismo, pois antes do seu desenvolvimento eles viviam em condições de saúde, educação e conforto diferenciadas das existentes na atualidade. Os olhos externos voltados à beleza paisagística da Ilha trouxeram não só o dinheiro do turista, mas levou o desenvolvimento de um conjunto de dinâmicas que tornou a Ilha mais “habitável” para o turista e por conseqüência aos próprios nativos. Em outras palavras, os próprios nativos se beneficiaram do desenvolvimento urbano da Ilha, o que lhes garantiu o acesso aos equipamentos públicos urbanos básicos, tais como posto de saúde, escola, biblioteca, telefone, energia elétrica, correios e até mesmo, acesso à internet.

Tal empreendimento de análise foi possível por meio de uma revisão das mudanças sociais, culturais e econômicas na Ilha durante as últimas três décadas, mediante o contato com os moradores nativos e as demais categorias identificadas, tais como moradores de fora, freqüentadores e turistas. Caracterizada enquanto uma produção narrada de “dentro para fora”, peculiar às etnografias, procurou-se evitar a reprodução de alguns clichês generalizantes existentes em outras produções científicas com objeto similar, sobre a relação “turistas / moradores locais”, que quase sempre são analisadas articuladas à juízos de valores que impedem uma visão nativa sobre a questão.

Creio que foi possível desmistificar o turista, enquanto uma categoria social homogênea motivada somente por conjunturas do capitalismo macro-econômico. Uma análise mais criteriosa dos visitantes permitiu visualizar diferentes maneiras de “estar” na Ilha e de se integrar socialmente com os moradores locais a partir da análise da viagem enquanto uma espécie de ritual de peregrinação secular.

REFERÊNCIAS

ABUMANSSUR, E. S. Perfil de uma devoção. In: Jornada sobre alternativas religiosas na América Latina – **Mesa Redonda: peregrinação e turismo religioso**. 13, 2005, Porto Alegre: PUCRS – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ARAÚJO, S. M. de. Artifício e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BARRETO, M. (orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001, p. 49-64.

BANDUCCI JUNIOR, A. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: _____; BARRETO, M. (orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001, p. 21-48.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, nº 20, p. 15-29, 2003.

BRUHNS, H. T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. M. T.; _____ (orgs.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 2001, p. 125-140.

BRUHNS, H. T (org.) **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002.

CABRAL, J. de P. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, p. 25-58, 1996.

CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

DA MATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 1, p. 7-30, 2000.

DEPREST, F. **Enquête sur l'ê tourism de masse: L'écologie face au territoire**. Paris: Belin, 1997.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C. S. Mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: _____ (org) **Enciclopédia Caiçara, volume 1**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 21-48)

ESTEVES, C.J.O. **Degradação ambiental e turismo na vila de Encantadas (Ilha do Mel/PR): um enfoque a partir da água**. Curitiba, 2002. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.

FERNANDES, H. V. **Ilha do Mel, Ontem e Sempre**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

FIGUEIREDO, J. C. **Contribuição à Geografia da Ilha do Mel**. Curitiba, 1954.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 81-100.

JAFARI, J. **Tourism models: the sociocultural aspects**. Tourism Manegement, jun/1987, p. 151-159.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e as viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LANNA, M. Sobre a comunicação entre diferentes antropologias. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999. Available from: [Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100013&lng=en&nrm=iso)

LEVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico 2002 / 2003**, Rio de Janeiro, p. 251-290, 2004.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; _____ (orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000, p. 105-130.

PEIRANO, M. **O dito e o feito. Ensaios Antropológicos dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2002.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental. Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MARCUS, G. identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 34, p. 197-221, 1991.

MARQUES, M. C. M.; BRITEZ, R. M. de. Caracterização geral. In: _____; _____. **História natural e conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Editora UFPR, 2005, p. 13-18.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia. volume II**. São Paulo: EDUSP, 1974.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de Antropologia indígena e caçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NERY, P. R. A. **Viagem, passeio, turismo: estudo comparado do deslocamento como valor**. Rio de Janeiro, 1998. 242 f. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional do Rio de Janeiro.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Gestão Integrado Ilha do Mel**. Curitiba, 1996(a).

_____. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Estação Ecológica da Ilha do Mel – Pr.** Curitiba, 1996(b). Versão preliminar.

_____. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel 1946-1985**. Curitiba, 1986.

SCHIOCCHET, L. A. O que o homem proíbe na terra, deus traz pelo mar: conhecimento, conflito e mito na vila da barra do Superagüi. Brasília (2005). 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

SILVA, L. G. Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caçara. In: DIEGUES, A. C. S. (org) **Enciclopédia Caçara, volume 1**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 50-70.

TAMBLAH, Stanley. **Culture, thought and social action**. Londres: Londres, Harvard University Press, 1985.

TURNER, V. **The Forest of Symbols. Aspects of Ndembu Ritual**. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

_____. **O Processo Ritual**. Vozes, Petrópolis, 1974.

_____. **From ritual to theatre: the human seriousness of play**. New York: Performing Arts Journal, 1982.

WILLENS, E. **A Ilha de Búzios: uma comunidade caçara no Sul do Brasil**. São Paulo: HUCITEC / NUPAUB / CEC, 2003.

ANEXO

A Ilha do Mel não é um Balneário...

Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres

Praia de Fora

Mor de Fora - Franquinho

...é uma área de conservação da natureza!

Telefones úteis

- Terminal de embarque (Pontal do Sul) (41) 455-1144 ou 455-1690
- Batalhão Polícia Florestal BBFLO (41) 426-8004 (Brasília)
- (41) 426-9085 (Encantadas)
- Instituto Ambiental do Paraná - IAP (41) 426-8005
- Posto de Saúde (41) 426-9002 (Encantadas)
- (41) 426-8003 (Brasília)
- Copel - 0800-410 196
- Polícia Civil - 199
- Superintendência dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA (41) 213-4722

IAP
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

Rua Engenheiros Rebouças, 1206
CEP 80215-100 - Curitiba - Paraná
Fone: (41) 213-3700 - Fax (41) 333-6161
Denunciel Força Verde: 0800 64 30 304
home: www.pr.gov.br/iap • e-mail: iap@pr.gov.br

SEMA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

PARANÁ TURISMO
Secretaria do Estado do Paraná

Ita Itaipu

SUDERHSA

GOVERNO DO PARANÁ

Imprensa Oficial

Fotos: Harvey IAP

ANEXO – MEMORIAL FOTOGRÁFICO

Foto: Seo Orlando, pescador



Foto: Seo Benedito e sua filha



Foto: Biblioteca “Vô Lavinio” e Telecentro - Encantadas



Foto: Interior do Telecentro



Foto: Placa dos Juizados Especiais



Foto: Adaptação às atividades relacionadas ao turismo



Foto: Erosão marinha em Brasília



Foto: Cemitério da Ilha



Foto: Embarcação



Foto: trabalho de um carrinheiro



Foto: Praça de Alimentação



Foto: Trapiche de Encantadas

